



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SAN – Edifício DNIT – 2º andar, Brasília/DF, CEP 70040-902
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.cidadania.gov.br

EDITAL Nº 15/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022 - 550005

PROCESSO Nº 71000.074238/2021-52

Torna-se público que o(a) o(a) Ministério da Cidadania, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº 618, de 25 de outubro de 2021, da Coordenação de Licitações, sediado(a) no SAN, Quadra 03, Lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, sala 23.25, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16/09/2022

Horário: 10h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: *menor preço global*

Regime de Execução: *Empreitada por Preço Global*

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação e de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas, dos equipamentos e dos aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais nos edifícios de uso do Ministério da Cidadania, em Brasília, Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução Empreitada por Preço Global.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor anual estimado da contratação totalizou R\$ 3.998.525,51 (três milhões, novecentos e noventa e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), conforme quadro resumo abaixo:

ANEXO VIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS (RESUMO)							
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL							
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	MÊS	12	R\$ 157.266,49	R\$ 1.887.197,88	
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	MÊS	12	R\$ 903,08	R\$ 10.836,93	
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 21.701,63	R\$ 260.419,58	
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 88.975,71	R\$ 1.067.708,50	
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	MÊS	12	R\$ 64.363,55	R\$ 772.362,62	
TOTAL					R\$ 333.210,46	R\$ 3.998.525,51	

2.2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo: Funcional Programática: 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade; PTRES: 174560 - Fonte 0100000000; ND: 33.90.39 - 16; PI: M2000405031.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e anual do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. O Critério de julgamento adotado será *o menor preço GLOBAL*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou

entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.25.0.1. por empresas brasileiras;

7.25.0.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.0.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

8.2.4. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

8.2.4.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.1. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.5.4. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.2.5.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

8.2.5.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.2.5.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. Apresentar, na composição de seus preços:

8.4.4.1. taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

8.4.4.2. custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

8.4.4.3. quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

8.4.5. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

8.6. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

8.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

8.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

8.9. O exame da inexecuibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecuibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os quais deverão ser apresentados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro(a), no Protocolo Central do Ministério da Cidadania, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Térreo, sala T-40, CEP: 70.054-906 – Brasília/DF, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º xx/2022
ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE: _____
CNPJ No. _____

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária

estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
SG =	Ativo Total	
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	
LC =	Ativo Circulante	
	Passivo Circulante	

9.10.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.12. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.12.1. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que atenda aos seguintes requisitos:

I - Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços

pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

a) Manutenção predial em edifícios com área construída mínima de 15.253,00 m²

b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 2.000 KVA;

c) Manutenção em instalações de águas e esgotos compostas por sistemas de recalque automático e de pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;

d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias em edificações comerciais;

e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 1.200 KVA;

f) Manutenção de sistemas de "no-break" com potência instalada mínima de 50 KVA;

g) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 (mil) pontos estabilizados e aterrados;

h) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos rede de dados categoria Cat 6 e/ou Cat6e - mínimo de 1.000 (mil) pontos;

i) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos de rede elétrica estabilizada (110V ou 220V) - mínimo de 1.000 (mil);

j) Manutenção de sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída mínima de 15.253,00 m²;

k) Implantação de redes de dados (ou redes lógicas) com, no mínimo, 200 (duzentos) metros de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;

l) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia), com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;

m) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 15.253,00 m²;

9.12.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

9.12.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.12.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.12.4.1. Para o Engenheiro: Comprovação da responsabilidade técnica por serviços de manutenção predial, que deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que faça referência expressa aos serviços com as características descritas.

9.12.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.12.6. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.12.7. As licitantes poderão ser solicitadas a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

9.12.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.12.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.12.10. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria emitido pelo Ministério da Cidadania, conforme modelo disponível no ANEXO V, assinado por representante da Administração.

9.12.10.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração de renúncia de vistoria a ser emitida pelo licitante, conforme modelo disponível no ANEXO VI em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

9.12.11. Declaração da licitante que possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à

Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme

regras constantes do Termo de Referência.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20.1.6. não manter a proposta;
- 20.1.7. cometer fraude fiscal;
- 20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2. Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- 21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@cidadania.gov.br
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis

contados da data de recebimento da impugnação. .

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SAN, quadra 03, lote A, Ed. Núcleo dos Transportes – DNIT, 2º andar, sala 23.25 nos dias úteis, no horário das 09:00h às 11:00h e das 14:00h às 17:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudos Preliminares

22.12.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Escritório

22.12.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;

22.12.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

22.12.5. ANEXO V – Modelo de Utilização de Garantia;

22.12.6. ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato.



Documento assinado eletronicamente por Anderson Dias Ferreira da Silva, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos, Substituto, em 02/09/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12892217 e o código CRC 6DBC3C90.

0.1.

Referência: Processo nº 71000.074238/2021-52

SEI nº 12892217



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A', - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70046-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - www.cidadania.gov.br

PROCESSO Nº 71000.074238/2021-52

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2022.

Ref.: Modelo TR AGU - set/2021

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação e de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas, dos equipamentos e dos aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais nos edifícios de uso do Ministério da Cidadania, em Brasília, Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PARCELA	CUSTO ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	Fixa	1.887.197,88
	2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	Fixa	10.836,93
	3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	Variável	260.419,58
	4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	Variável	1.067.708,50
	5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	Variável	772.362,62
	TOTAL ANUAL GLOBAL ESTIMADO (R\$)			3.998.525,51

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os detalhamentos dos itens acima estão discriminados neste Termo de Referência e anexos.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6. O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses.

1.7. A Contratada deverá fornecer, durante a execução do contrato, todos os insumos necessários à perfeita prestação de seus serviços, tais como uniformes, Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI/EPC), ferramentas, dispositivos, rádios, computadores, mobiliários, conexões de internet e de telefonia, instrumentos de medição, meios de transporte para materiais e funcionários, dentre outros itens, sem ônus adicional para o Ministério da Cidadania.

1.8. Os serviços serão prestados nos seguintes edifícios:

EDIFÍCIO	LOCAL	ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS
Bloco C	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no Subsolo, Térreo, 4º Andar e 6º Andar
Bloco F - Anexo	SAF Sul, Quadra 1, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 1º Andar
Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT)	SAUN, Quadra 3, Bloco A, Asa Norte - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 2º Andar e no 1º Subsolo
Edifício The Union	SMAS, Trecho 3, Lote 1, Setores Complementares - Brasília, DF	Total
Edifício SAAN	SAAN, Quadra 4, Lote 916, Zona Industrial - Brasília, DF	Total

1.9. As principais características dos edifícios elencados acima são

apresentadas no **ANEXO II** deste Termo de Referência.

1.10. A critério da Contratante, e mediante autorização da fiscalização, a Contratada deverá executar os serviços e fornecimentos objeto deste instrumento em outros edifícios administrados, ou que venham ser administrados, pelo Ministério da Cidadania em Brasília, Distrito Federal.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de insumos e de serviços eventuais, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. **Requisitos necessários ao atendimento das necessidades de manutenção dos sistemas prediais da Contratante em perfeitas condições de funcionamento e segurança:**

5.1.1.1. Disponibilização de mão de obra, materiais e recursos necessários à realização dos serviços contratados de acordo com as Normas Técnicas e Boas Práticas do mercado.

5.1.1.2. Execução dos serviços contratados com pessoal técnico comprovadamente qualificado.

5.1.1.3. Realização do Plano de Manutenção nos imóveis da Contratante.

5.1.1.4. Atendimento das ocorrências e Ordens de Serviço com qualidade, cordialidade e agilidade.

5.1.2. **A opção por serviços continuados tem como requisitos a essencialidade e habitualidade.** A essencialidade se justifica pelos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração nos casos de eventual paralisação ou da ausência de serviços de manutenção predial, assim como para assegurar a integridade do patrimônio público e para manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos. A habitualidade se configura pela necessidade permanente dos serviços de manutenção dos imóveis da Administração.

5.1.3. **A duração inicial do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.**

5.1.4. **O prazo de execução do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.**

5.1.5. **Da necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.**

5.1.5.1. O objeto a ser contratado é comum e de amplo conhecimento no mercado, entretanto, nas transições contratuais a Contratada anterior tem a necessidade de efetuar transição de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.5.2. A transição contratual inicial visa preparar a Contratada a assumir integralmente as obrigações advindas com a assinatura do Contrato, esta deverá ser viabilizada sem ônus adicional ao Contratante, e será baseada em reuniões técnicas entre Contratante e a Contratada para o repasse de

documentos e informações relativas ao: 1) Gerenciamento das Demandas de Manutenção (Software); 2) Dados das instalações e equipamentos (histórico); 3) Eventuais intervenções que estão na metade do Serviço ou/e que serão necessárias, entre outros;

5.1.5.3. O processo de Transição Contratual se inicia a partir do momento em que a Contratada assume as responsabilidades pelos serviços prestados, preparando-se para o início efetivo da operação. A execução desta etapa de repasse dos serviços deverá ser finalizada em no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir do início da prestação dos serviços.

5.1.5.4. O Plano de Transição a ser apresentado pela Contratada para avaliação pela Contratante deve contemplar, no mínimo:

- a) Proposta de implantação do Serviço de Gerenciamento das Demandas de Manutenção e Ativos;
- b) Descrição de processos, metodologias, ferramentas e fluxos de trabalho;
- c) Proposta de gerenciamento de riscos da Contratada;
- d) Proposta de contingência da Contratada;

5.1.5.5. A critério da Contratante, sem prejuízo dos prazos e das obrigações da Contratada, outras partes poderão ser envolvidas no processo de transição contratual e os prazos da tabela acima poderão ser modificados.

5.1.5.6. No final de cada prazo de vigência a Contratada deverá realizar levantamento dos serviços que restam pendentes e/ou que estão pela metade, bem como atualizará as Características Gerais dos Imóveis da Contratante, entregará relatório abrangente sobre os principais serviços, laudos e relatórios executados, e disponibilizará todo o banco de dados do Software de Gerenciamento das Demandas de Manutenção. O relatório a ser entregue disporá, no mínimo, das informações constantes no relatório inicial das instalações das edificações do ministério.

5.1.6. Critérios e práticas de sustentabilidade

5.1.6.1. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos, equipamentos e insumos, tais como energia elétrica, água e demais recursos que estejam sob sua supervisão, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo as boas práticas de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante;

5.1.6.2. É dever da Contratada analisar e adotar na prestação do serviços contratados: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; prezar pela maior geração de empregos, utilizar preferencialmente mão de obra local; utilizar materiais e equipamentos que possuam uma maior vida útil e menor custo de manutenção; adotar o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e utilizar materiais e equipamento de origem ambientalmente regular.

5.1.6.3. A Contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPDG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.

5.1.7. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.1.8. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e nas obrigações da Contratada.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor ou outro representante da Administração designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 11:30 horas, e das 14:00 horas às 16:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2030-2351 ou (61) 2030-2301.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.2.2. Todas as despesas e recursos necessários à realização da vistoria pela licitante correrão por sua conta;

7.3. Será emitido Atestado de Vistoria/Visita, **ANEXO V** desse Termo de Referência, assinado pelo servidor responsável e representante da empresa, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.4. A licitante deverá declarar em sua proposta que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5. A vistoria não é obrigatória e não caracteriza pré-requisito para participação da licitação.

7.6. Caso opte pela não realização da vistoria, a Licitante deverá apresentar "DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA", seguindo o modelo do **ANEXO VI** deste Termo de Referência, atestando que conhece as condições locais para execução do objeto, caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão ou entidade;

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2. A Contratante, por meio de seus representantes legais, convocará a Contratada em até 3 (três) dias úteis para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, denominada reunião inicial, com o objetivo de:

- a) Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o Contratante e o preposto da Contratada;
- b) Definir as providências necessárias para inserção da Contratada no ambiente de prestação dos serviços;
- c) Definir as providências de implantação dos serviços;
- d) Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do contrato.

8.3. Na Reunião Inicial a Contratada deverá:

- a) Apresentar seu preposto;
- b) Apresentar, se possível, sua equipe técnica de Engenheiros que atuará diretamente na prestação dos serviços contratados, com a respectiva documentação de comprovação de atendimento aos perfis exigidos;
- c) Realizar apresentação técnica do seu processo de trabalho e das ferramentas para execução dos serviços contratados.

8.4. Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre a Contratante e a Contratada, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas e negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do Contrato.

8.5. Os serviços da contratada deverão ser iniciados em 04/10/2022 ou, caso não seja possível, em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do contrato.

DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.6. O início da prestação dos serviços estará condicionado à apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada e quitada. A apresentação da ART de execução da Contratada deve ser realizada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

8.7. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato, relatório descritivo detalhado das instalações das edificações do Ministério da Cidadania, constantes no **ANEXO I** deste instrumento de referência, informando da situação das instalações elétricas, hidráulicas, de prevenção e

combate à incêndio, de climatização, das redes de dados e voz, entre outras, e, ao mesmo tempo, apresentar as possíveis soluções para as recuperações. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e apresentação de justificativa, que será analisada pela Contratante, a quem compete recomendar ou não a concessão da prorrogação.

8.8. Os serviços serão executados por mão-de-obra qualificada e deverão obedecer rigorosamente as instruções contidas neste Termo de Referência, no **ANEXO III**, bem como as contidas nas disposições cabíveis do Decreto nº 92.100 de 10/12/85 e as normas e métodos definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

8.9. As localidades da prestação dos serviços são as indicadas no item 1, objeto deste Termo de Referência. Os serviços dos profissionais residentes terão como sede o Edifício The Union, podendo este local ser modificado para outro edifício indicado pela fiscalização.

8.10. A Contratada está ciente de que parte do trabalho poderá ser executada fora dos horários definidos neste Termo de Referência, incluindo os finais de semana e feriados nos casos de urgência e/ou emergência, sem ônus adicional para o Contratante

8.11. Além dos serviços de manutenção e operação dos sistemas descritos neste Termo de Referência, a Contratada deverá realizar quando demandados pela Administração:

8.11.1. Orçamentos de serviços de engenharia, reformas, e obras demandados pela fiscalização;

8.11.2. Elaboração de Croquis que permita a compreensão da solução, projeto ou serviço;

8.11.3. Elaboração de projetos de Engenharia e Arquitetura e especificações técnicas de maior complexidade, através da equipe técnica de projetos e supervisão ou a equipe técnica de engenheiros ou ainda dos técnicos de nível médio;

8.11.4. Execução de Serviços de engenharia não rotineiros inerentes e necessários à adaptação, melhorias, recuperação, conserto, conservação e reparo de instalações prediais e seus componentes que, mesmo que tenham natureza preventiva ou adaptativa, não sejam executados diretamente pela equipe de profissionais residentes.

Dos serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva, e dos serviços sob demanda:

8.12. A Contratada será responsável por ligar, desligar e manter em funcionamento, sempre que necessário, todos as instalações, sistemas e equipamentos dos edifícios que receberão seus serviços, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica, dentre outros.

8.13. A Contratada prestará serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Preditiva, em conformidade com o **ANEXO III**, não exaustivo, e de acordo com o disposto neste Termo de Referência.

8.14. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da Contratada em qualquer ocorrência, atos erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas.

8.15. Durante a execução dos serviços, quando se fizer necessária e imprescindível a mudança nas especificações ou substituição de materiais, componentes, peças ou acessórios, a Contratada deverá apresentar solicitação escrita, minuciosamente justificada. Essas deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o funcionamento contínuo dos sistemas. À fiscalização compete decidir a respeito da execução desses serviços. Será por conta da Contratada a retirada, demolição, remessa, bem como devolução e posterior reinstalação e/ou recomposição, inclusive serviços complementares.

8.16. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos no mesmo período indicado para a operação. Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento de algum sistema, ou possa causar qualquer problema ao normal funcionamento do local, os serviços deverão ser programados para outros horários e dias.

8.17. Fica estabelecida como manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recompor os equipamentos, áreas, locais, bem como substituição de peças, componentes e materiais da mesma espécie ou similar, com os ajustes e recuperações de partes dos bens, de forma que voltem às suas condições originais, de acordo com manuais, normas técnicas específicas e projeto do fabricante, e/ou área construída, e/ou revitalizações e reformas.

8.18. Os serviços sob demanda serão executados conforme demanda da Administração, e contemplarão o fornecimento de mão de obra, peças, materiais e demais insumos de responsabilidade da Contratada, que serão à ela ressarcidos conforme o estabelecido neste Termo de Referência.

8.19. A Contratada empregará boa técnica na execução dos serviços com mão de obra, ferramental, equipamentos e materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

8.20. Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos distritais, estaduais ou federais, correrão por conta da Contratada.

8.21. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

8.21.1. Os serviços deverão respeitar rigorosamente as normas e legislação vigente, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, sem prejuízo do cumprimento das normas advindas ou outras que não constam na listagem:

- a) NBR 5410 da ABNT, de 30 de setembro de 2004 - Instalações Elétricas de baixa tensão;
- b) Resolução ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000 - Condições Gerais de Fornecimento de energia Elétrica;
- c) NBR 5414/99 da ABNT – Execução de Instalações Elétricas de Alta Tensão;
- d) NBR 5419/99 (NB 165) da ABNT – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- e) Lei Distrital Nº 1.710, de 13 de outubro de 1997, que dispõe sobre a proteção de estruturas contra descargas atmosféricas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
- f) NBR 5413 (NB 57) – Iluminação de interiores;
- g) Norma Regulamentadora - NR 10 – Instalações e Serviços de Eletricidade;
- h) Norma Regulamentadora - NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção;
- i) Norma NBR 19004 da ABNT – Gestão da Qualidade e Elementos do Sistema da Qualidade - Diretrizes;
- j) Norma Técnica Nº 009/2002-CBMDF- Sobre atividades Eventuais, que especificam. 9.3.14.12. Resolução - RE nº 09, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.22. Todos os profissionais residentes da equipe de manutenção devem cumprir suas jornadas de trabalho integralmente nas dependências dos imóveis do Ministério da Cidadania especificados neste presente Termo de Referência, uniformizados, identificadas com crachá e com EPI, quando for o caso.

8.23. Quanto às substituições:

8.23.1. Quando houver a troca de responsáveis técnicos, o currículo de seu substituto deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização e será providenciada, imediatamente, nova ART de Execução e/ou Habilitação, conforme disciplina a Resolução nº307/86- CONFEA;

8.23.2. A Contratada não poderá substituir nenhum funcionário sem prévia comunicação à Fiscalização;

8.23.3. Toda documentação comprobatória da qualificação técnica do profissional deverá ser previamente aprovada pela fiscalização.

8.24. Todos os serviços realizados, sejam eles de manutenção corretiva, preventiva, preditiva ou serviços sob demanda, serão Precedidos de Ordem de Serviço - O.S. que deverá estabelecer quantidades e custos de materiais ou serviços que serão utilizados ou executados, prazo e local de execução.

8.24.1. Em regra todas as Ordens de Serviços serão emitidas por meio de Software de Gerenciamento de manutenção conforme descrito neste Termo de Referência, para que possa ser verificada, pela fiscalização a plena execução dos serviços em conformidade com este instrumento.

8.24.2. Não sendo possível o uso do Software de Gerenciamento, por razões justificadas e aceitas pela Contratante, as Ordens de Serviço serão emitidas em papel conforme modelo apresentado no ANEXO X deste Termo de Referência, respeitando os procedimentos por ela estabelecidos.

8.24.3. Contratada deverá atuar de acordo com o fluxograma de controle e execução de ordens de Serviço previamente por ela elaborado, em conformidade com o ANEXO III deste instrumento e previamente acatado pela fiscalização.

8.25. É vedado à Contratada alegar a caracterização de obra nos casos de serviço de maiores proporções e de recomposição acessória decorrente de serviços executados.

8.26. A Contratada, sempre que demandada, na ocorrência de sinistros ou quando identificada alguma anomalia que represente riscos a integridade física das pessoas ou dos equipamentos e instalações, deverá elaborar Laudo Técnico, sob a responsabilidade

do Responsável Técnico ou de outro engenheiro especializado, que conste, no mínimo, um diagnóstico minucioso do fato, as causas, as possíveis consequências, registros fotográficos e a solução do problema.

8.27. Os serviços da Contratada serão prestados de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, de forma ininterrupta, com escalonamento do grupo de trabalho de acordo com a carga horária regulamentar da categoria, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, não descartadas as eventuais possibilidades de execução de serviços fora do horário normal de trabalho, inclusive nos finais de semana e feriados.

8.28. Para a execução de serviços em fins de semana e feriados, a Contratada deverá utilizar, preferencialmente, a equipe técnica não residente e/ou serviços da planilha eventual.

8.29. A Contratada deverá manter disponível reserva técnica para efetuar as coberturas necessárias de funcionários que eventualmente vierem a se ausentar por motivos tais como: faltas, férias e licenças, a qual não será contabilizada no quantitativo a ser contratado e nem poderá ser faturada.

8.30. Em casos de urgência e de emergência, a qualquer dia e hora, inclusive finais de semana e feriados, a equipe de apoio deverá estar disponível em até 3 (três) horas, a contar do horário de abertura do chamado. Este recurso não poderá ser usado para justificar desconhecimento técnico de funcionários residentes.

8.31. Os serviços a serem realizados pela equipe não residente deverão ser previamente aprovados e autorizados pela Administração, mediante apresentação dos orçamentos e do prazo de execução pela Contratada.

8.32. A Contratada deverá estar ciente que a parte dos trabalhos que poderá ser executada fora dos horários definidos acima (finais de semana, feriados, casos de urgência e/ou emergência) será executada sem ônus adicional para o Contratante.

8.33. Os rejeitos e sobras de materiais que não possam ser reaproveitados, bem como todo o lixo (entulho) proveniente dos serviços da Contratada, inclusive de desmanche, desmontagem, demolição ou substituição, deverão ser convenientemente removidos para os locais indicados pela Fiscalização e, posteriormente, removidos por completo pela Contratada, sem ônus para a Administração, atentando para os normativos das Leis de Limpeza Urbana, das Legislações Ambientais e para o disposto neste instrumento de referência.

8.34. As despesas envolvendo a locação de containeres, caçambas para disposição e transporte dos rejeitos, sobras e lixos citados no item anterior deverão fazer parte da proposta apresentada pela Contratada.

8.35. Os serviços executados deverão ser precedidos de proteção dos locais, objetos e bens do Ministério. Essa proteção deverá ser feita por meio de lonas, plásticas, papelão ou outros materiais similares. Caso necessário, a empresa providenciará o remanejamento de objetos, materiais e outros itens para outro local indicado pela Fiscalização.

8.36. O Engenheiro integrante da equipe residente será o Responsável Técnico pelos serviços prestados pela Contratada, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

8.37. O Engenheiro integrante da equipe residente poderá atuar como preposto da Contratada, mediante aprovação da Administração.

8.38. A Contratada deverá disponibilizar, para comunicação com a Administração, aparelhos de telefonia móvel, no mínimo, para o Responsável Técnico e para o(s) Encarregado(s) de Manutenção. Os números de telefone celular do Responsável Técnico e do(s) encarregados deverão ser mantidos ligados, ininterruptamente, para o atendimento das demandas emergenciais da Administração.

8.39. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento da estrutura mínima para a execução de seus serviços contratados, tais como computadores, impressoras e demais equipamentos de informática, softwares de engenharia e arquitetura (AUTOCAD, REVIT, etc.), softwares de projetos de engenharia e de instalações, softwares de gerenciamento de chamados, serviços e ordens de serviço, mobiliários, material de escritório, acesso à internet, telefonia fixa e móvel, dentre outros necessários, sem custo adicional para a Contratante.

8.40. A Contratada disponibilizará meio de transporte apropriado para o deslocamento dos profissionais das equipes de manutenção, materiais e ferramentas, entre os edifícios do Ministério da Cidadania.

8.41. Os serviços que requeiram a paralisação de equipamentos e instalações somente serão realizados pela Contratada mediante prévia autorização da Administração.

8.42. A Contratada manterá um Livro de Ordem, a cargo do Responsável Técnico, no qual deverão ser registradas todas as ocorrências relevantes identificadas quando da prestação dos serviços.

8.43. A Contratada deverá cumprir rigorosamente todas as disposições das Normas Regulamentadoras, promovendo medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os EPIs necessários e compatíveis com as funções por eles desenvolvidas, fiscalizando seu uso obrigatório e exigindo-lhes que cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

8.44. Todos os materiais de segurança individual pertinentes a cada profissional, exigidos pela legislação, serão fornecidos pela Contratada e sem ônus para o empregado. A Contratada deverá diligenciar para cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

8.45. Do Relatório dos serviços de Manutenção Preventiva, Preditiva e Corretiva, e dos serviços sob demanda:

8.46. A Contratada deverá elaborar e fornecer mensalmente à Administração, quando da apresentação da medição, Relatório de Manutenção devidamente assinado pelo Engenheiro Responsável Técnico, constando, no mínimo, as seguintes informações:

8.46.1. Discriminação dos serviços executados no mês, incluindo data, horário e local dos mesmos;

8.46.2. Nome e função dos profissionais alocados para execução dos serviços no mês de referência do relatório;

8.46.3. Relação de serviços realizados, em andamento e pendentes de conclusão, estes com as datas previstas para suas finalizações;

8.46.4. Análise e resultado dos testes dos equipamentos;

8.46.5. Serviços a executar, ou seja, aqueles que ainda serão iniciados após a data de fechamento do relatório;

8.46.6. Informações sucintas sobre a situação dos sistemas e (ou) instalações, indicando as deficiências e sugerindo correções e reportando possíveis consequências;

8.46.7. Acidentes de trabalho porventura ocorridos;

8.46.8. Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia;

8.46.9. Informações sobre índices anormais de falhas eventualmente observadas em equipamentos e sistemas;

8.46.10. Peças, componentes e materiais substituídos por defeito/desgaste ou utilizadas, notadamente os que serão objeto de pagamento pela Administração;

8.46.11. Sugestões com vista a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas e outras que se fizerem necessárias;

8.46.12. Outras informações que venham a ser solicitadas pela fiscalização.

DAS EQUIPES TÉCNICAS

8.47. Os serviços objeto do presente instrumento serão prestados pela Contratada nos edifícios da Contratante, por meio de profissionais que comporão equipes técnicas residente e não residente.

8.48. Todos os profissionais da equipe residente deverão possuir vínculo empregatício com a Contratada durante a vigência do contrato.

8.49. A Administração reserva-se o direito de recusar, a qualquer tempo, aqueles profissionais que, a seu juízo, não preencherem os requisitos para o desempenho dos serviços pertinentes.

8.50. Em caso de necessidade de substituição de empregados da equipe residente e responsáveis técnicos, a Administração deverá ser comunicada por escrito.

8.51. A Contratada deverá apresentar a comprovação dos requisitos dos profissionais residentes citados acima em até 5 (cinco) dias úteis após a contratação.

8.52. **Equipe Técnica Residente (Mão de Obra Residente)** -Para fins de execução dos serviços, a Contratada deverá fornecer equipe técnica constituída por postos de serviços, distribuídos segundo as categorias, escalas, jornadas de trabalho, quantidade de profissionais e de postos de serviços relacionados a seguir:

ITEM	PROFISSIONAL	JORNADA DE TRABALHO	ESCALA DE TRABALHO	CBO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO
1	Engenheiro	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	2143	1	1

2	Arquiteto	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	2141	1	1
3	Cadista (Desenhista)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	3181-05	1	1
4	Encarregado-Geral de Manutenção	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7102-05	1	1
5	Mecânico de Refrigeração	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	9112-05	1	1
6	Eletricista de Manutenção-Geral	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	9511-05	2	2
7	Técnico de Redes (Dados e Voz)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	3133	2	2
8	Bombeiro Hidráulico	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7241-10	1	1
9	Marceneiro (Artífice)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7711-05	1	1
10	Assistente Administrativo	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	4110-05	1	1
11	Ajudante de Manutenção-Geral	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7170	8	8
	TOTAL				20	20

8.53. **Equipe Técnica Não Residente (Mão de Obra Eventual)** –também deverá disponibilizar a Contratada equipe de profissionais qualificados e especializados, que atuem de modo eventual para atender demandas especiais (por exemplo, pinturas de paredes e fachadas, serviços com gesso, vidros e serralheria) e/ou específicas (por exemplo, demandas de alterações de layouts, de mudanças de edifícios, de manutenção dos geradores e dos alarmes de incêndio, ou serviços aos finais de semana) e cuja inclusão no rol de técnicos residentes poderá ser onerosa para a Administração.

8.54. Os profissionais que comporão a Equipe Técnica Não Residente, bem como a estimativa anual de horas de serviço desses profissionais, estão no quadro a seguir:

ITEM	PROFISSIONAL	CBO	HORAS/ANO
1	Encarregado-Geral de Manutenção	7102-05	400
2	Mecânico de Refrigeração	9112-05	800
3	Eletricista de Manutenção-Geral	9511-05	800
4	Técnico de Redes (Dados e Voz)	3133	800
5	Marceneiro (Artífice)	7711-05	800
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	400
7	Vidraceiro	7163-05	400
8	Serralheiro	7244-40	400
9	Pedreiro	7152-10	400
10	Gesseiro	7164-05	800
11	Pintor	7166	400
12	Ajudante de Manutenção-Geral	7170	1200
13	Técnico de Áudio e Vídeo	3731-05	200
14	Mecânico de Manutenção de Máquinas (Grupo Motor Gerador)	9113-05	200
15	Eletrotécnico (Manutenção de Dispositivos Eletroeletrônicos de Detecção e Combate à Incêndio)	3131-05	200
14	Engenheiro Especialista	2143	400

8.55. As atribuições e requisitos dos profissionais das equipes técnicas residente e não residente estão elencadas no **ANEXO VII** deste instrumento.

8.56. A composição dos custos dos profissionais das equipes técnicas residente e não residente deverão seguir os modelos disponíveis nos **ANEXO VIII-A01, ANEXO VIII-A02, ANEXO VIII-A03, ANEXO VIII-A04 e ANEXO VIII-D**.

8.57. Também serão executados pela Contratada todos serviços elencados nas atribuições dos profissionais que compõem as equipes técnicas, conforme descrito no itens e subitens referentes a cada profissional.

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA ELETRÔNICO (PONTO ELETRÔNICO)

8.58. A Contratada disponibilizará, em todos os edifícios do ministério abrangidos pela contratação, Registradores Eletrônicos de Ponto (REP), para o controle da frequência de seus funcionários.

8.58.1. Os registradores eletrônicos de ponto deverão ser certificados certificado pelo INMETRO;

8.58.2. Os registradores eletrônicos de ponto deverão seguir as orientações das portarias vigentes do Ministério do Trabalho e da Previdência, ou de outro ente Federal que o substituir;

8.58.3. Os registradores eletrônicos de ponto deverão dispor de:

- a) Leitor de impressão digital ótico ou melhor;
- b) Capacidade de armazenar os dados de todos os funcionários que prestarão serviços por meio do contrato pactuado;
- c) Impressora para impressão de comprovantes para os funcionários;
- d) Opções alternativas para registro do ponto (senha, cartão de proximidade, etc.);
- e) Software de gestão e de backup dos dados armazenados;
- f) Monitoramento à distância do funcionamento, dados e do consumo da bobina de impressão;
- g) Tela (display) de informações como hora e data locais;
- h) Outros recursos inerentes ao controle de frequência dos funcionários;

8.59. A identificação dos funcionários deverá ser feita, preferencialmente, por meio de biometria. Os casos que não permitam a realização de biometria deverão ser submetidos à análise e deliberação da fiscalização;

8.60. Não será permitido o registro de ponto manual (folhas de ponto), salvo casos especiais submetidos à análise e aprovação da fiscalização.

8.61. A Contratada deverá apresentar mensalmente, no fechamento da medição, ou sempre que solicitado pela fiscalização, os registros de frequência extraídos dos registradores eletrônicos de ponto, ou de outros meios previamente autorizados pela fiscalização, de todos os funcionários que prestaram serviços no período. Estes registros de frequência deverão estar assinados pelo empregado e pelo preposto do contrato.

8.62. O registro de ponto eletrônico observará o disposto na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, ou outro instrumento que venha substituí-la.

8.63. Todos os custos relacionados a instalação e manutenção de registradores eletrônicos de ponto (REP) ficarão à cargo da Contratada.

DO SISTEMA (SOFTWARE) PARA O CONTROLE DAS DEMANDAS

8.64. A Contratada deverá implantar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do primeiro dia da vigência do contrato, sistema/software específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades desenvolvidas.

8.65. O sistema/software gerenciador de manutenção e controle das ordens de serviços deverá contemplar as especificações mínimas a seguir descritas, bem como outras que se fizerem necessárias, atendendo as necessidades da Gestão e da Fiscalização:

8.65.1. Funcionar de forma independente e exclusivamente em plataforma web (via internet), não sendo permitida a instalação de qualquer software nos computadores da Contratante;

8.65.2. Funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

8.65.3. Possibilitar a abertura e o acompanhamento das ordens de serviços;

8.65.4. Disponibilizar relatório mensal, com informações do quantitativo de ordens de serviços abertas, canceladas e executadas, com análise da média de atendimento, do número de solicitações e dos serviços mais solicitados;

8.65.5. Disponibilizar gráficos relativos aos trabalhos e procedimentos efetuados;

8.65.6. Possibilitar a execução de orçamentos, quando necessários, para cada ordem de serviço aberta, com vínculo às planilhas do contrato;

8.65.7. Possibilitar que cada orçamento criado seja devidamente autorizado pela Fiscalização, antes da liberação para execução dos serviços;

8.65.8. Fornecer o tempo médio de atendimento para a execução dos serviços;

8.65.9. Disponibilizar a tabela de preços e serviços do contrato;

8.65.10. Possibilitar a criação de usuários com níveis de acesso ao sistema

distintos e com senhas;

8.65.11. Possibilitar acesso ao histórico de intervenção por equipamento, instalação, serviços em geral e peças substituídas;

8.65.12. Possibilitar o cadastro de peças, equipamentos, instalações e serviços em geral, indicando localização nos imóveis abrangidos pelo contrato;

8.65.13. Possibilitar o demonstrativo de custos das manutenções corretivas e preventivas, por equipamento, localização e data das ocorrências;

8.65.14. Possibilitar a emissão de relatórios mensais das manutenções preventivas e corretivas;

8.65.15. Possibilitar o controle dos prazos de garantia de peças, materiais e serviços;

8.65.16. Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, criando um histórico de manutenção;

8.65.17. Possibilitar a emissão da relação da equipe técnica disponível;

8.65.18. Emitir Ordens de Serviço de acordo com o modelo disponível no **ANEXO X**, ou conforme orientação da fiscalização do contrato;

8.65.19. Possibilitar a conclusão das Ordens de Serviço por meio de assinatura eletrônica do gestor e/ou do fiscal do contrato.

8.66. Todos os dados que alimentarão o sistema, bem como os decorrentes de seu funcionamento, serão de propriedade da Contratante, devendo ser disponibilizados pela Contratada, sempre que solicitado pela fiscalização e ao final do contrato, em formato digital e compatível com softwares usuais no mercado.

8.67. Os custos de manutenção do sistema de controle de demandas ficarão à cargo da Contratada.

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA

8.68. As manutenções preventivas e preditivas, cujo objetivo é reduzir a possibilidade de paralisações, contemplam os serviços efetuados para manter os equipamentos e instalações prediais funcionando em condições normais, compreendendo na manutenção do bom estado de conservação, na substituição de componentes que comprometam o bom funcionamento, em modificações necessárias com objetivo de atualização dos equipamentos, na limpeza, na regulagem, na inspeção e na simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todos os sistemas, entre outras ações que garantam a operacionalização de equipamentos e instalações das edificações administradas pela Contratante.

8.69. As manutenções preventivas e preditivas dos equipamentos e sistemas dos edifícios deverão ser realizadas em conformidade com o PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO, a ser elaborado pela empresa Contratada.

8.70. O PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO é o plano de manutenção preventiva e preditiva elaborado para cada equipamento, sistema, componentes ou instalações de cada um dos edifícios administrados pela Contratante, onde serão descritas, ao menos: as rotinas periódicas de serviços a serem executados, e ajustes, medições e vistorias dos sistemas que compõem os serviços que integram o objeto contratual.

8.71. O PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO deverá ser elaborado seguindo, e não se limitando, as especificações de serviços que constam no **ANEXO II** deste instrumento e o que preconiza o Manual de Obras Públicas – Edificações – Manutenção, da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio (SEAP), mediante o levantamento pormenorizado das edificações e das máquinas, instalações e equipamentos que as integram, bem como da análise de toda documentação técnica disponível. O manual do SEAP está disponível em: www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais/manual-obras-publicas-edificacoes-praticas-da-seap-manuais.

8.72. Os serviços sugeridos no **ANEXO III** não são exaustivos, devendo ser acrescidos outros necessários e que façam parte do escopo contratual.

8.73. O PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO deverá seguir no mínimo, no que couber, as especificações técnicas dos fabricantes dos equipamentos e os normativos técnicos da ABNT e INMETRO.

8.74. Para os ar condicionados, a Contratada deverá elaborar e executar o Plano de Manutenção, seguindo, no que couber, Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) definido pelos normativos e legislações vigentes.

8.75. O PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO deverá ser submetido à aprovação prévia da Administração em até 15 (quinze) dias, contados da data de início da execução dos serviços da Contratada.

8.76. A Contratada deverá elaborar formulários e planilhas baseados no PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO, para o registro da execução da manutenção

preventiva, identificando os serviços, equipamentos e instalações, data, horário, localização, técnico responsável, etc., cujos dados deverão ser inseridos e processados no sistema/software solicitado neste instrumento.

8.77. Os formulários e planilhas citados no subitem anterior deverão ser submetidos à aprovação prévia da Administração, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de aprovação do PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO.

8.78. A Contratada deverá criar e manter organizado, por processo informatizado, arquivo de leituras de instrumentos e de histórico dos equipamentos utilizados pela Contratante, visando verificar a ocorrência de valores em desacordo com os padrões recomendados pelos fabricantes dos equipamentos.

8.79. Na ocorrência de valores em desacordo com os padrões citados no subitem anterior, a Contratada deverá informar o problema à Contratante e adotar, imediatamente, as medidas cabíveis com o objetivo de regularizar o funcionamento dos equipamentos.

8.80. A Contratada deverá manter a disposição da Administração os formulários e planilhas, leituras, dados e históricos de manutenção preventiva.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

8.81. Sempre que constatado algum defeito que impeça o correto funcionamento dos equipamentos e/ou instalações, e que o problema não possa ser corrigido através das atividades descritas no item dos serviços preventivos, ainda havendo a necessidade de substituição de alguma peça ou componente, a manutenção será caracterizada como corretiva.

8.82. Os serviços de Manutenção Corretiva deverão ser realizados pela Contratada sempre que necessário, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

8.83. A Ordem de Serviço (OS) deverá seguir o modelo constante no **ANEXO X** contendo no mínimo os seguintes itens: descrição dos serviços; causa possível do defeito; especificações; quantitativos e preços dos materiais utilizados; local, data e horário de início e de término dos serviços; identificação dos empregados envolvidos e do solicitante; campos próprios para autorização, ateste e avaliação da Administração; e quaisquer outras informações necessárias a adequada identificação dos serviços.

8.84. Caso os serviços demandem a aquisição de materiais, peças ou insumos novos, a Ordem de Serviço deverá estar acompanhada de orçamento discriminando os quantitativos de desses materiais, conforme itens e preços fixados na planilha de formação de preços, parte integrante da proposta da Contratada.

8.85. Os serviços que envolvam a aquisição de materiais, peças ou insumos novos somente serão realizados após a aprovação do orçamento.

8.86. Todas as intervenções corretivas deverão ser registradas no Relatório Mensal de Manutenção Corretiva, a ser entregue à Fiscalização do Contrato, devendo conter a identificação dos equipamentos, as devidas peças substituídas, as respectivas datas, dentre outras informações pertinentes.

8.87. Para os serviços de manutenção corretiva, a Contratada deverá atender aos chamados em até 2 (duas) horas, a partir do momento da emissão da Ordem de Serviço, e solucionar o problema no prazo previamente acordado com a Fiscalização.

8.88. A Contratada notificará a Contratante sobre qualquer ocorrência que tenha motivado a não solução do problema que demandou manutenção corretiva, informando novo prazo para solucioná-lo, quando este for maior do que o inicialmente acordado, o qual será submetido a análise e concordância da Fiscalização.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva serão prestados pela equipe residente de manutenção com o fornecimento, pela Contratada, de todo os materiais e peças necessários, como cabos, eletrodutos, abraçadeiras, adaptadores, conectores, disjuntores, fusíveis, soquetes, fios, condutores, válvulas, retentores, reparos, filtros, correias, tubos, conexões, óleo diesel, dentre outros inerentes à manutenção predial. No **ANEXO VIII-B** estão estimados, qualitativamente e quantitativamente, materiais, peças e outros insumos inerentes à manutenção predial;

9.3. O ônus do material de reposição/peças/componentes efetivamente empregados na manutenção preventiva, preditiva, corretiva e em demandas novas, correrá por conta da Contratante, mediante ressarcimento à Contratada;

9.4. Sempre que a fiscalização solicitar, a Contratada deverá emitir relatório

técnico comprovando a necessidade técnica do serviço e substituição de materiais de reposição, peças, componentes e acessórios, inclusive com acompanhamento de documentos demonstrativos tais como tabelas, gráficos e outros;

9.5. No desempenho do serviço de manutenção preventiva ou corretiva, a Contratada assumirá o ônus, mediante ressarcimento da Contratante, pelo fornecimento de materiais e execução das tarefas conexas, tais como: abertura e reposicionamento do forro, rasgos em alvenarias e pisos, recomposição do revestimento, perfurações em paredes e lajes, e outros serviços necessários. Os reparos para recomposição dos prédios deverão ser de acordo com as especificações que se encontravam anteriormente à intervenção da Contratada;

9.6. É vedado o emprego de materiais de reposição, peças ou componentes reconicionados ou de segunda mão, devendo a Contratada sempre empregar no serviço de manutenção peças e componentes novos e originais, seguindo rigorosamente às especificações do fabricante, sob pena de infração contratual sujeita à multa prevista em lei;

9.7. A Contratada deverá manter estoque mínimo de material nas dependências do Ministério, para que os serviços de manutenção corretiva e preventiva não sofram descontinuidade, sendo que esses materiais serão de inteira responsabilidade da Contratada quanto a guarda e o manuseio. Os materiais utilizados deverão ser imediatamente repostos mantendo-se o estoque mínimo. A Fiscalização do Contrato poderá, a qualquer tempo, fiscalizar se o estoque está dentro dos parâmetros mínimos estabelecidos. A presença da Fiscalização do Contrato não exime as responsabilidades da Contratada pela manutenção do referido estoque.

9.8. Nas situações em que eventualmente não se tenha o material estocado, a Contratada deverá providenciar a aquisição deste em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, exceto nos casos considerados urgentes ou emergenciais, em que deverá providenciar em até 2 (duas) horas;

9.9. Em relação aos materiais e serviços eventuais, caso haja necessidade de itens não previstos nas planilhas estimativas e que sejam indispensáveis para a execução dos serviços, a Contratada deverá:

9.9.1. Considerar os insumos, serviços e valores de custos e índices da construção civil divulgados pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da Caixa Econômica Federal de acordo com a localidade de execução dos serviços, referentes aos da data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual de desconto obtido pela Administração com a proposta vencedora, se for o caso, em relação ao preço estimado;

9.9.2. Caso não estejam disponíveis no SINAPI, considerar os insumos, serviços e valores de custos e índices da construção civil divulgados por outras fontes oficiais e tabelas especializadas (por exemplo, SICRO - sistema de custos referenciais de obras), referentes aos da data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual e aplicado o percentual de desconto obtido pela Administração com a proposta vencedora, se for o caso, em relação ao preço estimado;

9.9.3. Para os insumos e serviços que não constam nos Sistemas de Referência de Custos, apresentar no mínimo, e sempre que possível, 03 (três) orçamentos, obtidos por meio de cotação de mercado. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte do Ministério. Neste caso poderá ser realizada pesquisa de preços no mercado, por parte da fiscalização, e será considerado o menor preço encontrado, pela Contratada ou pelo Ministério, o qual retroagirá até a data do orçamento-base da licitação ou a data da última repactuação contratual, pelo índice INCC/FGV, e será aplicado o percentual de desconto obtido pela Administração, com a proposta vencedora, em relação ao preço estimado;

9.9.4. Os referidos materiais e itens que não estejam previstos na planilha estimativa serão incorporados à listagem objeto do ANEXO VIII-B deste Termo de Referência, tendo como parâmetro o valor encontrado conforme os itens anteriores, seja ele oriundo de tabela de referência ou de pesquisa de mercado efetuada.

9.9.5. O prazo para apresentação dos orçamentos será de, no máximo, 03 (três) dias úteis. Caso não seja possível o cumprimento deste prazo a Contratada deverá enviar solicitação de dilação de prazo para a fiscalização, com as devidas justificativas, podendo a fiscalização prorrogar o prazo para um novo prazo de comum acordo com a Contratada.

9.9.6. Os orçamentos apresentados pela Contratada serão objetos de aprovação por parte da fiscalização da Contratante. A fiscalização poderá realizar pesquisa de preços no mercado para auxiliar na aprovação dos orçamentos apresentados pela Contratada, sendo nesse caso considerada a média dos preços encontrados pela Contratada ou pela Contratante, o que for menor.

9.10. Serão consideradas marcas de padrão de referência, para efeito de similaridade: TIGRE e DECA (materiais hidráulicos e elétricos); DECA e CELITE (louças e acessórios sanitários e metais); CORAL, SHERWIN WILLIAMS, METALATEX e SUVINIL (tintas, vernizes seladoras, massa à base de PVA e complemento acrílico);

9.11. No caso de não haver indicação de marca como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas edificações da Contratante. Em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), deverá ser feita a substituição por outro similar ou superior em qualidade;

9.12. Em caso de dúvida sobre a qualidade dos insumos e materiais, a Contratada deverá apresentar laudo técnico de laboratório credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial - INMETRO, como contraprova da boa qualidade do produto ofertado, para a aprovação do material, sem ônus adicional para a Contratante;

9.13. A Contratada deverá informar ao Ministério a ocorrência de indisponibilidade definitiva de qualquer equipamento ou peças colocados à disposição da Contratada, devendo substituí-lo em caráter permanente por outra igual ou superior, sem ônus para a Contratante, caso se comprove que a indisponibilidade seja oriunda do uso inadequado do mesmo. O equipamento substituído será incorporado ao patrimônio da Contratante;

9.14. Fará parte do fornecimento obrigatório pela Contratada, sem custo adicional para a Contratante, além do que está previsto no ANEXO VIII-A03 e ANEXO VIII-A04, todos os elementos de consumo e ferramentas necessários à efetiva execução de seus serviços, tais como: EPI'S (equipamentos de Proteção Individual), EPC'S (Equipamentos de Proteção Coletiva), ferramentas operacionais, aparelhos de medição, óleo lubrificante, estopas, parafusos, lixas, graxa, fitas adesivas, fitas isolantes, pincéis, itens para recuperação de peças enferrujadas, elementos de soldas (gases, soldas e seus ferramentais), dentre outros.

9.15. Todos itens e quantitativos de materiais, peças, componentes e serviços previstos nas planilhas de materiais e de serviços eventuais são estimativos, podendo haver consumo maior ou menor do que a quantidade prevista em cada item.

9.16. Os materiais fornecidos deverão obedecer, no mínimo:

9.16.1. Ao disposto neste Termo de Referência;

9.16.2. Às normas da ABNT;

9.16.3. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;

9.16.4. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos.

9.17. As situações não abordadas neste Termo de Referência serão definidas pela fiscalização da Contratante, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as necessidades de serviços de manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva nos edifícios constantes no ANEXO II deste Termo de Referência.

10.2. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.

10.3. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo facultada a visita e vistoria dos locais de execução dos serviços, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços. No caso de realização da vistoria anexar à documentação de habilitação o atestado de Vistoria/Visita, ANEXO V ou no caso de renúncia anexar à documentação de habilitação a declaração de renúncia de Vistoria/Visita, ANEXO VI deste Termo de Referência.

10.4. Tendo que a atividade principal a ser contratada é o fornecimento de mão de obra especializada, de forma contínua, para prestação de serviços de manutenção predial nos edifícios do Ministério da Cidadania, é relevante que as licitantes considerem, no dimensionamento de suas propostas, principalmente, o quantitativo de funcionários residentes que estarão à serviço e o quantitativo de imóveis que será coberto pelos serviços de manutenção.

10.5. No ANEXO IX é apresentado modelo para apresentação de propostas pelas licitantes.

11. DOS UNIFORMES

11.1. A Contratada deverá manter os funcionários devidamente identificados por meio do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhe uniforme completo e dentro dos padrões de eficiência, segurança e higiene. Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados desde o primeiro dia de execução do contrato.

11.1.1. Não caberá uniforme para os postos de Engenheiro, Auxiliar Administrativo e cadista, contudo os mesmos devem sempre estar identificados com crachá.

11.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2.1. Os uniformes deverão compreender as peças de vestuário conforme descrito no **ANEXO VIII-A02** deste Termo de Referência;

11.2.2. Todas as peças devem ser confeccionadas com tecido em algodão e materiais de qualidade usual no mercado, duráveis e que não desbotem facilmente, e, se for o caso, conforme disposto no respectivo Acordo, convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

11.2.3. Os uniformes completos deverão ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.2.3.1. 01 (um) conjunto completo contém as peças de "A" a "F" listadas no **ANEXO VIII-A02** desse Termo de Referência, totalizando 10 (dez) peças.

11.2.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

11.2.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.3. É vedada a distribuição de uniformes usados aos empregados vinculados aos serviços contratados.

11.4. Os uniformes que estiverem em mau estado de conservação e/ou que venham colocar em risco a saúde do profissional deverão ser substituídos.

11.5. O crachá de identificação deverá conter, no mínimo, o nome da Contratada, nome completo do funcionário, fotografia 3x4 e cargo ocupado pelo funcionário;

11.6. O Ministério poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem devidamente protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da Contratada;

11.7. A Contratada exigirá de seus empregados asseio diário de seus uniformes e boa apresentação pessoal enquanto estiverem a serviço do Ministério;

11.8. Caso a Contratada tenha outros contratos com o Ministério e que atendam os edifícios elencados no objeto, as cores dos uniformes deverão ser diferentes das utilizadas pelos profissionais que atuam nos edifícios.

11.9. Os serviços sob demanda devem ser prestados por profissionais com uniformes, preferencialmente, com cor predominante diferente das cores dos uniformes da equipe de profissionais residentes da manutenção. Estes profissionais não residentes também deverão permanecer identificados com crachá e utilizando EPI adequado aos serviços que estiverem sendo executados.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

12.1. Participarão da gestão do contrato os seguintes atores: Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico do Contrato.

DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

12.2. Toda e qualquer comunicação entre a Fiscalização da Contratante e a Contratada deverá ser feita por escrito.

12.3. O meio prioritário de comunicação entre a Contratada e a Contratante será por Ofício ou Carta, sendo admitido secundariamente o uso de e-mail, e, em casos eventuais e/ou de emergência, contato telefônico.

12.4. Os meios de comunicação acima citados não substituem as Ordens de Serviço (OS) e a comunicação sobre as Ordens de Serviço no Software de Gerenciamento da Manutenção.

12.5. Para os serviços sob demanda, o único meio de comunicação válido para autorização da execução é a Ordem de Serviço.

12.6. As notas fiscais e demais documentos referentes ao pagamento deverão ser protocolados pela Contratada via Protocolo Digital do Ministério da Cidadania.

12.6.1. Orientações de acesso ao Protocolo Digital do Ministério da Cidadania estão disponíveis em <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-cidadania>.

12.6.2. Os documentos deverão estar em formato PDF (preferencialmente no formato OCR - reconhecimento óptico de caracteres), legíveis, completos, sem rasuras, cortes ou supressões. Arquivos de planilhas eletrônicas, fotos e outros arquivos poderão ser protocolados no formato ZIP, preferencialmente.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

12.7. Os serviços contínuos de mão de obra e o serviço de gerenciamento de demandas de manutenção e ativos constituem parcela fixa e a Contratada será remunerada pelos postos de trabalho efetivamente disponibilizados a serviço da Contratante, de acordo com os quantitativos e tipos de postos informados no Item 8 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, e pela efetiva disponibilização e execução dos serviços de gerenciamento de demandas de manutenção e ativos, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, respectivamente, após aplicação do Índice de Medição de Resultados - IMR e recebimento e ateste dos serviços nos quantitativos aprovados pela Fiscalização e Gestão de contrato.

12.8. Os serviços sob demanda e os materiais efetivamente empregados nos serviços escopo desta contratação constituem parcela variável e serão remunerados à Contratada após a aplicação do IMR (Instrumento de Medição de Resultados), de acordo com o recebimento e ateste dos serviços nos quantitativos aprovados pela Fiscalização e Gestão de contrato.

12.9. O serviço de gerenciamento de demandas (fornecimento de software) será remunerado mensalmente de acordo com a disponibilidade do software de gestão de demandas (funcionamento, acesso aos dados cadastrados, acesso dos usuários ao sistema, emissão de relatórios, dentre outras funções do sistema previstas em contrato), podendo ser aplicadas glosas proporcionais ao tempo de indisponibilidade do sistema.

12.10. A Fiscalização poderá se utilizar da contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la com informações pertinentes às suas atribuições.

DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

12.11. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

12.12. Os critérios de utilização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estão descritos no item 18 - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO deste Termo de Referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

13.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

13.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

13.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

13.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

13.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

13.10.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

13.10.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

13.10.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

13.10.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

13.11. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

13.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a Contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;

14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à

Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual/Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

14.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

14.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas do ocorrido, qualquer ocorrência anormal, extraordinária ou acidente que se verifique no local dos serviços;

14.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

14.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros,

14.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

14.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

14.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

14.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

14.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

14.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

14.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

14.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

14.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

14.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

14.29. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

14.30. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

14.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

14.31.1. Apresentar as declarações firmadas pelos terceirizados indicados aos postos de serviços contratados, em conformidade com o artigo 5º, inciso I, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, atestando ausência de relação familiar ou de parentesco que importe a prática de nepotismo, nos termos do disposto no inciso II do artigo 2º daquele normativo

14.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.33. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

14.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

14.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

14.35.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

14.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

14.37. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

14.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural,

devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

14.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

14.40.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

14.40.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

14.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

14.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos;

14.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

14.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos;

14.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

14.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

14.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

14.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

14.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão

de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

14.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

14.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

14.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

14.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

14.46. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela Contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

14.46.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

14.47. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14.48. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repasse de quaisquer custos ou despesas para estes e/ou para a Contratante.

14.49. Apresentar os empregados devidamente uniformizados, providos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando for o caso.

14.50. Manter seus empregados nos horários determinados pela Administração.

14.51. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

14.52. Substituir, no prazo de até 3 (três) horas, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço pela Contratante, sem ônus adicional para a Administração, devendo identificar previamente o respectivo substituto à Fiscalização do contrato;

14.53. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a Contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

14.54. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem

desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.55. Responsabilizar-se pela correta destinação de todos os materiais inservíveis e resíduos resultantes da prestação de seus serviços, observando os itens e subitens inerentes deste Termo de Referência.

14.56. Instalar dispositivos e/ou sistemas de ponto eletrônico, com autenticação por meio de biometria, para o controle da frequência e da assiduidade de seus funcionários.

14.57. Assumir a inteira responsabilidade pela execução dos serviços, responsabilizando-se por indenizações, reparos, recuperações, reposições, reconstituições, reconstruções decorrentes de qualquer dano que venham a sofrer o patrimônio da União ou terceiros, veículos ou pessoas, motivados por imprudência, imperícia, falha e (ou) omissão de seus empregados.

14.58. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação sobre as atividades objeto deste Termo de Referência, sem a prévia e expressa autorização da Administração.

14.59. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

14.60. Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

14.61. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

14.62. Realizar e manter atualizado o cadastro de seus representantes legais no sistema SEI Cidadania, para fins de assinatura de termos contratuais e aditivos, quando solicitado.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

17.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

17.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

17.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

17.13.1. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada; e

a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos

bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

c.5 cópia das folhas de frequência assinadas pelos empregado e pelo preposto do contrato;

c.6. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

c.7 outros documentos inerentes ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

17.13.2. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

17.13.3. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

17.13.4. Sempre que houver admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 17.13.1 acima deverão ser apresentados.

17.13.5. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

17.13.6. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

17.13.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.13.8. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

17.13.9. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

17.13.9.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela Contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da Contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

17.13.10. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

17.13.11. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa e/ou responsável técnico pelo contrato. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

17.13.12. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

17.13.12.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

17.13.13. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

17.13.13.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

17.13.14. A Contratada deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando

solicitado pela Contratante quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a Contratante;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

17.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.16. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

17.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

17.17.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

17.17.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

17.17.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

17.18. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.19. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.20. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.21. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da total responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do contrato.

17.22. A Contratada deverá acatar todas as instruções da Fiscalização, facilitando a ampla ação desta e atendendo prontamente a todos os pedidos de esclarecimento solicitados.

18. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

18.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo disponível no ANEXO IV ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à

demandada.

18.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

18.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

18.2.1. Prazo de atendimento das Ordens de Serviço, para que os serviços sejam executados dentro do prazo pactuado para cada nível de criticidade;

18.2.2. Qualidade na execução das Ordens de Serviço, para que a qualidade percebida seja a suficiente para que a solicitação seja realizada uma única vez utilizando-se técnicas reconhecidas como as melhores para executar determinada tarefa;

18.3. O Preposto deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

18.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6. Nos termos do item 1, do anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

19.1.1. No prazo de até 10 (dez) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

19.1.2. Ao final de cada ciclo de faturamento, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

19.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, e quando for o caso, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados na execução contratual.

19.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

19.2.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

19.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções

exigíveis.

19.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

19.2.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

19.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

19.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

19.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

19.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

19.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

19.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

19.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

20. DO PAGAMENTO

20.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme disposto neste Termo de Referência.

20.2. As nota fiscal e os demais documentos referentes ao pagamento deverão ser protocolados pela Contratada via Protocolo Digital do Ministério da Cidadania, após autorização da Fiscalização.

20.2.1. A Contratada deverá protocolar, junto com a Nota Fiscal e os demais documentos, carta solicitando o pagamento, indicando o mês de referência, o rol de documentos encaminhados, o número e o valor da Nota Fiscal, dentre outras informações relevantes;

20.2.2. Somente serão aceitas Notas Fiscais no modelo Completo, em Formato PDF (*Portable Document Format*). Não serão aceitos DANFE, arquivos XML ou outros formatos de documentos;

20.2.3. O PDF da Nota Fiscal deverá conter somente a Nota Fiscal em formato Completo.

20.3.

20.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

20.5. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.5.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.6.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 20.7.1. o prazo de validade;
- 20.7.2. a data da emissão;
- 20.7.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 20.7.4. o período de prestação dos serviços;
- 20.7.5. o valor a pagar; e
- 20.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

20.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

20.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

20.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.14. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

20.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.15.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

20.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

20.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

20.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------------------	--

20.19. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

20.19.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual;

20.19.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo;

20.19.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão Contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

20.20. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

20.21. A Contratante destacará do valor mensal do contrato as provisões realizadas pela Administração destinadas.

21. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

21.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

21.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

21.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

21.4.1.1. parcialmente e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

21.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

21.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória

porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

21.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

21.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

21.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

21.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

21.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

21.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

21.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

21.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

21.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

21.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO E REAJUSTE)

22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

22.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

22.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de

custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

22.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

22.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

22.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

22.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

22.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

22.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

22.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

22.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

22.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

22.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

22.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

22.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

22.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

22.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

22.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

22.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC (Índice Nacional da Construção Civil), com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

22.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

22.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

22.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

22.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

22.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

22.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

22.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

22.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

22.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

22.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

22.20. A Contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. GARANTIA DE EXECUÇÃO

23.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

23.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

23.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

23.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

23.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

23.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

23.10. Será considerada extinta a garantia:

23.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

23.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

23.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

23.12. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

23.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

23.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

23.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23.16. A garantia a ser apresentada deverá estar em conformidade com as determinações contidas na Circular nº 622/2022, de 26/02/2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP ou outra que venha a substituí-la.

23.17. A garantia também deverá estar em conformidade com a IN SLTI/MPDG nº 5/2017, no sentido de que deverá cobrir os eventos independentemente de existência de sentença transitada em julgado.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;

- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

24.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada	01

24.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24.15. Na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela 2, a penalidade de multa poderá ser substituída por advertência, desde que considerada falta

leve, assim entendida aquela que não acarreta prejuízos significativos para o serviço contratado.

24.16. Garantido a ampla defesa e o contraditório, será configurada a inexecução parcial do objeto quando:

24.16.1. houver paralisação da prestação de serviços de forma injustificada, ou não aceita pela Contratante, por mais de 10 (dez) dias corridos;

24.16.2. quando houver o reiterado descumprimento de cláusulas do contrato, durante sua execução;

24.16.3. quando mais de 50% (cinquenta por cento) dos serviços executados pela Contratada, nos primeiros 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, não forem aceitos pela fiscalização do contrato por não atenderem as especificações e/ou cláusulas contratuais;

24.16.4. houver atraso injustificado do início dos serviços, por mais de 10 (dez) dias após a autorização da OS – Ordem de Serviço.

24.17. Garantido a ampla defesa e o contraditório, será configurada a inexecução total do objeto quando:

24.17.1. Houver o não cumprimento de todas as rotinas previstas no Plano de Manutenção previsto por mais de 30 (trinta) dias;

24.17.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem as especificações, nos primeiros 30 (trinta) dias da prestação dos serviços.

25. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

25.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

25.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.3.1. Quanto à capacitação técnico-operacional:

25.3.1.1. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que atenda aos seguintes requisitos:

I- Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante, quando solicitada, deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

II- Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços deste Termo de Referência, com fornecimento de todo o material de reposição.

III- Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção predial em edifícios com área construída mínima de 15.253,00 m²

- b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 2.000 KVA;
- c) Manutenção em instalações de águas e esgotos compostas por sistemas de recalque automático e de pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;
- d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias em edificações comerciais;
- e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 1.200 KVA;
- f) Manutenção de sistemas de "no-break" com potência instalada mínima de 50 KVA;
- g) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 (mil) pontos estabilizados e aterrados;
- h) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos rede de dados categoria Cat 6 e/ou Cat6e - mínimo de 1.000 (mil) pontos;
- i) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos de rede elétrica estabilizada (110V ou 220V) - mínimo de 1.000 (mil);
- j) Manutenção de sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída mínima de 15.253,00 m²;
- k) Implantação de redes de dados (ou redes lógicas) com, no mínimo, 200 (duzentos) metros de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;
- l) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia), com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;
- m) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 15.253,00 m²;

25.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

25.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

25.3.3.1. Para o Engenheiro: Comprovação da responsabilidade técnica por serviços de manutenção predial, que deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que faça referência expressa aos serviços com as características descritas.

25.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

25.3.5. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

25.3.6. As licitantes poderão ser solicitadas a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

25.3.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

25.3.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

25.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria emitido pelo Ministério da Cidadania, conforme modelo disponível no **ANEXO V**, assinado por representante da Administração.

25.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração de renúncia de vistoria a ser emitida pelo licitante, conforme modelo disponível no **ANEXO VI** em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

25.3.10. Declaração da licitante que possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;

25.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

25.4.1. Valor Global a ser estimado após fase de pesquisa de preços;

25.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

25.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.

25.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

25.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25.8. Considerar-se-á a Contratada como especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

25.9. A contratada poderá ser solicitada a comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, em conformidade com a IN 05/2017.

25.10.

26. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

26.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 3.998.525,51 (três milhões, novecentos e noventa e oito mil quinhentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos).

27. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

27.1. De acordo com a Certificação Orçamentária (SEI nº 12721271), as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 a cargo do Ministério da Cidadania, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas seguem descritos abaixo:

- **Funcional Programática:** 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade
- **PTRES:** 174560 - Fonte 0100000000
- **ND:** 33.90.39 - 16
- **PI:** M2000405031

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Eventuais dúvidas sobre a execução do contrato, durante o período de vigência contratual, deverão ser dirimidas pela Administração.

28.2. Caso haja disponibilidade no(s) edifício(s) elencados neste Termo de Referência, a Fiscalização poderá definir um ou mais locais para guarda de materiais, ferramentas e acomodações de uso da Contratada.

28.3. O ANEXO I deste Termo de Referência apresenta informações e justificativas referentes à contratação pretendida.

28.4. A Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017 encontra-se disponível para consulta em <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEI nº 12856150)
- ANEXO II – CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS (SEI nº 12856164)
- ANEXO III – PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO (SEI nº 12856168)
- ANEXO IV – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR (SEI nº 12856186)
- ANEXO V – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA (SEI nº 12856196)
- ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA (SEI nº 12856200)
- ANEXO VII – ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES TÉCNICAS RESIDENTE E NÃO RESIDENTE (SEI nº 12856207)
- ANEXO VIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E DE CUSTOS (RESUMO) (SEI nº 12856267)
 - ANEXO VIII - A – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE (SEI nº 12856281)
 - ANEXO VIII - A01 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES (SEI nº 12856311)
 - ANEXO VIII - A02 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI (SEI nº 12856312)
 - ANEXO VIII - A03 – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL (SEI nº 12856316)
 - ANEXO VIII - A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL (SEI nº 12856318)
 - ANEXO VIII - B - PLANILHA DE CUSTOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS) (SEI nº 12856327)
 - ANEXO VIII - C – PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS) (SEI nº 12856332)
 - ANEXO VIII - D - PLANILHA DE CUSTOS DA EQUIPE EVENTUAL (SEI nº 12856334)
 - ANEXO VIII - E – SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS (SEI nº 12856335)
 - ANEXO VIII - F – BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS – BDI (PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI) (SEI nº 12856337)
- ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (SEI nº 12856340)
- ANEXO X – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (SEI nº 12856342)
- ANEXO XI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (SEI nº 12855578)

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 12330790).

EDGAR DE ALBUQUERQUE PARRAS
Matrícula/SIAPE: 1422044

**LUCIANO ACIOLI DE CASTRO
LOPES**
Matrícula/SIAPE: 2552187

NEUZA MARTINS DE OLIVEIRA SILVA
Matrícula/SIAPE: 3213883

APROVO o presente Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 12855578) que o originou, nos termos do inciso I, § 2º do art. 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de julho 1993, do inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e do art. 3º da Portaria do Ministério da Cidadania nº 305, de 10 de março de 2020.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Subsecretário de Assuntos Administrativos



Documento assinado eletronicamente por Luciano Acioli de Castro Lopes, **Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos**, em 23/08/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Neuza Martins de Oliveira Silva, **Chefe do Serviço de Manutenção Predial**, em 24/08/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Edgar de Albuquerque Parras, **Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos**, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Antônio José Oliveira Lins, **Subsecretário(a) de Assuntos Administrativos**, em 25/08/2022, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12855892 e o código CRC 8D3DDEC5.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO I - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Termo de Referência, apresenta-se as presentes justificativas técnicas, elaborado pela área demandante da contratação, no qual especifica-se os chamados pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Não poderão participar desta licitação:

- I - empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- II - empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- III - sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- IV - empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
- V - empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- VI - consórcios de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- VII - cooperativas de mão de obra.

a) A vedação à participação de empresas que se apresentem constituídas em forma de consórcio se justifica na medida em que no ramo do objeto em questão existe um número considerável de empresas que podem atendê-los individualmente, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

b) A não participação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

c) A vedação da participação de cooperativas de mão de obra justifica-se pelo art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012, que afirma que Cooperativas de Trabalho não podem ser utilizadas para intermediação de mão de obra subordinada.

2.2. Considerando que os serviços serão prestados com a disponibilização de mão de obra em dedicação exclusiva, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, e em conformidade com o art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Conforme explicitado no Termo de Referência, quanto ao regime de execução, será de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

3.2. Justifica-se essa escolha pois a execução dos serviços, quando for adotada a modalidade de execução de Empreitada por Preço Global, a administração deverá fornecer obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessárias para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação, o que ocorre no processo em questão.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. No que tange a aspectos técnicos, o objeto é a prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos dos edifícios do Ministério da Cidadania em Brasília, DF.

4.2. Todos os serviços e áreas envolvidas devem atuar em conjunto para atender critérios de eficiência e sustentabilidade.

4.3. A subcontratação do objeto que se pretende contratar pode resultar em conflitos de compatibilização das atividades principais do que se pretende contratar, bem como a dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras.

4.4. Diante do exposto, não será permitida a subcontratação para garantir uma eficiente verificação de conformidade e fiscalização dos serviços contratados.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor

estão descritos no Termo de Referência.

6. VISTORIA

6.1. As informações e orientações referentes à vistoria estão descritas no Termo de Referência.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO E DIFERENCIADOS

7.1. Em se tratando de prestação de serviços de manutenção predial, a área técnica define que o parcelamento gera conflitos de execução em si, e uma dificuldade na distribuição de responsabilidades futuras, tanto no gerenciamento, quanto a imputação de responsabilidades.

7.2. Além disso, a Administração possui recursos escassos e a contratação de serviços em separado traz uma maior necessidade de distribuição das tarefas entre vários servidores, o que nesse momento poderia inviabilizar a contratação.

7.3. Outro ponto que merece destaque é o atendimento a dois princípios básicos da Administração Pública – Economicidade e Eficiência:

7.3.1. O primeiro pelos custos diretos e indiretos que seriam acrescidos nas contratações em separado, como Administração da obra e utilização de mão de obra da Administração, sem falar nos processos licitatórios e gestões de contratos em separado.

7.3.2. Quanto ao segundo, conforme já citado, atualmente não seria possível a realização e fiscalização de vários processos em separado, o que comprometeria o resultado final esperado pelos usuários.

7.4. Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta da execução, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração, cada vez mais escassos.

7.5. Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para serviços	
ISS	2,00%
PIS	0,65%

COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
TOTAL	10,15%
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	10,15%
BDI = { [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } -1	28,35%

7.6. Considerando a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 7.983/2013). Pois a mera aquisição de tais bens por parte da empresa (para empregá-los na obra ou serviço) decerto não envolve os mesmos custos que a execução do objeto de engenharia em si. Dessa forma considerando os os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU foi adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, conforme segue:

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = { [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } -1	
Tributos para materiais	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	5,65%
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA MATERIAIS	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S , G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
BDI = { [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) } -1	17,72%

8. SUSTENTABILIDADE

8.1. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental e social, na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

- 8.1.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;**
- 8.1.2. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;**
- 8.1.3. Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;**
- 8.1.4. A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;**
- 8.1.5. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da CONTRATADA, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, ou órgão equivalente, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;**
- 8.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual para a execução de serviços, conforme Anexo VI-B desse Termo de Referência;**
- 8.1.7. Seguir as normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;**
- 8.1.8. Fiscalizar o uso dos equipamentos de segurança, em especial, o que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;**
- 8.1.9. Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º; o Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013; os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF;**
- 8.1.10. Utilizar materiais biodegradáveis;**
- 8.1.11. Seguir as instruções dos fabricantes de modo a oferecer uma boa operação com economia de energia;**
- 8.1.12. Atender os critérios e práticas de sustentabilidade conforme exigências contidas:**
 - 8.1.12.1. arts. 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010;**
 - 8.1.12.2. art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE);**
 - 8.1.12.3. Portaria SLTI/MP n.º 02, de 16 de março de 2010 e,**
 - 8.1.12.4. Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (2ª edição, revista,**



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Acioli de Castro Lopes**, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Martins de Oliveira Silva**, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Edgar de Albuquerque Parras**, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856150 e o código CRC 512937F0.

ANEXO II - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS

THE UNION	
EDIFÍCIO:	THE UNION
ENDEREÇO:	Setor de múltiplas de atividades Sul - SMAS - Trecho 3 - Lote 01
CEP:	70.610-051
ÁREA/m ² :	15.253,00
PARTES CIVIS - TIPO	
COBERTURA	Laje impermeabilizada.
ESQUADRIAS	Esquadria em alumínio com blindex.
VEDAÇÕES/PAREDES	Alvenaria, divisórias e parede de gesso drywall.
REVESTIMENTOS DO PISO	Piso Vinílico (nas salas), piso cerâmico (banheiros e copas), bloquetes em concreto (garagem externa) e piso polido (garagem interna) .
ACABAMENTOS DA PAREDE	Pintura (parede das salas e corredores) e revestimentos cerâmicos (na copa e banheiros).
PORTAIS	Madeira
MOBILIÁRIO FIXADO	
SISTEMA ELÉTRICOS	
QUADROS GERAIS - TIPOS	
1	Quadro geral de baixa tensão
2	
3	
MEDIDOR - TIPOS	
1	Digital - Marca Nansem / Biridicional / localizado na sala da CEB no Subsolo.
2	
QUADROS PARCIAIS - TIPOS	
1	Terraço - QDAC - Quadro de distribuição de ar condicionado - 1 disjuntor trifásico de 600A, 20 disjuntores monofásico de 32A, 19 disjuntores monofásico de 25A e 4 DPS 20KA.
2	2ª andar - QDEE - Quadro de distribuição de rede estabilizada - 1 disjuntor trifásico de 160A, 47 disjuntores monofásico de 16A, 8 disjuntores monofásico 20A, 3 disjuntores monofásico 63A, 3 disjuntores monofásico 32A e 4 DPS de 20KA.
3	2ª andar - QDEN - Quadro de distribuição de nobreak - 1 disjuntor trifásico de 160A, 49 disjuntores monofásico 20A, 3 disjuntores monofásico 63A, 2 disjuntores monofásico 32A e 4 DPS de 20KA.
4	1ª andar - QDEE - Quadro de distribuição de rede estabilizada - 1 disjuntor trifásico de 160A, 45 disjuntores monofásico de 16A, 1 disjuntor monofásico 25A, 1 disjuntor monofásico 32A e 4 DPS de 20KA.
5	1ª andar - QDEN - Quadro de distribuição de nobreak - 1 disjuntor trifásico de 160A, 08 disjuntores monofásico 20A, 3 disjuntores monofásico 63A, 1 disjuntor monofásico 32A, 46 disjuntores monofásico de 16A e 4 DPS de 20KA.
6	Térreo - QDEE - Quadro de distribuição de rede estabilizada - 1 disjuntor trifásico de 160A, 46 disjuntores monofásico de 16A, 8 disjuntores monofásico 20A, 1 disjuntor monofásico 32A, 3 disjuntores monofásico 63A e 4 DPS de 20KA.
7	Térreo - QDEN - Quadro de distribuição de nobreak - 1 disjuntor trifásico de 160A, 52 disjuntores monofásico 20A, 3 disjuntores monofásico 63A e 4 DPS de 20KA.

THE UNION	
8	1ª Subsolo - QDEN - Quadro de distribuição de nobreak - 1 disjuntor trifásico de 160A, 02 disjuntores monofásico de 16A, 70 disjuntores monofásico 20A, 3 disjuntores monofásico 63A e 4 DPS de 20KA.
9	1º Subsolo - QDEE - Quadro de distribuição de rede estabilizada - 1 disjuntor trifásico de 160A, 59 disjuntores monofásico de 16A, 10 disjuntores monofásico 20A, 5 disjuntores monofásico 32A e 3 disjuntores monofásico 63A.
10	1º Subsolo Dentro da subestação - QDF 01- Quadro de distribuição de força - 3 disjuntores trifásico de 20A, 03 disjuntores monofásico de 16A, 3 disjuntores trifásico 32A, 3 disjuntores trifásico 63A e 4 DPS de 20KA.
11	1º Subsolo Dentro da subestação - QDF 02- Quadro de distribuição de força - 1 disjuntor trifásico 100A, 1 disjuntor trifásico de 50A e 1 disjuntor trifásico 32A.
12	2º Subsolo - QDF - Quadro de distribuição de Força - 08 disjuntores monofásico 10A, 02 disjuntores monofásico de 20A e 1 disjuntor trifásico 70A.
13	2º Subsolo - QDFL - Quadro de distribuição de Força e Luz - 16 disjuntores monofásico 16A, 01 disjuntor monofásico de 50A e 1 disjuntor trifásico 50A.
ESTABILIZADORES	
1	Aproximadamente 850 tomadas de 220v são estabilizadas.
2	
GRUPO GERADOR	
1	Grupo Gerador STEMAC, linha diesel, com potência 550/500 kva - Motor Scania modelo DC13 072 A 02-14. São 2 unidades, o tanque com 250 L de óleo diesel, com quadro de comando automático, tipo microprocessado, modelo GEMINI integrado ao conjunto e a chave reversora.
2	
ATERRAMENTO	
1	Aterramento estrutural - Os eletrodos são as próprias ferragens das fundações, vigas baldrame, pilares, vigas e lajes . Estes elementos, que têm proteção aos efeitos da corrosão e movimentação natural do solo.
2	
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	
1	Tipo Franklin - são compostos de três hastes metálicas pontiagudas em sua extremidade, ligadas a um fio condutor conectado ao solo. É o tipo de para-raios mais usado em razão de sua grande eficiência em dissipar as descargas elétricas para o solo.
2	
3	
4	
NOBREAK	
1	Liebert APM 150K - 2 und, com 40 baterias 12V 80Ah cada nobreak, cobre cerca de 80% de tomadas de 220v
2	
TOMADAS DE ENERGIA	

THE UNION			
110 V	tomada de rede estabilizada 110 V.	UND	
220 V	tomada de rede estabilizada 220 V.	UND	3.398,00
220 V	tomada de rede 220 V.	UND	850,00
LUMINÁRIAS			
1	tubular led T8 18 w	UND	22,00
2	tubular led T 5 9 w	UND	3.806,00
3	bulbo led 9 w	UND	209,00
4	tubular fluorescente 1 x 32 w	UND	56,00
5	tubular led T 8 9 w	UND	66,00
6	Halopar 50w modelo PRC 1178	UND	149,00
7		UND	
LUMINAÇÃO EXTERNA			
1	Poste vapor metálico de 150 w	UND	16,00
2	Refletor 250 w vapor metálico	UND	3,00
SISTEMA HIDROSSANITÁRIO			
TUBULAÇÃO			
1	Água fria Tubo soldável	OK	SIM
2	Esgoto em PVC	OK	SIM
VASOS SANITÁRIOS			
1	Vaso sanitário convencional com valvula de descarga.	UND	20,00
2	Vaso sanitário aclopado.	UND	62,00
MICTÓRIO			
1	Mictório com válvula de descarga;	UND	27,00
TORNEIRAS			
1	Torneira para Banheiro de Mesa Pressmatic;	UND	95,00
2	Torneira de Jardim Esfera com Bico Metal;	UND	2,00
3	Torneira para Cozinha de Mesa Bica Alta.	UND	3,00
BOMBA D'ÁGUA			
1	Bomba de água potável - Subsolo- potência - 3 CV - 1 disjuntor trifásico de 32A;	UND	3,00
BOMBA DE ESGOTO			
1	Bomba de esgoto - Subsolo- potência - 5 CV - 1 disjuntor trifásico de 32A;	UND	2,00
BOMBA DE CONTRA INCÊNDIO			
1	Bomba de contra incêndio - Subsolo- potência - 40 CV - 1 disjuntor trifásico de 80A;	UND	3,00
3	Bomba de contra incêndio - Terraço- potência - 3 a 7 CV - 1 disjuntor trifásico de 40A;	UND	1,00
LAVATÓRIOS			
1	Lavatório de louça tipo cuba L37	UND	95,00
2	Lavatório de louça com coluna.	UND	3,00
BANHEIROS			
1	Banheiros comuns	UND	12,00
2	Banheiros de portadores de necessidades especias.	UND	23,00
DUCHAS			
1	Chuveiro Ducha Original 5500w 220v	UND	8,00
2	Ducha higiênica - Não tem	UND	

THE UNION			
CAIXAS D'ÁGUA			
CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE - 10.000 L - Em concreto e impermeabilizada.	UND	2,00
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
CAIXAS D'ÁGUA INFERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE - 10.000 L - Em concreto e impermeabilizada.	UND	4,00
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
SIFÃO			
1	Sifão de registro para mictório.	UND	27,00
2	Sifão cromado.	UND	98,00
SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS			
TUBULAÇÃO DE FERRO			
1	Calha e pontos de captação ralos tipo abacaxi.	UND	20,00
2	Tubos de queda 100 mm, embutido em alvenaria e em alguns pontos visíveis em shaft's.	M	120,00
3	Caixas de drenagem	UND	3,00
SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			
1	Caixa de hidrante com 2 x 15m de mangueira.	UND	24,00
2	Extintor CO2 com 4 kg.	UND	
3	Extintor CO2 com 6 kg.	UND	9,00
4	Extintor CO2 com 10 kg.	UND	
5	Extintor CO2 com 50 kg.	UND	
6	Extintor PQS com 4 kg.	UND	
7	Extintor PQS com 6 kg.	UND	63,00
8	Extintor PQS com 50 kg.	UND	
9	Extintor AP com 10 L.	UND	
10	Extintor AP com 75 L.	UND	
11	Porta corta fogo.	UND	12,00
12	Luminária de emergência led.	UND	95,00
REDE LÓGICA			
PONTOS			
1	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 5e estruturado.	UND	
2	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 6e estruturado.	UND	3.116,00
FIBRA			
1	Fibra óptica multimodo, 4FO, com conexão LC.	M	420,00
DISTRIBUIDORES			
	Distribuidor óptico	UND	6,00
RACKS			
1	44 U's aberto	UND	5,00
2	12 U's fechado	UND	
3	16 U's fechado	UND	
4	08 U's fibra	UND	
5	44 U's fechado câmeras	UND	
OUTROS;			
Poste com 6 metros de altura, calçamento em bloquetes de concreto pré-moldados, cercamento em tela metálica, caixas de esgoto e gordura em alvenaria com reboco).			

THE UNION

Detector de fumaça óptico convencional.

Sprinkler é um dispositivo comumente utilizado no combate a incêndios. Ele é composto de uma armadura, um elemento sensível, chamado bulbo. O bico de sprinkler é rosqueado a uma tubulação pressurizada e permanece fechado por tampa travada pelo bulbo. As roscas normalmente são de $\frac{1}{2}$ " ou $\frac{3}{4}$ " NPT. No interior do bulbo um líquido se expande a uma determinada temperatura de maneira que a cápsula seja rompida, quando um incêndio for iniciado, liberando a água para atuar no combate.

No The Union tem redes de Hidrantes, extintores, corrimão, escadas com proteção adequada, detectores de calor, controle de fumaça, sprinklers, quadros de comando, alarmes visuais e sonoros, rotas de fuga, portas corta-fogo, Iluminação e sinalização de emergência.

As bombas de contra-incêndio foram mencionadas acima.

ED. BLOCO C - 4º E 6º ANDAR - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

EDIFÍCIO:	ED. BLOCO C - ESPALNADA DOS MINISTÉRIOS.
ENDEREÇO:	Esplanadas dos Ministérios bloco "C" 4º e 6º andar - Brasília-DF.
CEP:	70.046-900
ÁREA/m²:	3.483,64
PARTES CIVIS - TIPO	
COBERTURA	Telha fibrocimento e piso impermeabilizado.
ESQUADRIAS	Esquadrais metálicas
VEDAÇÕES/PAREDES	Alvenaria, parede de gesso drywall e divisória.
REVESTIMENTOS DO PISO	Piso Vinílico (nas salas) e piso cerâmico (na copa e banheiros).
ACABAMENTOS DA PAREDE	Pintura (parede das salas e corredores) e revestimentos cerâmicos (na copa e banheiros).
PORTAIS	Madeira
MOBILIÁRIO FIXADO	
SISTEMA ELÉTRICOS	
QUADROS GERAIS - TIPOS	
1	Quadro geral de baixa tensão
2	Quadro geral de iluminação de emergência
3	
MEDIDOR - TIPOS	
1	Digital - Marca Nansem
2	
QUADROS PARCIAIS - TIPOS	
1	6º andar ala Sul - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntor trifásico 100A; 32 disjuntores monofásico 16A e 08 disjuntores monofásico de 20A.
2	6º andar ala Sul - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntor trifásico 100A; 26 disjuntores monofásico 16A, 12 disjuntores monofásico de 20A e 02 disjuntores monofásico 32A.
3	6º andar ala Norte - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntor trifásico 100A; 32 disjuntores monofásico 16A e 08 disjuntores monofásico de 20A.
4	6º andar ala Norte - QDEM - Quadro de distribuição de emergência- 1 disjuntores trifásico 40A e 18 disjuntores monofásico 16A.
5	6º andar ala Norte - QDAC - Quadro de distribuição de ar condicionado- 1 disjuntor trifásico 200A e 60 disjuntores monofásico 25A.
6	6º andar ala Norte - QDEE 09 - Quadro de distribuição de rede estabilizada- 1 disjuntores trifásico 80A, 24 disjuntores monofásico 16A e 20 disjuntores monofásico de 20A.
7	6º andar ala Sul - QDEE 10 - Quadro de distribuição de rede estabilizada- 1 disjuntor trifásico 80A, 23 disjuntores monofásico 16A e 20 disjuntores monofásico de 20A.
8	6º andar ala Central - QDEE 08 - Quadro de distribuição de rede estabilizada- 1 disjuntor trifásico 150A e 23 disjuntores trifásico 70A.
9	4º andar ala Sul - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntores trifásico 100A; 23 disjuntores monofásico 16A e 17 disjuntores monofásico de 20A.
10	4º andar ala Sul - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntor trifásico 100A; 08 disjuntores monofásico 16A e 32 disjuntores monofásico de 20A.
11	4º andar ala Norte - QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntor trifásico 100A; 32 disjuntores monofásico 16A e 08 disjuntores monofásico de 20A.

ED. BLOCO C - 4° E 6° ANDAR - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS			
12	4° andar ala Norte - QDEM - Quadro de distribuição de emergência- 1 disjuntor trifásico 40A e 18 disjuntores monofásico 16A.		
13	4° andar ala Norte - QDAC - Quadro de distribuição de ar condicionado- 1 disjuntor trifásico 200A e 60 disjuntores monofásico 25A.		
14	4° andar ala Sul - QDEE 15 - Quadro de distribuição de rede estabilizada- 1 disjuntor trifásico 80A, 22 disjuntores monofásico 16A e 11 disjuntores monofásico de 20A.		
15	4° andar ala Norte - QDEE 14 - Quadro de distribuição de rede estabilizada- 1 disjuntor trifásico 80A, 24 disjuntores monofásico 16A e 12 disjuntores monofásico de 20A.		
16			
AR CONDICIONADO			
1	Split Tempstar 18.000 BTUS - 41 máquinas;		
2	Split Elgin 24.000 BTUS - 02 máquinas;		
3	Split Springer Midea 30.000 BTUS - 03 máquinas;		
4	Split Springer Midea 18.000 BTUS - 07 máquinas;		
5	Split Komeco 18.000 BTUS - 02 máquinas;		
6	Split LG 24.000 BTUS - 02 máquinas;		
7	Split Carrier 18.000 BTUS - 01 máquinas;		
8	Split Carrier 9.000 BTUS - 01 máquinas;		
9	Piso teto Elgin 30.000 BTUS - 1 máquina;		
10	Piso teto Elgin 18.000 BTUS - 10 máquinas;		
11	Cassete HITACHI 24.000 BTUS - 02 máquinas.		
ESTABILIZADORES			
1	Beta linear 50KVA - 3 und		
2	Beta linear 40KVA - 1 und		
GRUPO GERADOR			
1			
2			
ATERRAMENTO			
1			
2			
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS			
1			
2			
3			
4			
NOBREAK			
1			
2			
TOMADAS DE ENERGIA			
110 V	tomada de rede estabilizada 110 V.	UND	670,00
220 V	tomada de rede 220 V.	UND	357,00
LUMINÁRIAS			
1	tubular led 19 w	UND	329,00
2	tubular led 9 w	UND	1076,00
3	bulbo led 9 w	UND	16,00
4	tubular fluorescente 2 x 32 w	UND	

ED. BLOCO C - 4º E 6º ANDAR - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS			
5	tubular fluorescente 2 x 20 w	UND	
6	tubular fluorescente 2 x 40 w	UND	
7	outros	UND	
SISTEMA HIDROSSANITÁRIO			
TUBULAÇÃO			
1	Água fria em tubo soldável	OK	
2	Esgoto em PVC.	OK	
VASOS SANITÁRIOS			
1	Vaso sanitário convencional com valvula de descarga.	UND	15,00
2	Vaso sanitário aclopado.	UND	2,00
MICTÓRIO			
1	Mictório	UND	5,00
TORNEIRAS			
1	Torneira para Banheiro de Mesa Pressmatic;	UND	18,00
2	Torneira de Jardim Esfera com Bico Metal;	UND	
3	Torneira para Cozinha de Mesa Bica Alta.	UND	6,00
BOMBA D'ÁGUA			
1	Bomba de água potável - potência -	UND	
2	Bomba de água potável - potência -	UND	
3	Bomba de água potável - potência -	UND	
BOMBA DE ESGOTO			
1	Bomba de esgoto- potência -	UND	
2	Bomba de esgoto- potência -	UND	
3	Bomba de esgoto- potência -	UND	
LAVATÓRIOS			
1	Lavatório de louça tipo cuba L37	UND	16,00
2	Lavatório de louça com coluna.	UND	
BANHEIROS			
1	Banheiros comuns	UND	7,00
2	Banheiros de portadores de necessidades especiais.	UND	2,00
DUCHAS			
1	Chuveiro Ducha Original 5500w 220v	UND	3,00
2	Ducha higiênica	UND	2,00
CAIXAS D'ÁGUA			
CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
CAIXAS D'ÁGUA INFERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
SIFÃO			
1	Sifão de registro para mictório.	UND	13,00
2	Sifão cromado.	UND	8,00
SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS			
TUBULAÇÃO DE FERRO			
1	Calha e pontos de captação ralos tipo abacaxi.	UND	

ED. BLOCO C - 4º E 6º ANDAR - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS			
2	Tubos de queda 100 mm, embutido em alvenaria e em alguns pontos visíveis em shaft's.	UND	
3	Caixas de drenagem	UND	
SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			
1	Caixa de hidrante com 2 x 15m de mangueira.	UND	4,00
2	Extintor CO2 com 4 kg.	UND	
3	Extintor CO2 com 6 kg.	UND	
4	Extintor CO2 com 10 kg.	UND	
5	Extintor CO2 com 50 kg.	UND	
6	Extintor PQS com 4 kg.	UND	
7	Extintor PQS com 6 kg.	UND	
8	Extintor PQS com 50 kg.	UND	
9	Extintor AP com 10 L.	UND	
10	Extintor AP com 75 L.	UND	
11	Porta corta fogo.	UND	4,00
12	Luminária de emergência led.	UND	
REDE LÓGICA			
PONTOS			
1	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 5e estruturado.	UND	
2	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 6e estruturado.	UND	926,00
FIBRA			
1	Fibra óptica multimodo, 4FO, com conexão LC.	M	300,00
DISTRIBUIDORES			
1	Distribuidor óptico	UND	
RACKS			
1	44 U's aberto	UND	4,00
2	12 U's fechado	UND	
3	16 U's fechado	UND	
4	08 U's fibra	UND	
5	44 U's fechado câmeras	UND	

ED. SAAN	
EDIFÍCIO:	ED. SAAN
ENDEREÇO:	Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte QD. 04 lote 916.
CEP:	70.632-200
ÁREA/m ² :	2.213,63
PARTES CIVIS - TIPO	
COBERTURA	Telha fibrocimento
ESQUADRIAS	Esquadrais metálicas
VEDAÇÕES/PAREDES	Alvenaria
REVESTIMENTOS DO PISO	Piso Vinílico (nas salas), piso cerâmico (banheiros e copas) e bloquetes em concreto (área externa).
ACABAMENTOS DA PAREDE	Pinturas (salas e corredores) e revestimentos Cerâmicos.
PORTAIS	Madeira
MOBILIÁRIO FIXADO	
SISTEMA ELÉTRICOS	
QUADROS GERAIS - TIPOS	
1	Quadro geral de baixa tensão 100A
2	
3	
MEDIDOR - TIPOS	
1	Digital - Marca Nansem
2	
QUADROS PARCIAIS - TIPOS	
1	Térreo - QDG - Quadro de distribuição Geral - 1 disjuntores trifásico 100A; 3 disjuntores trifásico de 50A, 1 disjuntor trifásico de 40A, 1 disjuntor trifásico de 25A, 1 disjuntor trifásico de 20A, 3 disjuntores monofásico de 20A e 1 disjuntor monofásico de 15A.
2	Térreo - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 7 disjuntores monofásico de 20A e 5 disjuntores monofásico de 15A.
3	Subsolo - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 1 disjuntor monofásico de 40A e 1 disjuntor monofásico de 30A, 1 disjuntor monofásico de 25A, 1 disjuntor monofásico de 20A e 3 disjuntores monofásico de 15A.
4	1ª andar - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 6 disjuntor monofásico de 20A e 6 disjuntores monofásico de 15A.
5	2ª andar - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 6 disjuntor monofásico de 20A e 1 disjuntor monofásico de 25A e 2 disjuntores monofásico de 15A.
6	Galpão I - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 1 disjuntor trifásico de 50A e 1 disjuntor monofásico de 30A, 5 disjuntores monofásico de 25A, 2 disjuntores monofásico de 20A e 8 disjuntores monofásico de 16A.
7	Galpão I - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 3 disjuntores monofásico de 25A
8	Galpão II - QDT - Quadro de distribuição Terminal - 4 disjuntores monofásico de 20A e 3 disjuntores monofásico de 16A.
AR CONDICIONADO	
1	Split Tempstar 18.000 BTUS - 01 máquina;
2	Split Elgin 30.000 BTUS - 05 máquinas;

ED. SAAN			
3	Piso e teto Elgin 18.000 BTUS - 03 máquinas;		
4	Split Springer Midea 30.000 BTUS - 02 máquinas;		
5	Split Springer Midea 9.500 BTUS - 01 máquina;		
6	Split Komeco 18.000 BTUS - 01 máquina;		
7	Split LG 12.000 BTUS - 01 máquina;		
8	Split Carrier 12.000 BTUS - 01 máquina;		
9	Split Carrier 9.000 BTUS - 01 máquinas;		
10	Split Electrolux 7.500 BTUS - 1 máquina;		
11	Split Philco 7.000 BTUS - 1 máquina;		
12			
ESTABILIZADORES			
1			
2			
GRUPO GERADOR			
1			
2			
ATERRAMENTO			
1	Tipo Franklin - são compostos de três hastes metálicas pontiagudas em sua extremidade, ligadas a um fio condutor conectado ao solo. É o tipo de para-raios mais usado em razão de sua grande eficiência em dissipar as descargas elétricas para o solo.		
2			
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS			
1	Tipo Franklin - são compostos de três hastes metálicas pontiagudas em sua extremidade, ligadas a um fio condutor conectado ao solo. É o tipo de para-raios mais usado em razão de sua grande eficiência em dissipar as descargas elétricas para o solo.		
2			
3			
4			
NOBREAK			
1	SMS/SINUS SINGLE 1 KVA - 1 und		
2			
TOMADAS DE ENERGIA			
110 V	tomada de rede estabilizada 110 V.	UND	
220 V	tomada de rede 220 V.	UND	168,00
LUMINÁRIAS			
1	tubular led 19 w	UND	48,00
2	tubular led 9 w	UND	36,00
3	bulbo led 9 w	UND	46,00
4	tubular fluorescente 2 x 32 w	UND	97,00
5	tubular fluorescente 2 x 20 w	UND	
6	tubular fluorescente 2 x 40 w	UND	
7	tubular fluorescente 1 x 32 w	UND	4,00
8	outros	UND	
LUMINAÇÃO EXTERNA			
1	tubular led T8 18 w	UND	10,00
2	Refletor led 100 w	UND	2,00

ED. SAAN			
SISTEMA HIDROSSANITÁRIO			
TUBULAÇÃO			
1	Água fria em tubo soldável	OK	
2	Esgoto em PVC.	OK	
VASOS SANITÁRIOS			
1	Vaso sanitário convencional com valvula de descarga.	UND	16,00
2	Vaso sanitário aclopado.	UND	2,00
MICTÓRIO			
1	Mictório com válvula de descarga.	UND	2,00
TORNEIRAS			
1	Torneira para Banheiro de Mesa Pressmatic;	UND	16,00
2	Torneira de Jardim Esfera com Bico Metal;	UND	5,00
3	Torneira para Cozinha de Mesa Bica Alta.	UND	1,00
BOMBA D'ÁGUA			
1	Bomba de água potável - potência - 1 CV	UND	2,00
2	Bomba de água potável - potência - 5 CV CONTRA INCÊNDIO	UND	2,00
3	Bomba de água potável - potência -	UND	
BOMBA DE ESGOTO			
1	Bomba de esgoto- potência -	UND	
2	Bomba de esgoto- potência -	UND	
3	Bomba de esgoto- potência -	UND	
LAVATÓRIOS			
1	Lavatório de louça tipo cuba L37	UND	12,00
2	Lavatório de louça com coluna.	UND	2,00
BANHEIROS			
1	Banheiros comuns	UND	15,00
2	Banheiros de portadores de necessidades especiais.	UND	1,00
DUCHAS			
1	Chuveiro Ducha Original 5500w 220v	UND	8,00
2	Ducha higiênica	UND	3,00
CAIXAS D'ÁGUA			
CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE - 10.000 L - Em concreto e impermeabilizada.	UND	1,00
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
CAIXAS D'ÁGUA INFERIOR			
1	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE - 10.000 L - Em concreto e impermeabilizada.	UND	1,00
2	CAIXA D'ÁGUA CAPACIDADE -	UND	
SIFÃO			
1	Sifão de registro para mictório.	UND	2,00
2	Sifão cromado.	UND	16,00
SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS			
TUBULAÇÃO DE FERRO			
1	Calha e pontos de captação ralos tipo abacaxi.	UND	6,00
2	Tubos de queda 100 mm, embutido em alvenaria e em alguns pontos visíveis em shaft's.	UND	2,00
3	Caixas de drenagem	UND	4,00
SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			

ED. SAAN			
1	Caixa de hidrante com 2 x 15m de mangueira.	UND	8,00
2	Extintor CO2 com 4 kg.	UND	
3	Extintor CO2 com 6 kg.	UND	
4	Extintor CO2 com 10 kg.	UND	
5	Extintor CO2 com 50 kg.	UND	
6	Extintor PQS com 4 kg.	UND	
7	Extintor PQS com 6 kg.	UND	24,00
8	Extintor PQS com 50 kg.	UND	
9	Extintor AP com 10 L.	UND	
10	Extintor AP com 75 L.	UND	
11	Porta corta fogo especificação.	UND	
12	Luminária de emergência led.	UND	38,00
REDE LÓGICA			
PONTOS			
1	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 5e estruturado.	UND	218,00
2	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 6e estruturado.	UND	
FIBRA			
1	Fibra óptica multimodo, 4FO, com conexão LC.	M	980,00
DISTRIBUIDORES			
1	Distribuidor óptico	UND	1,00
RACKS			
1	44 U's aberto	UND	2,00
2	12 U's fechado	UND	
3	16 U's fechado	UND	
4	08 U's fibra	UND	
5	44 U's fechado câmeras	UND	
OUTROS;			
Poste com 6 metros de altura, calçamento em concreto, estacionamento em bloquetes de concreto pré-moldados, cercamento em grade metálica, caixas de esgoto e gordura em alvenaria com reboco).			

ED. DNIT	
EDIFÍCIO:	ED. DNIT
ENDEREÇO:	Setor de Autarquias Norte - SAUN, QD 03 Lote "A"
CEP:	70.040-902
ÁREA/m²:	2.333,23
PARTES CIVIS - TIPO	
COBERTURA	
ESQUADRIAS	Blindex
VEDAÇÕES/PAREDES	Divisória, alvenaria e parede de gesso drywall.
REVESTIMENTOS DO PISO	Piso Vinílico (nas salas), piso de mármore branco e piso cerâmico (copas e banheiros).
ACABAMENTOS DA PAREDE	Pintura (parede das salas e corredores) e revestimentos cerâmicos e mármora branco (na copa e banheiros).
PORTAIS	Madeira
MOBILIÁRIO FIXADO	
SISTEMA ELÉTRICOS	
QUADROS GERAIS - TIPOS	
1	sob gestão do DNIT
2	
3	
MEDIDOR - TIPOS	
1	
2	
QUADROS PARCIAIS - TIPOS	
1	sob gestão do DNIT
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
ESTABILIZADORES	
1	sob gestão do DNIT
2	
GRUPO GERADOR	
1	sob gestão do DNIT
2	
ATERRAMENTO	
1	sob gestão do DNIT
2	
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	
1	sob gestão do DNIT
2	

ED. DNIT			
3			
4			
NOBREAK			
1	sob gestão do DNIT		
2			
TOMADAS DE ENERGIA			
110 V	tomada de rede estabilizada 110 V.	UND	671,00
220 V	tomada de rede 220 V.	UND	128,00
LUMINÁRIAS			
1	tubular led 19 w	UND	1200,00
2	tubular led 9 w	UND	
3	bulbo led 9 w	UND	
4	tubular fluorescente 2 x 32 w	UND	
5	tubular fluorescente 2 x 20 w	UND	
6	tubular fluorescente 2 x 40 w	UND	1200,00
7	outros	UND	
SISTEMA HIDROSSANITÁRIO			
TUBULAÇÃO			
1	sob gestão do DNIT		
2			
VASOS SANITÁRIOS			
1	sob gestão do DNIT		
2			
MICTÓRIO			
1	sob gestão do DNIT		
TORNEIRAS			
1	sob gestão do DNIT		
2			
3			
BOMBA D'ÁGUA			
1	sob gestão do DNIT		
2			
3			
BOMBA DE ESGOTO			
1	sob gestão do DNIT		
2			
3			
LAVATÓRIOS			
1	sob gestão do DNIT		
2			
BANHEIROS			
1	sob gestão do DNIT		
2			
DUCHAS			
1	sob gestão do DNIT		
2			
CAIXAS D'ÁGUA			

ED. DNIT			
CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR			
1	sob gestão do DNIT		
2			
CAIXAS D'ÁGUA INFERIOR			
1	sob gestão do DNIT		
2			
SIFÃO			
1	sob gestão do DNIT		
2			
SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS			
TUBULAÇÃO DE FERRO			
1	sob gestão do DNIT		
2			
3			
SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			
1	sob gestão do DNIT		
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
REDE LÓGICA			
PONTOS			
1	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 5e estruturado.	UND	624,00
2			
FIBRA			
1	Fibra óptica multimodo, 4FO, com conexão LC.	M	520,00
DISTRIBUIDORES			
1	sob gestão do DNIT		
RACKS			
1	44 U's aberto	UND	3,00
2	12 U's fechado	UND	0,000
3	16 U's fechado	UND	0,000
4	08 U's fibra	UND	0,000
5	44 U's fechado câmeras	UND	0,000

ED. BLOCO F - ANEXO, ALA A - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS	
EDIFÍCIO:	ED. BLOCO F - ESPALNADA DOS MINISTÉRIOS.
ENDEREÇO:	Esplanadas dos Ministérios bloco "F" ala A - Brasília-DF.
CEP:	70.059-900
ÁREA/m ² :	782,14
PARTES CIVIS - TIPO	
COBERTURA	Telha fibrocimento e piso impermeabilizado.
ESQUADRIAS	Esquadrais metálicas
VEDAÇÕES/PAREDES	Alvenaria, parede de gesso drywall e divisória.
REVESTIMENTOS DO PISO	Piso Vinílico e piso cerâmico.
ACABAMENTOS DA PAREDE	Pintura e revestimentos cerâmicos.
PORTAIS	Madeira
MOBILIÁRIO FIXADO	
SISTEMA ELÉTRICOS	
QUADROS GERAIS - TIPOS	
1	sob gestão do bloco F
2	
3	
MEDIDOR - TIPOS	
1	Digital - Marca Nansem
2	
QUADROS PARCIAIS - TIPOS	
1	QDEM - Quadro de distribuição de Emergência - 1 disjuntores trifásico 50A; 22 disjuntores monofásico 25A, 5 disjuntores monofásico 32A e 15 disjuntores monofásico de 20A.
2	QDEM - Quadro de distribuição de Emergência - 1 disjuntores trifásico 50A; 20 disjuntores monofásico 25A, 4 disjuntores monofásico 32A e 10 disjuntores monofásico de 20A.
3	QDEM - Quadro de distribuição de Emergência - 1 disjuntores trifásico 50A; 22 disjuntores monofásico 25A, 4 disjuntores monofásico 32A e 10 disjuntores monofásico de 20A.
4	QDFL - Quadro de distribuição de força e luz - 1 disjuntores trifásico 50A e 48 disjuntores monofásico de 20A.
5	
6	
7	
ESTABILIZADORES	
1	sob gestão do bloco F
2	
GRUPO GERADOR	
1	sob gestão do bloco F
2	
ATERRAMENTO	
1	sob gestão do bloco F
2	
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	
1	sob gestão do bloco F
2	
3	
4	
NOBREAK	

ED. BLOCO F - ANEXO, ALA A - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS			
1			
2			
TOMADAS DE ENERGIA			
110 V	tomada de rede estabilizada 110 V.	UND	
220 V	tomada de rede 220 V.	UND	228,00
LUMINÁRIAS			
1	tubular led 19 w	UND	376,00
2	tubular led 9 w	UND	8,00
3	bulbo led 9 w	UND	
4	tubular fluorescente 2 x 32 w	UND	
5	tubular fluorescente 2 x 20 w	UND	
6	tubular fluorescente 2 x 40 w	UND	
7	outros	UND	
SISTEMA HIDROSSANITÁRIO			
TUBULAÇÃO			
1	Água fria em tubo soldável	OK	
2	Esgoto em PVC.	OK	
VASOS SANITÁRIOS			
1	Vaso sanitário convencional com valvula de descarga.	UND	4,00
2	Vaso sanitário aclopado.	UND	
MICTÓRIO			
1	Mictório	UND	
TORNEIRAS			
1	Torneira para Banheiro de Mesa Pressmatic;	UND	4,00
2	Torneira jardim	UND	
3	Torneira de cozinha	UND	
BOMBA D'ÁGUA			
1	sob gestão do bloco F		
2			
3			
BOMBA DE ESGOTO			
1	sob gestão do bloco F		
2			
3			
LAVATÓRIOS			
1	Lavatório de louça tipo cuba L37	UND	4,00
2	Lavatório de louça com coluna.	UND	
BANHEIROS			
1	Banheiros comuns	UND	4,00
2	Banheiros de portadores de necessidades especias.	UND	
DUCHAS			
1	sob gestão do bloco F		
2		UND	
CAIXAS D'ÁGUA			
CAIXAS D'ÁGUA SUPERIOR			
1	sob gestão do bloco F		
2			

ED. BLOCO F - ANEXO, ALA A - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS			
CAIXAS D'ÁGUA INFERIOR			
1	sob gestão do bloco F		
2			
SIFÃO			
1	sob gestão do bloco F		
2			
SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS			
TUBULAÇÃO DE FERRO			
1	sob gestão do bloco F		
2			
3			
SISTEMA DE PROTEÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO			
1	sob gestão do bloco F		
2	Extintor CO2 com 4 kg.	UND	
3	Extintor CO2 com 6 kg.	UND	
4	Extintor CO2 com 10 kg.	UND	
5	Extintor CO2 com 50 kg.	UND	
6	Extintor PQS com 4 kg.	UND	
7	Extintor PQS com 6 kg.	UND	
8	Extintor PQS com 50 kg.	UND	
9	Extintor AP com 10 L.	UND	
10	Extintor AP com 75 L.	UND	
11	Porta corta fogo especificação.	UND	
12	Luminária de emergência led.	UND	
REDE LÓGICA			
PONTOS			
1	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 5e estruturado.	UND	
2	Pontos lógicos de rede de dados, com cabo UTP, cat. 6e estruturado.	UND	72,00
FIBRA			
1	Fibra óptica multimodo, 4FO, com conexão LC.	M	180,00
DISTRIBUIDORES			
	Distribuidor óptico	UND	1,00
RACKS			
1	44 U's aberto	UND	1,00
2	12 U's fechado	UND	
3	16 U's fechado	UND	
4	08 U's fibra	UND	
5	44 U's fechado câmeras	UND	



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO III - PROGRAMA BÁSICO DE MANUTENÇÃO

1. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

1.1. OPERAÇÃO DIÁRIA

- Ligar e desligar as luminárias de todos os espaços ocupados, conforme esquemas e orientações que serão fornecidos pela Administração/fiscalização.
- Efetuar e registrar a leitura do consumo diário de energia.

1.2. CABINE DE MEDIÇÃO / SUBESTAÇÃO DE BAIXA TENSÃO

DIARIAMENTE:

- Leitura dos instrumentos de medição;
- Inspeccionar o barramento, conexões e fusíveis NH;
- Anotação do consumo de energia, ativo e reativo;
- Verificação, em todo equipamento, da existência de vazamento de óleo;
- Inspeção na iluminação da cabina;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétrico ou mecânico;
- Verificar a carga dos transformadores;
- Inspeção no sistema de pára-raios;
- Verificação do nível de óleo nos disjuntores;
- Inspeção de todo equipamento e do local;
- Inspeção nas chaves seccionadoras e fusíveis;
- Limpeza da cabina;
- Verificação do estado das partes metálicas quanto ao nível de oxidação.

MENSALMENTE:

- Inspeção no barramento, conexões e isoladores;

- Inspeção nos fios, cabos e muflas terminais;
- Verificação do isolamento das ferragens;
- Medição da resistência de aterramento dos pára-raios, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
- Verificação do estado dos isoladores quanto à rachaduras;
- Verificação da isolação dos transformadores de corrente e potencial;
- Limpeza dos seccionadores e chaves fusíveis;
- Lubrificação das partes mecânicas dos seccionadores e disjuntores a óleo;
- Aferição da escala dos instrumentos de medição;
- Limpeza dos isoladores e pára-raios;
- Examinar os isoladores e conchas do pára-raios;
- Completar o nível de óleo nos disjuntores;
- Exame dos contatos e bornes terminais;
- Teste de isolação dos seccionadores isoladores e disjuntores;
- Reaperto dos parafusos de fixação dos isoladores e ferragens;
- Teste de rigidez dielétrica do óleo;
- Teste de funcionamento do equipamento de segurança;
- Verificação dos pinos dos isoladores e grampos de suspensão;
- Reaperto dos bornes de ligação e terminais;
- Medição do isolamentos dos disjuntores;
- Substituição do óleo dos disjuntores, quando necessário;
- Regulagem das partes mecânicas;
- Reaperto geral das porcas e parafusos.

1.3. QUADRO GERAL DE LUZ E FORÇA

DIARIAMENTE:

- Leitura dos instrumentos de medição;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Limpeza externa dos armários;
- Lubrificação das dobradiças das portas do quadro;
- Verificação do aquecimento dos disjuntores termo-magnéticos;
- Verificação do aquecimento nos cabos de alimentação.

MENSALMENTE:

- Medição da amperagem (com amperímetro/alicate) dos alimentadores dos circuitos em todas as saídas dos disjuntores;
- Verificação dos contatos dos disjuntores;
- Verificação da concordância com as condições limites de corrente máxima permitida para cada circuito e pavimento;
- Efetuar o alinhamento dos contatos, movimentos livres;
- Inspeção das câmaras de extinção;
- Inspeção no barramento e terminais conectores;
- Controle da carga nos disjuntores;
- Verificação dos cabos na saída dos disjuntores evitando pontos de resistência elevada;
- Reaperto dos conectores de ligação;
- Verificação do sistema de aterramento;
- Verificação da regulação dos relés de sobrecarga;
- Reaperto dos parafusos de fixação do barramento e ferragem;
- Verificação do equilíbrio das fases nos circuitos;
- Verificação da tensão das molas dos disjuntores;
- Lubrificação das partes mecânicas dos disjuntores;
- Limpeza das câmaras de extinção;
- Limpeza geral do barramento, isoladores e disjuntores;
- Limpeza interna do quadro.

1.4. QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ, FORÇA E ENERGIA ESTABILIZADA

DIARIAMENTE:

- Efetuar controle da amperagem nos cabos de alimentação;
- Efetuar controle de carga nos disjuntores;
- Realizar lubrificação das dobradiças das portas dos armários;
- Efetuar a limpeza geral dos quadros;
- Verificação dos contatos dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Verificar o aquecimento no disjuntor geral e dos demais disjuntores em todos os quadros de todos os pavimentos;
- Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição nos andares;
- Operar, ligar e desligar os quadros de luz nos andares em horários predeterminados pela Administração/fiscalização;

- Verificar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos;

MENSALMENTE:

- Reaperto dos parafusos de contato dos disjuntores;
- Reaperto dos parafusos de fixação do barramento e conectores;
- Limpeza geral do barramento e conexões;
- Verificação do aquecimento no disjuntor geral;
- Verificação do aquecimento nos disjuntores monofásicos;
- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificação de aquecimento nos condutores de alimentação e distribuição;
- Verificação dos disjuntores evitando pontos de resistência elevada;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Verificação no funcionamento dos disjuntores;
- Verificação da fixação do barramento e conexões;
- Verificação do estado dos fios/cabos na entrada e saída dos disjuntores;
- Controle de carga nos disjuntores;
- Verificação do equilíbrio de fases com todos os circuitos ligados;
- Reaperto dos parafusos dos barramentos de entrada e saída;
- Reaperto dos parafusos dos terminais dos disjuntores *no-fuse*;
- Verificação da tensão da mola dos disjuntores *no-fuse*;
- Verificação do isolamento dos disjuntores;
- Limpeza, com ar comprimido, dos disjuntores, quadros e barramentos.

1.5. ILUMINAÇÃO GERAL (INTERNA E EXTERNA) E TOMADAS (INCLUSIVE REDE ESTABILIZADA)

DIARIAMENTE:

- Inspeção das luminárias quanto à existência de lâmpadas queimadas ou inoperantes;
- Verificação dos interruptores das lâmpadas quanto às condições operacionais;
- Verificação da existência de ruído nos reatores;
- Realizar teste de funcionamento das lâmpadas de emergência.

MENSALMENTE:

- Reaperto dos parafusos de fixação das tomadas;
- Verificação do sistema de fixação das luminárias;

- Reaperto dos parafusos de fixação dos soquetes das lâmpadas;
- Teste de corrente e alimentação das tomadas;
- Verificação dos pinos fêmeas de contato das tomadas;
- Verificação do aterramento das luminárias;
- Medição do isolamento dos circuitos quanto ao estado dos fios;
- Limpeza das luminárias e lâmpadas;
- Limpeza e teste dos reatores.
- Verificação do aterramento das luminárias;
- Medição do isolamento dos circuitos quanto ao estado dos fios;
- Limpeza das caixas de fiação das tomadas;
- Medição da resistência de aterramento das estruturas do edifício.

1.6. REDE ELÉTRICA

SEMANALMENTE:

- Inspeção das caixas de passagem;
- Verificação do estado de conservação das muflas de emendas de derivações;
- Inspeção do estado das capas isolantes, fios e cabos.

MENSALMENTE:

- Verificação do estado geral das muflas e cabos;
- Medição da resistência de isolamento das muflas de emenda e derivações;
- Medição da resistência ôhmica e continuidade dos cabos;
- Limpeza das caixas de passagem;
- Medição da amperagem da fiação e verificação, se estão de acordo com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- Verificação da corrente de serviço, sobreaquecimento.

1.7. ATERRAMENTO

MENSALMENTE:

Para as diversas malhas de aterramento existentes da central telefônica, ao Edifício, do Sistema de Computação:

- Verificação periódica da malha de aterramento, suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre cru, etc.;
- Verificação periódica das condições de uso das ligações entre o aterramento e os

estabilizadores;

- Verificar a resistência ôhmica adotando as medidas de correção, quando necessário;
- Verificar os índices de umidade e alcalinidade do solo do aterramento, mantendo-se dentro dos padrões normais;
- Efetuar reaperto de carcaças, tampas e blocos de tomadas;
- Verificar concordância dos polos das tomadas (fase, neutro e terra);
- Efetuar limpeza das caixas de passagem;

1.8. ESTABILIZADORES ELETRÔNICOS DE TENSÃO

DIARIAMENTE:

- Realizar inspeção visual do equipamento;
- Verificar ruídos ou aquecimento anormais;
- Operar, ligar e desligar os quadros nos pavimentos, quando determinado pela Fiscalização.
- Vistoriar todos os estabilizadores procedendo as correções necessárias em caso de sub ou sobre tensão, problemas eletro-mecânico, etc;
- Conferir as condições normais de funcionamento dos sistemas automático e manual;
- Verificar suas conexões e medir a amperagem cuidando que não superem a amperagem máxima permitida;
- Medir a tensão e amperagem do Quadro Geral de Distribuição (QGD), verificando se encontram dentro dos padrões normais;
- Verificar as condições gerais de funcionamento;
- Verificar o funcionamento do sistema de arrefecimento;
- Verificar ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Realizar leitura dos instrumentos de medição, amperímetros e voltímetros;
- Efetuar limpeza externa dos equipamentos;
- Inspeccionar caixas de passagem;
- Inspeccionar o estado das capas isolantes, fios e cabos.

MENSALMENTE:

- Verificar quanto ao estado das chaves e contatores;
- Inspeccionar os barramentos dos quadros;
- Realizar aferição das correntes de saídas;
- Verificar o sistema redutor de harmônica de frequência elevada;

- Efetuar ajuste dos trips por baixa e alta tensão;
- Efetuar limpeza geral no equipamento.
- Verificar todos os Quadros Parciais de Distribuição (QPD), inclusive a alimentação que parte do Quadro Geral de Distribuição para os QPDs nas salas;
- Verificar as canaletas plásticas, mantendo-as adequadamente colocadas;
- Efetuar teste geral da tensão na rede de tomadas;
- Efetuar reaperto de carcaças, tampas e blocos de tomadas;
- Verificar concordância dos pólos das tomadas (fase, neutro e terra);
- Realizar medição da resistência ôhmica e continuidade dos cabos;
- Efetuar limpeza das caixas de passagem;
- Efetuar medição da amperagem da fiação e verificação da conformidade com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- Verificar a corrente de serviço e de sobreaquecimento.

OUTRAS OBRIGAÇÕES:

- Proceder revisão geral e consertos em todos os estabilizadores;
- Efetuar cadastramento total de instalações e equipamentos (micro, supermicros, telex, fax, máquinas eletrônicas, etc.), que se utilizem do sistema estabilizado e aterramento, mantendo sempre atualizado cadastro junto à Administração/fiscalização;
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento de instalação por parte das empresas instaladoras dos sistemas destinados a computadores, garantindo que a fiação correrá nas calhas adequadas existentes. No caso em que a fiscalização da Contratante detectar o contrário, a Contratada se responsabilizará em refazer os circuitos às suas expensas;
- A Contratada apresentará relatórios ao final de cada semana dos serviços executados de manutenção preventiva e corretiva.

1.9. QUADROS DE EMERGÊNCIA

DIARIAMENTE:

- Ler todos os instrumentos de medição;
- Verificar todo o sistema elétrico-eletrônico;
- Verificar conexões, cabos, quadros e demais componentes mecânicos do sistema;
- Inspeccionar quadro de comando; Efetuar limpeza do equipamento.

MENSALMENTE:

- Limpar o quadro;

- Inspecionar isoladores e conexões de saída dos dispositivos;
- Inspecionar os cabos de alimentação;
- Eliminar, pontos de isolamento;
- Lubrificar dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
- Verificar aspectos dos cabos.

1.10. QUADROS DE COMANDO

DIARIAMENTE:

- Verificação da existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificação da existência de fusíveis queimados;
- Inspeção da pressão de contato dos fusíveis;
- Inspeção do estado das bases fusíveis quanto a aquecimento;
- Verificação do fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis.

MENSALMENTE:

- Inspeção do estado das chaves magnéticas;
- Verificação do contato dos porta-fusíveis para evitar fusões;
- Verificação do arco em excesso das chaves magnéticas;
- Verificação do ajuste dos relés de sobrecarga;
- Verificação do isolante e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas;
- Verificação do estado de conservação das bases fusíveis;
- Reaperto dos bornes de ligação das chaves magnéticas;
- Reaperto dos parafusos de contato dos botões de comando;
- Verificação da equalização da pressão no fechamento dos contatos;
- Limpeza das câmaras de extinção e dos contactos das chaves magnéticas;
- Lubrificação das partes mecânicas das chaves magnéticas;
- Teste de isolamento e continuidade dos circuitos;
- Ajuste de pressão dos contatos.

1.11. LUZES DE EMERGÊNCIA

MENSALMENTE:

- Verificação das cargas das baterias;
- Inspeção dos terminais quanto à oxidação
- Verificação do nível de solução eletrolítica;
- Teste de funcionamento dos refletores e luminárias;
- Verificação dos retificadores, bornes, terminais e conexões;
- Medição da voltagem na saída para os circuitos;
- Medição do isolamento e continuidade das bobinas dos auto transformadores;
- Teste de reguladores dos transistores e relês;
- Medição da densidade da solução;
- Verificação do estado de conservação dos carregadores e colunas de retificação;
- Verificação do estado das placas;
- Limpeza das caixas das baterias;
- Verificação do estado da conservação das baterias.

1.12. GRUPOS MOTOR GERADORES

DIARIAMENTE:

- Inspecionar o quadro de comando e transferência NEO ENEGIA (CEB)-GERADOR;
- Verificar o nível do óleo lubrificante;
- Verificar o nível de combustível no tanque de consumo;
- Verificar a existência de vazamento de óleo, água ou combustível;
- Realizar teste de funcionamento em vazio;
- Efetuar leitura dos painéis de controle;
- Verificar a carga nas baterias;
- Realizar a limpeza do painel de comando;
- Inspecionar as escovas e porta-escovas;
- Verificar o funcionamento do sistema de alarme;
- Verificar o equilíbrio das fases;
- Inspecionar a sinalização visual, quando à existência de lâmpadas queimadas ou inoperantes;
- Verificar a bomba auto-aspirante;
- Verificar a tensão das correias do ventilador, bomba de água e dínamo;
- Verificar a água do radiador;
- Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- Verificar as boias automáticas dos tanques auxiliares;

- Verificar e lubrificar, quando necessário, os tanques auxiliares;
- Verificar e lubrificar os comandos da bomba injetora;
- Verificar o funcionamento dos sistemas automáticos de pré-aquecimento e pré-lubrificação;
- Inspeccionar as chaves seccionadoras e isoladoras;
- Realizar a limpeza das salas de máquinas e do equipamento;
- Verificar o nível de água das baterias, completando as que forem necessárias.

QUINZENALMENTE:

- Verificar o estado de conservação das baterias;
- Verificar o nível da solução, tensão e densidade das baterias;
- Realizar teste do gerador com carga;
- Efetuar a limpeza dos motores e do espaço físico, instalações, instrumentos e acessórios;
- Examinar o óleo do cárter;
- Verificar o óleo lubrificante;
- Efetuar a limpeza dos filtros de ar;
- Verificar o aquecimento dos disjuntores termomagnéticos;
- Inspeccionar o estado das mangueiras de interligação;
- Efetuar teste dos componentes eletrônicos;
- Verificar o ajuste “zero” dos instrumentos de medição;
- Verificar o arco, em excesso, das chaves magnéticas e contadores;
- Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- Verificar o contato dos porta-fusíveis;
- Inspeccionar o barramento e conexão;
- Verificar o estado da graxa dos mancais;
- Verificar a tampa dos rolamentos quanto à existência de vibrações anormais;
- Verificar o bloco acionador quanto a folgas;
- Verificar a lubrificação dos isolamentos;
- Verificar a ventilação corretiva dos componentes que trabalham em regime de temperatura elevada;
- Medir a densidade da solução das baterias;
- Efetuar a aferição das molas das porta-escovas;
- Realizar limpeza e reaperto dos bornes das baterias;
- Verificar as superfícies do rotor e do estado dos alternadores;
- Inspeccionar as escovas e anéis de deslizamento.

MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:

- Completar o nível de solução eletrolítica nas baterias;
- Verificar as molas das porta-escovas;
- Efetuar o reaperto dos parafusos de fixação;
- Efetuar a limpeza dos terminais das baterias;
- Verificar os anéis coletores;
- Inspeccionar os cabos alimentadores;
- Efetuar o reaperto dos terminais de ligação das chaves magnéticas e contadores;
- Efetuar a limpeza dos contatos das chaves magnéticas;
- Verificar a excitatriz estática;
- Efetuar a aferição da pressão das molas de contato do dispositivo de levantamento das escovas;
- Verificar o estado de isolamento dos fios e cabos;
- Efetuar o reaperto em todo sistema de alimentação de óleo combustível;
- Verificar dos chumbadores de fixação dos grupos geradores;
- Medir o aterramento do painel e grupos geradores;
- Verificar os anéis coletadores;
- Realizar limpeza geral das canaletas;
- Medir a resistência de isolamento dos geradores;
- Completar o tanque de combustível.
- Verificar o aperto dos parafusos nos cabeçotes;
- Medir a resistência de isolamento do gerador;
- Verificar o estado dos mancais;
- Verificar o nível do alinhamento da base;
- Verificar a instalação elétrica;
- Efetuar limpeza dos canais de extinção das chaves magnéticas;
- Efetuar limpeza com produto químico apropriado do sistema de arrefecimento;
- Realizar ajuste da pressão e alinhamento dos contatos das chaves magnéticas;
- Efetuar limpeza e aferição da escala dos instrumentos de predição;
- Verificar o funcionamento e testar os componentes eletrônicos;
- Efetuar limpeza dos enrolamentos dos alternadores;
- Verificar os alinhamentos dos grupos comparadores;
- Efetuar limpeza e calibragem dos bicos injetores;
- Verificar das escovas e coletores do dínamo e motor de arranque;

- Verificar a pressão do óleo lubrificante.

ANUALMENTE:

- Substituir filtros de óleo lubrificante;
- Substituir filtros de combustível;
- Substituir filtros de admissão de ar;
- Substituir líquido do sistema de arrefecimento.

1.13. QUADROS DOS GRUPO MOTOR GERADORES

DIARIAMENTE:

- Ler os instrumentos de medição;
- Verificar o estado de todos os componentes dos quadros.

MENSALMENTE:

- Limpar externamente o quadro;
- Inspeccionar os isoladores e conexões de saída dos disjuntores, evitando pontos de resistência elevada;
- Verificar a resistência de aterramento, mantendo-a dentro dos limites normalizados;
- Inspeccionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado e isolamento);
- Verificar a fixação do barramento e conexões;
- Medir a resistência dos cabos de alimentação;
- Efetuar limpeza geral do barramento, conexões e disjuntores;
- Trocar os disjuntores necessários;
- Lubrificar as dobradiças das portas;
- Verificar o funcionamento das chaves dos armários;
- Verificar os aspectos da fiação;
- Verificar o funcionamento geral dos quadros.

1.14. TORRE DE REFRIGERAÇÃO DE ÁGUA DOS GRUPOS MOTOR GERADORES

MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:

- Efetuar limpeza;
- Verificar o estado de conservação;

- Verificar corrosão nas partes metálicas (tubos hidráulico);
- Lubrificar os rolamentos do eixo do ventilador e os rolamentos do motor;
- Verificar ruídos do eixo do ventilador (rolamentos).

1.15. SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS

MENSALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:

- Verificar a continuidade entre os eletrodos de aterramento e a ponta do para-raios. Localizar e eliminar a interrupção;
- Verificar se o cabo de descida está afastado devidamente afastado de qualquer parte da estrutura (mínimo de 20 cm);
- Verificar se a resistência de aterramento ultrapassa o valor máximo de 10 ohm (fazer a medição com o cabo de descida desligado);
- Verificar se a haste do para-raios está solidamente fixada na sua base;
- Verifica/ se o captor do para-raios está bem fixado na haste;
- Verificar e reapertar as conexões e fixações existentes entre o cabo de descida e a ponta e entre o cabo de descida e os eletrodos de terra;
- Retocar a pintura do mastro com tinta antiferrugem;
- Verificar o estado dos isoladores que fixam o cabo de descida;
- Verificar as braçadeiras que suportam os cabos de descida;
- Eliminar curvas bruscas do cabo de descida. Se for o caso, envolver o cabo com tubo isolante flexível nos pontos críticos;
- Verificar se o tubo de proteção na descida do cabo encontra-se em perfeito estado;
- Verificar ligação para terra;
- Limpar cuidadosamente o conjunto;
- Inspecionar minuciosamente a porcelana quanto a trincas e rachaduras, substituindo se necessário.

1.16. NO BREAKS E BATERIAS

DIARIAMENTE:

- Fazer leitura dos instrumentos de medição;
- Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais;
- Verificar a carga solicitada à rede;
- Verificar a existência de superaquecimento.

MENSALMENTE:

- Registrar as correntes de entrada e saída por fase;
- Registrar as tensões de entrada e saída por fase;
- Verificar a corrente de flutuação e equalização das baterias;
- Efetuar ajuste dos trips por sobrecarga, sub e sobretensão;
- Efetuar limpeza geral dos equipamentos;
- Verificar o estado dos cabos de alimentação;
- Verificar os componentes de proteção e sinalização queimados ou inoperantes;
- Inspeccionar os barramentos e conexões;
- Efetuar reaperto das conexões elétricas;
- Verificar a atuação do retificador;
- Realizar aferição dos instrumentos de medição;
- Verificar o aparecimento de maus contatos em conexões elétricas;
- Testar os "leds" indicativos de operação e defeito;
- Aferir os instrumentos existentes;
- Inspeccionar as baterias auxiliares da fonte lógica (nível de água, carga e tensão, caso existentes);
- Testar o funcionamento de todas as proteções;
- Simular falta de rede, observando entrada do gerador e estabilidade de frequência e tensão de saída do inversor;
- Ajustar a limitação da corrente de carga das baterias;
- Testar os semicondutores de chaveamento quanto à existência de fuga;
- Medir e anotar as tensões de flutuação e equalização das baterias;
- Medir e anotar a tensão e frequência de saída do inversor por fase;
- Executar testes operacionais complementares (acionamento, transferência, desligamento, etc.).

Para o Banco de Baterias:

- * Efetuar registro de tensões de cada elemento;
- * Verificar o nível do eletrólito;
- * Realizar remoção dos pontos de sulfatação e limpeza geral nos bancos.
- * Realizar medição da densidade do eletrólito dos elementos dos bancos;
- * Verificar os suspiros dos elementos e desobstruir, caso necessário;
- * Aplicar vaselina em pasta nas conexões e bornes dos elementos;
- * Realizar simulação de falta de energia.

2. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

2.1. SANITÁRIOS

DIARIAMENTE:

- Verificar a existência de vazamentos nos sanitários e saná-los;
- Verificar a existência de entupimentos em vasos e ralos em todos os sanitários e saná-los;
- Verificar a regulação das válvulas de mictórios e vasos em todos os sanitários e saná-los;
- Verificar o estado das ferragens e louças em todos os sanitários e trocar as danificadas;
- Verificar a existência de vazamento nos registros e torneiras.

2.2. RAMAIS PREDIAIS

DIARIAMENTE:

- Efetuar a leitura dos hidrômetros e verificação de seu estado de conservação e do ramal predial;
- Verificar o aspecto da água fornecida pela concessionária pública;

SEMESTRALMENTE:

- Verificar o estado de funcionamento das válvulas eliminadoras de ar, efetuando-se a limpeza interna dos equipamentos e dos abrigos dos hidrômetros onde as válvulas se encontram.

2.3. SISTEMA HIDRÁULICO

SEMANALMENTE:

- Verificar a existência de vazamentos, desperdícios ou usos inadequados nas tubulações, conexões e nos pontos de consumo externos, tais como torneiras, aspersores, válvula, registros e alimentação de espelho d'água, efetuando as correções necessárias;
- Verificar estado das tubulações, conexões e elementos de corte e controle de fluxo;
- Verificar o nível dos reservatórios;
- Verificar do funcionamento das válvulas de descarga;
- Verificar dos funcionamentos das torneiras;
- Verificar do estado das pias e vasos;

- Verificar estado da tubulação primária;
- Verificar das condições dos ralos de escoamento;
- Verificar de obstrução nas pias, vasos e drenos;
- Verificar do funcionamento das válvulas dos sanitários;
- Verificar da existência de vazamento nas pias, vasos, torneiras, chuveiros e demais pontos de consumo na rede hidráulica.

MENSALMENTE:

- Verificar a existência de corrosão em tubulações;
- Verificar o estado da fixação das tubulações aéreas e reparar (inclusive pintura) se necessário;
- Inspeccionar as tubulações imersas;
- Inspeção em toda rede hidráulica quanto ao índice de oxidação e estado de conservação.

2.4. BOMBAS DE RECALQUE, DE ÁGUA FRIA, DE ÁGUAS SERVIDAS, ESGOTOS E DE ÁGUAS PLUVIAIS

DIARIAMENTE:

- Operar os equipamentos conforme orientação do fabricante e da Administração/fiscalização;
- Testar o funcionamento das bombas;
- Verificar a existência de ruídos anormais elétricos ou mecânicos excessivos;
- Inspeccionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- Inspeccionar as válvulas de retenção;
- Inspeccionar o funcionamento das boias superiores;
- Inspeccionar o funcionamento das boias inferiores;
- Inspeccionar os cabos de alimentação do quadro geral das bombas;
- Inspeccionar os contadores de chaves magnéticas de comando das bombas;

MENSALMENTE:

- Verificar o alinhamento dos eixos das bombas;
- Efetuar a medição da folga das luvas de acoplamento;
- Efetuar a medição da resistência de isolamento dos motores;
- Eefetuar o reaperto das gaxetas e regulagem de gotejamento;
- Efetuar a lubrificação dos mancais das bombas;

- Verificar o estado das gaxetas das bombas;
- Inspeccionar as conexões hidráulicas;
- Verificar as luvas do acoplamento;
- Efetuar a medição de amperagem dos motores;
- Verificar o nível de óleo das bombas;
- Realizar a restauração completa das bombas quando se fizer necessário; e
- Verificar o funcionamento do comando automático.

Observações:

- 1- O engaxetamento das bombas hidráulicas deve ser realizado conforme NBR 12.640;
- 2- As bombas (como outros equipamentos) deverão ser identificadas individualmente.

2.5. REDE DE ESGOTO E ÁGUAS PLUVIAIS

DIARIAMENTE:

- Inspeccionar as instalações primárias e secundárias dos esgotos;

MENSALMENTE:

- Percorrer todos os pontos de visitas e limpá-los;
- Percorrer todas as caixas de inspeção e de areia e limpá-las;
- Limpar a caixa geral de esgotos;
- Percorrer todas as caixas de gordura e limpá-las;
- Percorrer todos os bueiros de águas pluviais e limpá-los;
- Inspeccionar e reparar as tampas herméticas e paredes dos poços de recalque;
- Inspeccionar e limpar os pontos de captação de águas pluviais (ralos “abacaxis”, calhas, bocas de lobo);
- Inspeccionar as redes primárias e secundárias de esgotos e saídas das tubulações de ventilação.

2.6. CAIXAS DE GORDURA E RESERVATÓRIOS

SEMANALMENTE:

- Inspeccionar o estado geral do espelho d’água do edifício sede e do extravasor;
- Inspeccionar as tampas dos reservatórios (estado e vedação);

TRIMESTRALMENTE:

- Providenciar ou acompanhar o esgotamento das caixas de gordura do restaurante (por equipamento succionador específico);

SEMESTRALMENTE:

- Realizar limpeza geral e desinfecção dos reservatórios de água, inferiores e superiores, respectivamente. Deverá ser programada redução gradual do enchimento, para que as perdas com o esvaziamento sejam minimizadas. A desinfecção deverá ser feita preferencialmente conforme orientação da concessionária pública, ou conforme determinar ou autorizar a Fiscalização.

3. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

3.1. REDES DE HIDRANTES E CAIXAS DE INCÊNDIO DOS PAVIMENTOS

DIARIAMENTE:

Verificar e corrigir quando necessário(a):

- Vazamento nas caixas de preventivos fixos contra incêndio;
- Vidro de tampa das caixas dos preventivos fixos de parede;
- Abertura e fechamento da porta;
- Nível da caixa d'água;
- Rede e vazamentos nos registros, barriletes, etc.;
- Acesso a hidrantes e registros.

SEMANALMENTE:

Verificar e corrigir, quando necessário, das válvulas de governo e alarme, relacionados com:

- Vazamentos, efetuando os reparos necessários;
- Funcionamento do manômetro;
- Abertura e fechamento dos registros das caixas de hidrantes para evitar o seu gripamento;
- Acionamento das bombas pelos botões de partida e se esses botões estão numerados indicando qual bomba é acionada;
- Indício de cavitação das bombas;
- Pressão nos manômetros;
- Correção do enrolamento das mangueiras de incêndio.

MENSALMENTE:

- Inspecionar esguichos, registros, chave de engate rápido e conexões;
- Lubrificar registros com uma mistura de óleo e grafite;
- Realizar limpeza das caixas de incêndio;
- Verificar vazamentos na estrutura da caixa d'água superior (reserva);
- Verificar correção da sinalização;
- Verificar o estado de conservação dos hidrantes de passeio quanto ao acesso, abertura da tampa, ferrugem, funcionamento do registro etc.;
- Verificar o funcionamento das válvulas direcionais;

Inspeccionar os instrumentos de medição, relacionados com:

- Recalibre dos manômetros;
- Recalibre dos pressostatos;
- Recalibre das chaves de fluxo.

TRIMESTRALMENTE:

- Efetuar retoque ou reelaboração de pintura das caixas de incêndio e demais componentes visíveis conforme normas vigentes;
- Realizar lavagem e secagem adequada das mangueiras de incêndio;

SEMESTRALMENTE OU SEMPRE QUE NECESSÁRIO:

- Submeter às mangueiras a testes hidrostáticos, cuidando para que o procedimento de secagem seja feito corretamente conforme as normas técnicas e orientações do fabricante.

3.2. REDE DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS)

SEMANALMENTE:

- Realizar teste de funcionamento da bomba;
- Efetuar drenagens da câmara de ar;
- Verificar e lubrificar todas as válvulas de controle do sistema;
- Verificar se as pressões dos manômetros estão normais;
- Verificar se o abastecimento d'água do sistema está normal e a possível existência de válvulas fechadas ou outras obstruções na tubulação de fornecimento;
- Vistoriar os "sprinklers" automáticos, para assegurar que estejam em boas condições, limpos, isentos de poeira ou danificações;
- Inspecionar as tubulações e mantê-las em boas condições e livres de danos mecânicos;

- Verificar o estado de conservação dos suportes pendentes e quando quebrados ou frouxos, reapertá-los ou substituí-los;
- Testar os dispositivos de alarme de descarga d'água e lacrar na posição normal de abertura as válvulas que controlam o fornecimento de alarme;
- Inspeccionar e ligar as bombas;
- Inspeccionar e limpar, quando necessário, a caixa d'água elevada, reservada ao sistema contra incêndio.

3.3. ALARMES AUDIOVISUAIS E DE DETECÇÃO DE CALOR E DE FUMAÇA

DIARIAMENTE:

- Verificar de forma visual as indicações registradas no painel central de supervisão e comando;
- Inspeccionar de forma visual das baterias;
- Verificar o funcionamento das caixas difusoras do som;
- Verificar a tensão de alimentação do sistema;
- Verificar e eliminar eventuais fugas de corrente por derivação à terra;
- Verificar o funcionamento do carregador de baterias e inibição dos comandos externos;
- Verificar o estado dos sinalizadores;

MENSALMENTE:

- Inspeccionar quanto à existência de lâmpadas de sinalização e fusíveis queimados;
- Testar funcionamento do painel;
- Testar os detectores;
- Testar o funcionamento das campainhas;
- Testar os acionadores manuais;
- Verificar e completar o nível de solução das baterias;
- Disparar os laços do painel em separado ativando os respectivos detectores;
- Desconectar e comutar os laços conjugados com CO2 por meio do relê retardador das cabeças de comando dos cilindros pilotos e das válvulas direcionais;
- Efetuar a limpeza dos equipamentos.

4. INSTALAÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - QUANDO DISPONÍVEL

DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:

- Inspeccionar toda a rede, verificando as tubulações, mangueiras, registros e

válvulas, reguladores de pressão, estado geral dos botijões ou cilindros e pontos de alimentação e consumo;

- Verificar as condições de ventilação dos recintos onde houver botijões ou cilindros ou pontos de alimentação e consumo;
- Verificar a existência de obstruções ou deposições indevidas ou perigosas junto às instalações;

MENSALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:

- Verificar o estado das identificações visuais e sinalizações de segurança e pinturas;
- Inspecionar os danos e corrosões;
- Verificar e reparar elementos de fixação, conexões, uniões e tubulações;
- Verificar estado de pinturas;
- Efetuar teste de estanqueidade. Este teste deverá ser providenciado junto a empresa devidamente credenciada pelo Corpo de Bombeiros Militar (CMB-DF), que deverá emitir laudo técnico específico.
- Execução de testes hidrostáticos e hidrodinâmicos.

Observações:

- (1) Os testes pneumáticos serão executados para verificar a resistência do sistema a pressão interna, sem causar falha, vazamento ou distorções permanentes.
- (2) Os testes de estanqueidade serão realizados apenas por ar comprimido ou gás inerte, vedada a utilização de líquidos. A revelação de vazamentos poderá ser feita pela aplicação de espuma de água e sabão nas juntas.
- (3) As partes e peças defeituosas deverão ser substituídas por novas, e o sistema novamente testado.
- (4) Os procedimentos de testes, as tolerâncias, soldagens e outros procedimentos, e o recebimento, obedecerão ao que estabelecer a norma da ANSI B-31 e normas do fabricante e normas técnicas Brasileiras (como as NBR 13.932 13.192 e 13.933).
- (5) Para conferência e manutenção de botijões, reguladores e mangueiras, considerar, respectivamente, as normas NBR 8.866/00, NBR 8473 / NBR 13.419 e NBR 8613.
- (6) As delimitações de atribuições previstas pela Decisão Normativa nº032/1988 – CONFEA também deverão ser consideradas.
- (7) Sempre que possível, as correções deverão ser efetuadas de imediato.

5. REDE LÓGICA E TELEFONIA

5.1. SALAS DE TELECOMUNICAÇÕES CENTRAIS E SETORIAIS (RACKS)

DIARIAMENTE:

- Vistoriar as salas de Telecomunicações quanto a limpeza e fontes de poeiras;
- Inspeção visual dos racks;
- Visualizar se alguma identificação do cabeamento foi perdida;
- Analisar temperatura do ambiente, verificando se ar-condicionado está funcionando;

MENSALMENTE:

- Limpeza dos aparelhos de ar-condicionado das salas;
- Vistoriar iluminação da sala e solicitar consertos e reparos quando necessário;
- Limpeza da sala e dos equipamentos;
- Inspeção de conectores e tomadas rj-45;
- Inspeção das fibras ópticas;
- Vistoria das salas de Telecomunicações acompanhada de funcionário da Contratante;
- Identificar todos os cabos e registrar em formulário próprio, a ser afixado na porta de cada Rack, mantendo-o atualizado conforme padrão a ser adotado;
- Verificar funcionamento e conexões dos Patch Panels;
- Verificar funcionamento dos Switches;
- Verificar e organizar os cabos UTP nos Rack;
- Conferir quantidade de pontos disponíveis por rack e por pilha de switch.

EVENTUALMENTE E SEMPRE QUE SOLICITADO:

- Organização dos DGs central e parciais e BLIs;
- Retirada de cabos desativados nos "shafts", forros, calhas e canaletas;
- Acompanhar técnicos de outras empresas durante reparos na rede de telecomunicações;
- Conserto, instalação e remanejamento de aparelhos telefônicos multifrequências, fac-similes, teleimpressoras, bloqueadores de DDD, telex, bina e outros equipamentos instalados na rede de telecomunicações;
- Conserto, instalação e remanejamento de ramais do PABX, LDs e LPs;
- Programação de aparelhos telefônicos;
- Outros serviços correlatos.

5.2. PONTOS DE USUÁRIO

SEMANALMENTE:

Vistoriar pontos de redes dos usuários verificando, conforme as Normas, se:

- O ponto está com etiqueta de identificação;
- O ponto está conectorizado adequadamente;
- O ponto está afixado adequadamente;
- O patch cable é de tamanho adequado;
- O patch cable está conectorizado adequadamente.
- Deverá visitar meio andar por dia.

QUANDO SOLICITADO:

- Vistoria acompanhada de funcionário da Contratante.

5.3. CABEAMENTO HORIZONTAL

MENSALMENTE:

- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente separado da rede elétrica.
- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente acondicionado em canaleta ou duto.

5.4. CABEAMENTO VERTICAL

MENSALMENTE:

- Verificar se cabeamento lógico está adequadamente acondicionado em canaleta ou duto;
- Verificar adequação dos D.I.O. de cada sala de telecomunicações.

6. PORTAS E PORTÕES INTERNOS E EXTERNOS

SEMPRE QUE NECESSÁRIO:

- Verificar o funcionamento de molas de piso e pivôs, e efetuar a devida regulagem;
- Verificar o alinhamento e o fechamento das portas e dos portões;
- Verificar o estado das fechaduras, fechos, ferrolhos e porta-cadeados;
- Verificar o estado dos elementos de sinalização (faixas adesivas e pinturas);
- Verificar o estado e o alinhamento dos trilhos e dos portões de correr;
- Verificar o estado das roldanas e lubrificá-las;

- Verificar o estado das caixas de roldanas e efetuar o desempenho, se possível;
- Verificar o estado dos puxadores e sua fixação;
- Verificar o estado geral dos pinos de deslizamento;
- Verificar o estado das telas e sua amarração e soldagem;
- Verificar o estado dos vidros;
- Verificar o estado das guias de condução e de fechamento, e desempená-las;
- Verificar o estado geral da pintura.

7. INSTALAÇÕES CIVIS

- Revisão e reparos em impermeabilização em geral;
- Revisão periódica de todos os elementos das coberturas dos prédios, túnel e garagem, devendo ser observadas as condições da estrutura dos telhados, telhas, calhas, rufos, grelhas, etc.;
- Recomposição de forros em geral (madeira, laje, gesso, etc.);
- Limpeza de shaft em geral;
- Revisão de esquadrias (janelas, vitrês, etc.);
- Assentamento de revestimentos em pisos e paredes;
- Execução de alvenarias;
- Reparos e serviços de acabamento gerais nas edificações e telhados;
- Conservação de taludes;
- Demolição de paredes;
- Reparo de massa para alvenarias e revestimentos de paredes em geral;
- Preparo da superfície de paredes;
- Corte e amarrações de ferragens;
- Reparos em esquadrias de madeira;
- Aplicação de laminado, folheados, tecidos e placas de aço escovado;
- Colagem de carpete, pisos em fórmica e plurigoma;
- Troca de fechaduras e aberturas de gavetas;
- Fixação de quadros e placas de sinalização;
- Instalação de rodas e pés de borrachas em mobiliário;
- Preparo de superfície de madeira;
- Confecção de armários em divisórias ou revestimentos de outros materiais (laminados de cerejeira, sucupira, etc) que serão executados segundo programação estabelecida pela Contratante;
- Reparos gerais em mobiliário, tais como reapertos, envernizamento e outros

pequenos consertos;

- Remanejamento e instalações de divisórias;
- Troca de fechaduras e trancas;
- Regulagem e/ou montagem de portas;
- Outros serviços correlatos.

8. AR CONDICIONADOS SPLIT E DE JANELA

Elaborar plano de manutenção em conformidade com o PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, de acordo com o previsto pela Lei 13.589 de 2018.

O PMOC consistirá, dentre outras informações, num conjunto de documentos contendo todos os dados da edificação, seus ambientes e equipamentos, além dos procedimentos e rotinas de manutenção que devem ser realizados para cada um.

Deverão ser programadas rotinas mensais, semanais e, se necessário, diárias, abrangendo, no mínimo:

- Medição da tensão e de corrente elétrica nos aparelhos;
- Substituição de filtros descartáveis;
- Limpeza de filtros reutilizáveis;
- Verificar e corrigir a ocorrência de superaquecimento em cabos e conectores;
- Verificar se a água de condensação está sendo drenada;
- Verificar a temperatura do ar refrigerado;
- Limpar / Lavar a unidade condensadora;
- Limpar / Lavar a serpentina da unidade evaporadora;
- Limpar a unidade evaporadora;
- Verificar e corrigir a ocorrência de ruídos;
- Limpeza interna e externa nas unidades de ACJ - ar condicionado de janela;
- Verificar os suportes de condensadoras e/ou de ACJ.

Deverá ser programada rotina de manutenção e acompanhamento mais intensiva (diária, semanal e mensal) para os ar condicionados de áreas técnicas como racks, salas técnicas, dentre outras.

9. INSTALAÇÕES DE ÁUDIO E VÍDEO

A Contratada deverá executar manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de áudio e vídeo existentes nos edifícios, bem como a sua operacionalização.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Acioli de Castro Lopes**, **Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos**, em 23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Martins de Oliveira Silva**, **Chefe do Serviço de Manutenção Predial**, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Edgar de Albuquerque Parras**, **Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos**, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856168 e o código CRC D122EE99.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO IV - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Indicadores de qualidade e de desempenho dos serviços prestados pela Contratada

Objetivo	
Garantir o cumprimento dos prazos de atendimento dos serviços de manutenção predial com qualidade e das disposições contratuais.	
Formas de avaliação e de acompanhamento	
Verificação das datas de emissão de Ordem de Serviço (OS) e de realização dos serviços, do intervalo temporal entre elas e registro em planilha de controle (por amostragem); -Visitas aos locais dos serviços solicitados na OS; -Verificação dos trabalhos dos funcionários da Contratada; -Registros de satisfação da clientela	
Meta a cumprir	100% dos serviços das OS da amostra realizados, dentro dos prazos estabelecidos.
Instrumentos de medição	Planilha de controle dos serviços executados e/ou informações registradas na OS.
Periodicidade da medição	Mensal
Início de vigência	Início do mês da execução dos serviços
Forma de aplicação	Descontos percentuais na Nota Fiscal ou Fatura da empresa Contratada, mediante os resultados obtidos para os indicadores Id1 e Id2

Indicador 1 (Id1)	
Descrição	Expressão
Percentual de OS executadas no período de medição (amostragem mínima de 50,00% do total de OS emitidas no período de medição)	$Id1 = (\text{Total de OS atendidas da amostra} / \text{Total de OS da amostra}) \times 100$

Indicador 2 (Id2)	
Descrição	Expressão
Índice de inconformidade na qualidade da prestação	$Id2 = (\text{somatório dos pontos obtidos por})$

dos serviços (em pontos), conforme a seguir:	inconformidades na prestação dos serviços)
Inconformidade	Pontos
Não cumprimento do horário estabelecido pelo TR ou determinado pela Administração (por ocorrência)	1
Não utilização de Equipamentos de Proteção Individual e/ou Coletiva (por ocorrência e por funcionário).	2
Não fornecimento de material dentro do prazo estabelecido no TR ou acordado com a Fiscalização (por ocorrência)	2
Não reposição de funcionário ausente no prazo previsto no TR (por ocorrência)	3
Fornecimento de materiais ou peças de reposição de baixa qualidade (por ocorrência)	3
Não cumprimento da programação periódica de manutenção preventiva (por ocorrência)	3
Não fornecimento/utilização de ferramenta adequada (por ocorrência)	3
Utilização de funcionário não residente sem a qualificação mínima exigida (por ocorrência)	4
Execução de serviço de comprovada má qualidade e/ou desrespeitando as normas técnicas, quando houver (por ocorrência)	5
Outras ocorrências decorrentes da prestação dos serviços contratados e que resultem em prejuízos e/ou transtornos ao MDS (por ocorrência)	5

Faixas de Ajuste no Pagamento Mensal da Contratada

Indicador 1 (Id1)		Indicador 2 (Id2)		
Faixas de percentual de OS executadas (por amostragem)	Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (A)	Faixas de pontuação acumulada referente à inconformidades na prestação dos serviços	Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (B)	TOTAL Percentual de pagamento da Nota Fiscal ou Fatura da Contratada (A)+(B)
80 a 100%	95%	0 a 6	5%	100%
		7 a 9	4%	99%
		10 a 12	3%	98%
		13 a 15	2%	97%
		15 ou mais	1%	96%
70 a 79,99%	90%	0 a 6	5%	95%
		7 a 9	4%	94%
		10 a 12	3%	93%
		13 a 15	2%	92%
		15 ou mais	1%	91%

60 a 69,99%	85%	0 a 6	5%	90%
		7 a 9	4%	89%
		10 a 12	3%	88%
		13 a 15	2%	87%
		15 ou mais	1%	86%

Observações:

- Caso os percentuais de OS executadas sejam inferiores a 60% e/ou a pontuação acumulada referente à inconformidades na prestação dos serviços seja superior a 15 pontos, poderá ser aplicada sanção administrativa à empresa contratada, em conformidade com o disposto no Termo de Referência.
- Será considerada como OS emitida todas as que estiverem com prazo de execução expirado dentro do mês de referência.
- No início da execução do contrato, poderão ser pactuadas com a Fiscalização do contrato as datas mensais de apuração do percentual de execução e da pontuação, levando em conta, principalmente, a data de fechamento da Nota Fiscal pela empresa contratada.
- As amostras serão escolhidas à critério da Fiscalização;
- Demais situações não previstas neste acordo poderão ser pactuadas ou dirimidas junto à Fiscalização do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Acioli de Castro Lopes**, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Martins de Oliveira Silva**, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Edgar de Albuquerque Parras**, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856186 e o código CRC 6E0348DD.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO V - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ /2022.

Processo: _____/_____-____

Atestamos, para fins de participação no Pregão Eletrônico em Epígrafe, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF nº _____, procedeu a vistoria/visita técnica nas dependências deste ministério nos seguintes edifícios:

EDIFÍCIO	LOCAL	VISTORIA (sim ou não)
EDIFÍCIO BLOCO "C" DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS	Esplanada dos Ministérios, bloco "C"	
EDIFÍCIO BLOCO "F" DA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS	Esplanada dos Ministérios, bloco "F"	
EDIFÍCIO NÚCLEO DOS TRANSPORTES (DNIT)	Setor de Autarquias Norte – SAUN, Quadra 3, Lote "A"	
EDIFÍCIO SAAN DO SETOR DE ARMAZENAMENTO ABASTECIMENTO NORTE	Setor de Armazenamento e Abastecimento Norte Quadra 4 Lote 916	
EDIFÍCIO THE UNION DO SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL SMAS	Setor de Múltiplas Atividades Sul SMAS – Trecho 3 - Lote 01	

Tomando conhecimento das peculiaridades necessárias para cumprimento das obrigações, não sendo admitido, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, decorrentes da licitação e do objeto a ser pactuado.

Brasília - DF, _____ de _____ de 2022

Representante do Ministério da Cidadania
Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por Luciano Acioli de Castro Lopes, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Neuza Martins de Oliveira Silva, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Edgar de Albuquerque Parras, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856196 e o código CRC 94FA3EE4.

Referência: Processo nº 71000.074238/2021-52

SEI nº 12856196



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA/VISITA TÉCNICA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Empresa: _____

CNPJ nº: _____

Responsável legal da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone(s) com DDD: _____

E-mail: _____

Declaramos que esta empresa renuncia à Vistoria/Visita Técnica aos locais e instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Pregão Eletrônico em epígrafe, e que temos pleno conhecimento das reais condições e peculiaridades de execução dos serviços, bem como de todos os dados e elementos necessários à elaboração da proposta comercial e à perfeita execução do objeto a ser pactuado, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório.

Brasília, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa

CPF: _____

(Obs. Entregar com a documentação no envelope de Habilitação preenchido e assinado com



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Acioli de Castro Lopes**, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Martins de Oliveira Silva**, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Edgar de Albuquerque Parras**, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856200 e o código CRC 44013A19.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VII - ATRIBUIÇÕES DAS EQUIPES TÉCNICAS RESIDENTE E NÃO RESIDENTE

ENGENHEIRO

Proceder a avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho;

Consultar outros especialistas, como engenheiros e arquitetos, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à manutenção e a obras e serviços;

Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante;

Preparar programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento de obras e serviços;

Dirigir a manutenção predial, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendadas;

Assessorar a Contratante nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam elaboração de projetos básicos, consultorias, perícias, fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

Desenvolver estudos visando economia de eletricidade e de água, orientando os serviços de manutenção em busca de maior eficiência energética;

Conhecimento da Lei nº 8666/93;

Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante;

Desempenhar outras atividades inerentes a função;

Requisitos: Curso superior em Engenharia Civil ou Elétrica; registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA); experiência mínima de 5 anos na área de manutenção e instalação predial, compatível com a complexidade do objeto do Edital.

ARQUITETO

Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações;

Elaborar projetos de layout, elétricos, hidrossanitários, fachadas, paisagismo, compatíveis com as atribuições da categoria profissional, utilizando softwares específicos para desenho técnico (CAD, BIM, etc.);

Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante ou a quem ela designar;

Desempenhar outras atividades inerentes a função;

Requisitos: Curso Superior em Arquitetura ou Arquitetura e Urbanismo; registro no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); experiência mínima de 3 anos na área de projetos arquitetônicos, compatível com a complexidade do objeto do Edital.

CADISTA (DESENHISTA)

Estudar as características do projeto, examinando notas, esboços, especificações e normas técnicas, para assimilar todos os dados necessários à confecção do desenho;

Efetuar os cálculos necessários à ampliação do projeto original, empregando a técnica necessária para determinar dimensões, superfícies, volumes e outras características do projeto;

Elaborar desenhos com detalhamentos de instalações hidrossanitárias, elétricas, lógicas, telefonia, leiautes e de outros desenhos inerentes à área;

Estabelecer relações entre as diferentes partes do produto ou obra, dimensionando os elementos parciais em escalas adequadas, para assegurar a forma ou estrutura do conjunto, de acordo com o original;

Fazer o levantamento no local, utilizando trena e outros instrumentos de medição, das dimensões dos ambientes e objetos reais;

Elaborar esboços, obedecendo às normas técnicas e utilizando instrumentos e materiais de desenho, para fazer estudo prévio do desenho definitivo;

Submeter o esboço elaborado à apreciação do autor do projeto, consultando-o sobre possíveis correções ou alterações, para efetuar os ajustes necessários;

Elaborar o desenho definitivo, utilizando software CAD ou BIM, impressora plotter, aplicando seus conhecimentos sobre materiais, processos e técnicas de fabricação e construção, para fornecer todos os subsídios gráficos necessários à execução do projeto;

Estar em permanente contato com a Fiscalização da Contratante ou a quem ela designar;

Desempenhar outras atividades inerentes a função.

Requisitos: Curso de Técnico em Edificações, ou Curso Técnico de Cadista (mínimo de 150 horas), ou Estudante de Arquitetura ou de Engenharia (Civil, Elétrica ou Mecânica); experiência na elaboração e desenvolvimento de projetos em software de desenho técnico (CAD, BIM, etc.), compatível com a complexidade do Edital.

ENCARREGADO-GERAL DE MANUTENÇÃO

Executar tarefas de caráter técnico, relativas ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais;

Orientar as atividades dos trabalhadores de sua equipe nas diferentes fases dos trabalhos, acompanhando a execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos;

Examinar as instalações, máquinas, equipamentos e instrumentos elétricos diversos em funcionamento, utilizando amperímetros, voltímetros e outros instrumentos de precisão, ou operando-os experimentalmente, para assegurar-se de que se ajustam às condições e normas técnicas de segurança;

Organizar e supervisionar as atividades de manutenção preventiva e corretiva, distribuindo, coordenando e acompanhando as tarefas dos trabalhadores, para assegurar o desenvolvimento regular e eficiente dos serviços;

Distribuir as tarefas de manutenção aos trabalhadores, baseando-se nas especificações dos programas e na especialização de cada um, para obter o máximo de rendimentos;

Acompanhar a execução dos trabalhos de manutenção, observando as operações, solucionando problemas, testando equipamentos, para garantir a eficiência dos serviços;

Explicar aos trabalhadores as normas e instruções de segurança ou de outra natureza, estabelecida pela Contratante, efetuando reuniões e ministrando eventuais treinamentos, para assegurar o cumprimento dos regulamentos e das condições de segurança e incentivo ao trabalho;

Orientar os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, detectando defeitos, consertando ou substituindo componentes, realizando regulagens necessárias e aplicando testes funcionais, para evitar desgaste prematuros dos equipamentos e assegurar à maquinaria as condições de pleno funcionamento;

Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender às necessidades de trabalho;

Desempenhar outras atividades inerentes a função;

Ensino médio completo, curso técnico de eletrotécnico ou de técnico em edificações, experiência mínima de 3 anos como encarregado de manutenção predial, compatível com a complexidade do Edital.

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO

Executar a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado do tipo janela, splits, bem como de exaustores, ventiladores, refrigeradores e bebedouros, reparando e substituindo peças e conjuntos parciais, fazendo os ajustes, regulagens e lubrificações convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular desses equipamentos;

Instalar, remanejar e substituir aparelhos de ar condicionado dos tipos split, ACJ, portátil, e outros afins;

Realizar a limpeza dos aparelhos de ar condicionado de acordo com o PMOC (Plano de Operação, Controle e Manutenção) e com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante, curso técnico de eletrotécnico e de Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.

ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO-GERAL

Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, inclusive de quadros de comando, quadros de bombas hidrossanitárias e Grupo Motor Gerador, reparando e substituindo peças e conjuntos parciais, fazendo os ajustes e regulagens convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular dessas instalações;

Instalar, remanejar e substituir circuitos elétricos, disjuntores, contadores, relês, fusíveis, tomadas, luminárias, interruptores e seus componentes;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato e compatível com a complexidade do Edital.

TÉCNICO DE REDES (DADOS E VOZ)

Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações de dados, reparando e substituindo peças e conjuntos parciais, fazendo os ajustes e regulagens convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular dessas instalações;

Experiência com redes de dados de alta velocidade, Wi-Fi, cabeamentos óticos e

metálicos;

Instalar, remanejar e substituir redes e pontos de dados e de telefonia e seus componentes;

Executar amarração, lançamento e passagem de cabos de rede de dados e de telefonia;

Executar teste nas redes de dados e de telefonia (cabos, conectores, *wall boxes*, *patch pannels*, ativos de rede e de telefonia, etc.);

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.

BOMBEIRO HIDRÁULICO

Estudar o trabalho a ser executado, analisando desenhos e/ou esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;

Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações hidrossanitárias;

Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, lajes e pisos, utilizando instrumentos de marcação, para orientar a instalação do sistema projetado;

Abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos-chave e utilizando ferramentas manuais ou mecânicas;

Instalar louças sanitárias, condutores de esgotos, caixa d'água, chuveiros, metais e outras partes componentes das instalações hidráulicas, utilizando ferramental e dispositivos necessários a perfeita execução dos serviços;

Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não-metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;

Efetuar testes nas tubulações, utilizando ar comprimido ou água sobre pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento;

Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;

Executar o fechamento de furos e rasgos na paredes, laje, piso ou forro, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação;

Desempenhar outras atividades inerentes a função.

MARCENEIRO (ARTÍFICE)

Examinar os desenhos e esboços recebidos, analisando as especificações técnicas constantes para determinar o material a ser utilizado na confecção ou reparação de móveis e outras peças de madeira, MDF, MDP a serem construídos;

Colocar ferragens, como dobradiças, puxadores e outras, nas peças e móveis montados, fixando-as nos locais indicados, para possibilitar o manuseio dos mesmos e atender aos requisitos exigidos ao seu acabamento;

Pintar, envernizar ou encerar peças e móveis;

Reparar peças e móveis de madeira, recuperando ou substituindo as partes danificadas, para restituir-lhes as características originais;

Instalar esquadrias, como janelas, portas e outras peças de madeira, ferro e alumínio, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados e previamente preparados;

Confeccionar, montar e desmontar paredes, esquadrias, armários, estantes, bancadas e outras peças em madeira, MDF, MDP e em material de divisórias;

Efetuar manutenção e o remanejamento de persianas e cortinas (retirada, recolocação, fixação e reposição de peças soltas e/ou danificadas);

Realizar serviços de pequeno e médio porte de pinturas, gesso, forros e reparos de pisos;

Executar serviços de marcenaria envolvendo a manutenção preventiva e corretiva, montagem e desmontagem, instalação, remanejamento, substituição, adaptação, modificação e confecção de móveis, armários, gaveteiros, estações de trabalho, mesas, cadeiras, molduras, divisórias, fechaduras, esquadrias, portas, portais, janelas, balcão, guichê, forros (gesso, mineral, pvc, etc.), molas de portas, suportes, prateleiras, quadros, dentre outros itens de marcenaria, fazendo os ajustes e regulagens convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos, materiais e dispositivos diversos, para assegurar o funcionamento regular desses e de outros itens de marcenaria;

Desempenhar outras atividades inerentes a função.

Requisitos: Ensino Médio completo, curso de marcenaria e experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Executar, no decorrer da execução do contrato, serviços de apoio ao engenheiro coordenador da equipe de manutenção e seus subordinados, tais como: receber as solicitações de serviços, controle de estoque de material, controle de frequência das equipes de manutenção, separar e classificar documentos e correspondências, digitar cartas, minutas e outros textos, atender chamadas telefônicas, operar computador, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, operar o sistema de controle de demandas a ser fornecido;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino Médio completo; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho.

AJUDANTE DE MANUTENÇÃO-GERAL

Dar apoio às atividades desenvolvidas pelos profissionais e executar serviços gerais de baixa complexidade, sob orientação e supervisão do Encarregado de Manutenção;

Auxiliar no transporte manual de cargas (mobiliários, materiais, peças, equipamentos, etc.);

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho ou comprovação de treinamento prévio à contratação do funcionário, promovido pela Contratada.

PEDREIRO

Executar manutenção preventiva e corretiva das instalações civis, efetuando colocação, remoção, construção, demolição e reparos em itens como alvenarias, pisos internos e externos, revestimentos, forros, coberturas, calhas e impermeabilizações, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos necessários aos trabalhos desenvolvidos, a fim de assegurar o funcionamento regular dessas instalações;

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

GESSEIRO

Executar todo e qualquer serviço de gesso, inclusive gesso acartonado e *dry wall*, como, por exemplo, execução e recomposição de placas, peças, forros e paredes em gesso, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

PINTOR

Executar todo e qualquer serviço de pintura, como pintura de paredes, pisos, tetos, forros, fachadas, vidros, esquadrias, grades, portões, estruturas de concreto, meio-fio, portas, brises, mobiliários, molduras, placas e letreiros, incluindo emassamento, lixamento, preparo de ambientes e outros serviços necessários ao perfeito acabamento de todo e qualquer tipo de pintura;

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

VIDRACEIRO

Executar todo e qualquer serviço de vidraçaria, como instalação, remoção, remanejamento, substituição, recuperação de vidros de esquadrias, espelhos, box, portas, tampos de mesas, folhas e portas de vidro temperado, dentre outros;

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

SERRALHEIRO

Executar todo e qualquer serviço de serralheria, como instalação, recuperação, adaptação, modificação, confecção de suportes para aparelhos condicionadores de ar, grades, telas, esquadrias, móveis, containers, ralos, grelhas, molduras, portas, portais, esquadrias, alambrados, dentre outros, confeccionados em alumínio, aço, ferro fundido, chapas, tubos, perfis, telas e tubos, dentre outros;

Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino fundamental. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

TÉCNICO DE ÁUDIO E VÍDEO

Operar os sistemas de áudio e de vídeo existentes nos edifícios do ministério, conforme demandado;

Executar a instalação, desinstalação e manutenção, preventiva e corretiva, nos sistemas de áudio e vídeo existentes (mesas de som, amplificadores, gravadores, auto falantes, microfones, cabos, conexões, projetores, telas, TVs, DVDs, etc), conforme demandado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino médio. Experiência comprovada em carteira de trabalho, contrato de trabalho e/ou currículo.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS (GRUPO MOTOR GERADOR)

Executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos como bombas de recalque, grupos geradores, reparando ou substituindo peças ou conjuntos parciais e fazendo os ajustes, regulagem e lubrificação convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos, para assegurar a esses equipamentos funcionamento regular;

Realizar testes periódicos das máquinas, conforme plano de manutenção;

Desempenhar outras atividades inerentes à função;

Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante de 120 (cento e vinte) horas e de Norma Regulamentadora nº 10 do MTE; Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato compatível com a complexidade do Edital.

ELETROTÉCNICO (MANUTENÇÃO DE DISPOSITIVOS ELETROELETRÔNICOS DETECÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO)

Executar a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos e dispositivos eletroeletrônicos que compõem os sistemas de detecção e combate à incêndio, reparando ou substituindo peças ou conjuntos parciais e fazendo os ajustes, regulagem e lubrificação convenientes, utilizando ferramentas, instrumentos e dispositivos diversos para assegurar o funcionamento regular desses sistemas;

Realizar testes periódicos, de acordo com o plano de manutenção aprovado;

Desempenhar outras atividades inerentes à função.

Requisitos: Ensino Médio completo, curso técnico de eletrotécnico e de Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Experiência comprovada em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, compatível com a complexidade do Edital.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Acioli de Castro Lopes**,
Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em
23/08/2022, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no
§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência

da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Martins de Oliveira Silva**, **Chefe do Serviço de Manutenção Predial**, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Edgar de Albuquerque Parras**, **Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos**, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856207 e o código CRC 46DD8C3C.

Referência: Processo nº 71000.074238/2021-52

SEI nº 12856207



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CUSTOS (RESUMO)

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PARCELA	CUSTO ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$ -
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$ -
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$ -
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$ -
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$ -
TOTAL ANUAL GLOBAL ESTIMADO (R\$)			R\$ -

ANEXO VIII-A – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

ITEM	PROFISSIONAIS	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
1	Engenheiro	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
2	Arquiteto	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
3	Cadista (Desenhista)	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
4	Encarregado-Geral de Manutenção	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
5	Mecânico de Refrigeração	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
6	Eletricista de Manutenção-Geral	R\$ -	1	R\$ -	2	R\$ -
7	Técnico de Redes (Dados e Voz)	R\$ -	1	R\$ -	2	R\$ -
8	Bombeiro Hidráulico	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
9	Marceneiro (Artífice)	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
10	Auxiliar Administrativo	R\$ -	1	R\$ -	1	R\$ -
11	Ajudante de Manutenção-Geral	R\$ -	1	R\$ -	8	R\$ -
VALOR MENSAL DOS PROFISSIONAIS						R\$ -
QUANTIDADE DE MESES						12
VALOR ANUAL DOS PROFISSIONAIS RESIDENTES						R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: ENGENHEIRO	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ENGENHEIRO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		
G	Intervalo de Intrajornada		
H	Outros (Especificar)		
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ -
B	Salário Educação	2,50%	R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS	2,67%	R\$ -
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ -
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ -
F	SEBRAE	0,60%	R\$ -
G	INCRA	0,20%	R\$ -
H	FGTS	8,00%	R\$ -
Total submódulo 2.2		16,47%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Auxílio Odontológico		
E	Auxílio Funeral		
F	Seguro de vida, invalidez		

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: ARQUITETO	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ARQUITETO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependente do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: CADISTA (DESENHISTA)	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	CADISTA (DESENHISTA)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: ENCARGADO-GERAL DE MANUTENÇÃO	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ENCARGADO-GERAL DE MANUTENÇÃO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO-GERAL	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO GERAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependente do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: TÉCNICO DE REDES (DADOS E VOZ)	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	TÉCNICO DE REDES (DADOS E VOZ)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: BOMBEIRO HIDRÁULICO	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	BOMBEIRO HIDRÁULICO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intra jornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependo do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intra jornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL: MARCEIRO (ARTÍFICE)	
Nº PROCESSO	
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	MARCEIRO (ARTÍFICE)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT e adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT e dependente do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL:		ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Nº PROCESSO		
Licitação Nº		Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022
DATA:		

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		-
C	Adicional de Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		-
G	Intervalo de Intrajornada		-
H	Outros (Especificar)		-
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT o adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT o dependente do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Assistência Médica e Familiar		-
D	Auxílio Odontológico		-
E	Auxílio Funeral		-
F	Seguro de vida, invalidez		-

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A01 – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA MÃO DE OBRA RESIDENTE

CATEGORIA PROFISSIONAL:		AJUDANTE DE MANUTENÇÃO-GERAL
Nº PROCESSO		
Licitação Nº	Ex.: Pregão Eletrônico nº XX/2022	
DATA:		

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (Dados referentes à Contratação)

A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo;	2022
E	Nº de meses de execução contratual	12

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
Manutenção Predial	Homem/Mês	12 meses
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		

MÓDULOS

DADOS PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE A MÃO DE OBRA

1	Tipo de serviço (mesmo com características distintas)	Manutenção Predial
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	ESPECIFICAR A OCUPAÇÃO (ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	AJUDANTE DE MANUTENÇÃO-GERAL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX
6	Jornada de Trabalho	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
7	Quantidade	(ver anexos VII e VIII do Termo de Referência)
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de posto.		
Nota 2: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado.		

MÓDULO 01 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ -
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		
G	Intervalo de Intrajornada		
H	Outros (Especificar)		
Total da Remuneração			R\$ -

MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário - $[(1/12) \times 100] = 8,333\%$		R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias		R\$ -
Total submódulo 2.1			R\$ -
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um dode avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O SAT o adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividida por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	INSS		R\$ -
B	Salário Educação		R\$ -
C	Seguro Acidente de Trabalho - SAT/INSS		R\$ -
D	SESC ou SESI		R\$ -
E	SENAI ou SENAC		R\$ -
F	SEBRAE		R\$ -
G	INCRA		R\$ -
H	FGTS		R\$ -
Total submódulo 2.2		0,00%	R\$ -
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições deverão ser aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT o dependente do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1, o Módulo 3, Módulo 4 e o Módulo 6			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Auxílio Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Auxílio Odontológico		
E	Auxílio Funeral		
F	Seguro de vida, invalidez		

G	Café da manhã		
H	Outros (Especificar)		
Total submódulo 2.3			R\$ -

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa 05/2017.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$	-
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$	-
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$	-
Total do Módulo 2			R\$ -

MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	R\$	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	R\$	-
Total Módulo 3			0,00% R\$ -

Nota: As alíneas "A" a "F" referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	R\$	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	R\$	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	R\$	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	R\$	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	R\$	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	R\$	-
Total submódulo 4.1			0,00% R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Substituto no intervalo para repouso ou alimentação	R\$	-
Total submódulo 4.2			0% R\$ -

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos casos de intervalo para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	R\$	-
4.2	Substituto na Intrajornada	R\$	-
Total do Módulo 4			R\$ -

MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Uniformes (Transportado do Anexo VIII-A02 do Termo de Referência)	R\$	-
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI (Transportado do Anexo VIII-A03 do Termo de Referência)	R\$	-
C	Equipamentos e Ferramental Básicos (Transportado do Anexo VIII-A04 do Termo de Referência)	R\$	-
D	Outros (Especificar)		
Total Módulo 5			0% R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
C.4	Outros Tributos (especificar)		
Total submódulo 2.2			0,00% R\$ -

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.
Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentuais de Referência	Valor (R\$)
A	MODULO 01 COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$	-
B	MODULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS	R\$	-
C	MODULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$	-
D	MODULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$	-
E	MODULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	R\$	-
Subtotal (A + B +C+ D+E)			R\$ -
F	MODULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL POR EMPREGADO			R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A02 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES

Seq	PARA TODOS OS FUNCIONÁRIOS (Exceto para o Engenheiro, Arquiteto, Auxiliar Administrativo e Cadista)				
	DESCRIÇÃO	UNIDADE	Qtde. de peças	Custo Unitário (R\$)	Total (R\$)
A	Jaleco profissional em brim, com bolso grande e emblema da empresa	Unidade	2		R\$ -
B	Camiseta gola polo com bolso de 2 botões com emblema da empresa	Unidade	2		R\$ -
C	Calça jeans com emblema da empresa	Unidade	2		R\$ -
D	Cinto de couro	Unidade	1		R\$ -
E	Meias	Par	2		R\$ -
F	Bota de couro com solado em borracha com certificado de aprovação	Par	1		R\$ -
(a) = TOTAL DO CONJUNTO (R\$)					R\$ -
(b) = QTDE CONJUNTO POR ANO					2
(c) = (a) x (b) = TOTAL ANUAL (R\$)					R\$ -
(d) = (c) / 12 = TOTAL MENSAL (R\$)					R\$ -

Observação 01: Os custos referentes a uniformes deverão ser incluídos nas planilhas de composição de custos dos profissionais de manutenção predial.

Observação 02.: 01 conjunto completo contém as peças de "A" a "F" totalizando 10 (dez) peças.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A03 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

EPI'S POR EMPREGADO (EXCETO AUXILIAR ADMINISTRATIVO) - 19 EMPREGADOS						
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	A	B	C = A x B	D = C / 12
			QTDE POR EMPREGADO ANUAL	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO ANUAL	CUSTO MENSAL
1	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1		R\$ -	R\$ -
2	LUVA RASPA DE COURO, CANO LONGO (PUNHO *20* CM)	PAR	1		R\$ -	R\$ -
3	BOTA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE AÇO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	1		R\$ -	R\$ -
4	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIÉSTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UNID.	1		R\$ -	R\$ -
5	CAPACETE DE SEGURANÇA ABA FRONTAL COM SUSPENSÃO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UNID.	1		R\$ -	R\$ -
6	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE INSERÇÃO COM CORDÃO, ATENUAÇÃO SUPERIOR A 15 DB	UNID.	10		R\$ -	R\$ -
7	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA, FIVELA EM AÇO, AJUSTE NO SUSPENSÁRIO, CINTURA E PERNAS	UNID.	1		R\$ -	R\$ -
8	MÁSCARA PARA TRABALHO SEM VÁLVULA NF 95	UNID.	100		R\$ -	R\$ -
9	ÓCULOS DE SEGURANÇA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMAÇÃO NYLON, COM PROTEÇÃO UVA E UVB	UNID.	2		R\$ -	R\$ -
TOTAL MENSAL POR EMPREGADO					R\$ -	R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-A04 - COMPOSIÇÃO DE PREÇOS PARA EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL (meses)	Depreciação	Manutenção	CUSTO DEPRECIADO
		(A)	(B)	(C) = A x B	(D)	(E) = C / D	(F) = 10% do resultado do "E" (E x 0,1)	(G) = E + F
1	Alavanca (sextavada 1" x 1,50 m Paraboni Fabricado em aço com tempera nas duas pontas)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	Alicate bico chato (Corpo forjado em aço carbono especial e temperado, Acabamento fosfatizado, Cabeça e articulação lixadas, Têmpera especial no gume de corte, Isolação elétrica de 1.000 V c.a, Tamanho: 6", Produto em conformidade com a NBR 9699 e NR 10)	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	Alicate bico torto com mola (Alicate Para Anéis Externos Trava Com Mola Bico Curvo 7 219011Bbr Belzer Codigo: 2277 Alicate Para Anéis externos - Bico curvo)	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	Alicate cortador, descascador e desencapador de fio (tamanho 8" capacidade 0,03 a 6,0)	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	Alicate de pressão 10 (Medida: 10" – 250mm, Acabamento níquelado, Mordente curvo)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	Alicate para prensar terminais p/ fios e cabos (Corta fios e cabos de bitolas 0,5 a 5,5 mm², Desencapa fios e cabos de bitolas 0,5 a 5,0 mm², Corta parafuso M2,6 - M3 - M4 e M5)	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	Alicate rebitor manual (polido, peso 0,50kg)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	Alicate universal 8" (em aço gedore-vanádio, Com suas mandíbulas planas e ovaladas podemos segurar com firmeza superfícies de forma chata, cilíndrica, oval, quadrada, sextavada, oitavada ou poligonal)	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
9	Alicate volt-ampérmetro (fluke). (Medição de corrente de CA de 400 A, Classificação de segurança CAT IV 300 V, CAT III 600 V, Garra de 30 mm para aplicações diversas, Faixa de resistência de 4 kΩ)	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
10	Alicates bico de papagaio (7 polegadas, Feito em liga de aço forjada)	3		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	Colher de pedreiro, com cabo de madeira de 9" canto reto	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	Despenadeira de aço, de 25 cm, com cabo de madeira	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	Serra circular de bancada 1800W (tamanho: 55,5x55,5cm) - com extensão de 254mm	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14	Serra Tico-tico de 220V/ Energia/ 450W	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	Serra meia esquadria de 10" /220V / 1650W	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
16	Esquadrejadeira de 2900mm com eixo inclinável 2,24KW / 3CV / Trifásico	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	Tupia laminada 550W 220V com 2 Pinças	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18	Tupia de coluna 1200W com 3 Pinças	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19	Alicate de corte 6" / 1000V	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
20	Trena a laser a bateria / 120m	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
21	Fasimetro com estojo a bateria com jacaré - de 40V a 690V (15a 400Hz)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
22	Lona plástica rolo de 200micras 4x100m	15		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
23	Lixas 80/100/120/150/180	150		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
24	Rolo para pintura de lã e espuma	25		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
25	Pincel para pintura	20		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
26	Espátula de aço inox 10cm	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
27	Arco de serra manual (com lâmina na vertical ou em ângulo de 45º em relação ao arco. Profundidade de corte: 90 mm. Peso: 0,65 kg	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
28	Bomba tipo "sapo" Altura Manométrica Máxima: 65m (Elevação), Saída 1 = 25mm	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
29	Broca de aço rápido (jogo) 1 a 13mm² 5 peças	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
30	Carrinho de mão (em aço, capacidade de peso 150kg, capacidade de volume 60l, altura 610mm largura 620mm, comprimento 1600mm)	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
31	Cavador reto com reforço, olho de 35 mm e pintura em verniz transparente	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
32	Cavelete em madeira (Medida: 75 x 80 cm, peso até 3kg)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
33	Cinturão de ferramentas (Comprimento e largura em mm: 230 x 115, Bolsos externos: 9, Dimensões do produto: 26 x 5 x 57 cm, Peso: 0,700 kg)	14		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
34	Chave catraca (cachimbo) (Medidas x Peso Catraca: 17cm C, 230 gramas)	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
35	Chave cortador de tubo manual (Acompanha lâmina extra, inclusa no produto, Indicada para cortar tubos de 1/8 - 1-1/8" (3 - 30 mm)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
36	Chave Inglesa 24" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL (meses)	Depreciação	Manutenção	CUSTO DEPRECIAÇÃO
		(A)	(B)	(C) = A x B	(D)	(E) = C / D	(F) = 10% do resultado do "E" (E x 0,1)	(G) = E + F
37	Chave inglesa 4" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
38	Chave Inglesa 6" (Aço-liga de alta resistência mecânica)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
39	Chave Philips 1/8 x 3 (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
40	Chave Philips 3/16 x 4 (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
41	Chave Philips ¼ x 5" (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
42	Chave Philips 3/16 x 3" (Acabamento niquelado e polido, Alta resistência a impactos, Cabo fabricado em PVC rígido)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
43	Chaves de grifo n° 18 (em aço alto carbono forjado)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
44	Chaves de grifo n° 24 (em aço alto carbono forjado)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
45	Chaves de grifo n° 36 (em aço alto carbono forjado)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
46	Chaves de grifo n° 48 (em aço alto carbono forjado)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
47	Discos de corte (disco abrasivo de corte correspondentes para aço, aço inoxidável, alumínio, concreto e ferro fundido, com durabilidade extra em cada aplicação)	10		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
48	Escada de alumínio de 11 degraus (suporta até 120kg)	7		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
49	Escada dupla em alumínio de 09 degraus (suporta até 120kg)	7		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
50	Escada dupla em fibra de 7 degraus	7		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
51	Escada extensora deposte 28 degraus em fibra	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
52	Estilete (retrátil de alumínio e emborrachado. Lâmina trapezoidal (É possível utilizar lâmina hook). Dispenser incorporado p/ 4 lâminas)	14		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
53	Ferro de solda (Ferro de Solda 75W, Potenciômetro integrado, Resistência T12-K)	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
54	Furadeira de bancada (Potencia 350W, Velocidade 580, 850, 1220, 1650, 2650 rpm)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
55	Guia (condutor de cabos - passa fio) com alma de aço - 30m	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
56	Jogo de chave ALLEN 1,5mm à 10mm.	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
57	Jogo de chaves combinadas 6 à 32mm.	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
58	Jogo de chaves Tork reta de T4 à T30.	3		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
59	Jogo de Soquetes Sextavados 1/2 Profissional (Aço cromo vanádio temperado-Encaixe de 1/2" 20 Soquetes Sextavados (mm): 8 à 32mm)	3		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
60	Lanterna Portátil (carregável, capacidade bateria 10000mAh,)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
61	Lima de corte duplo media 8polegadas	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
62	Lixadeira elétrica (potencia 1600w, tensão 127v, rotação 0 - 4000 Rpm, diametro de disco 180mm)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
63	Luvas p/ eletricista de 500V classe 00 tipos 2	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
64	Maleta para ferramentas com divisórias (43x33x15cm)	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
65	Jogo de abrir rosca (macho e tarraxa)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
66	Máquina de furar elétrica (potência 500w, tensão 220v, rotação 2900 rpm, impacto 46400m-1)	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
67	Máquina de solda mig/mag. (Solda MIG / MAG / MMA Eletrodo TW200I-MIG 220V TEKNA, Voltagem: 220V, Frequência [Hz]: 50 / 60, Corrente Nominal [A]: 26, Fator de Potência (COSφ): 0,7, Tensão sem carga: 52, MIG Faixa de Corrente: 20-160A, MMA Faixa de Corrente: 10-140)	1		R\$ -	120	R\$ -	R\$ -	R\$ -
68	Desentupidor manual (10 metros)	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
69	Marreta (de aço, cabo em madeira, peso 2kg)	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
70	Moto esmeril de bancada (potência absorvida 360w - 1/2hp, potencia util 200w, tensão 110/220, frequencia 60hz, corrente 1,75a, rotação com carga 3090rpm)	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
71	Nível a laser (feixe horizontal e vertical - com duas bolhas)	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
72	Parafusadeira velocidade variável 1/4" 700wa	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
73	Pistola de silicone (280ml)	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
74	Rádio portátil talkabout (25 canais, com no mínimo 120 códigos de privacidade, potencia dupla, compátivel com outros rádios bidirecionais)	24		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
75	Rotuladora com etiquetas. (Resolução de Impressão: 230 DPI Altura Máxima de Impressão: 7 mm Display: 12 caracteres x 1 linha Tamanhos:6 Estilos: 9 Números de Símbolos: 71 Repetição de Impressão: até 9 cópias Impressão Vertical: sim)	8		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
76	Serracopo com adaptador (Encaixe: Hexagonal 9,5mm Capacidades: 14-29mm Aplicação: Todas as Furadeiras	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
77	Suporte para ferro de solda (até Ø21mm x 100mm de comprimento incluindo tubo e ponta.)	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
78	Talhadeira (Forjada em aço cromo-vanádio para maior resistência e durabilidade. Acabamento de alta visibilidade. Aço temperado seguindo especificações de segurança.)	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE ANUAL	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	VIDA ÚTIL (meses)	Depreciação	Manutenção	CUSTO DEPRECIACÃO
		(A)	(B)	(C) = A x B	(D)	(E) = C / D	(F) = 10% do resultado do "E" (E x 0,1)	(G) = E + F
79	Termômetro Digital MINIPA c/ mira laser. (Sistema de Medição: Infravermelho Display LCD: 3 1/2 Dígitos Faixas de Medição (Infravermelho): -50 ~580°C Máx./Mín./Méd./Difer.: Máx. Mudança de Faixa: Automática Resposta Espectral: 8 ~ 14?m Emissividade: Ajustável de 0,1~1,0 Campo de Visão: 12:1 Precisão Básica: 2% Leit. ou 2°C Conformidade: Classe II Alimentação: 1x9V	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
80	Detector de tensão (minipa) (Tensão AC: 90 ~ 1000V; Indicador de presença de fase; Categoria de segurança: CAT IV 1000V; Alimentação: 2 x 1,5V (AAA).	6		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
81	Trena Fita de Aço com Trava Comprimento 5 Metros Largura da Fita 19,05mm Graduação 1 mm/pol Norma NBR 10123 Classe II Lufkin L516CME	12		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
82	Microcomputador (Desktop completo) 16GB SSA Mínimo 500GB, com Monitor Full HD de no mínimo 21" e conjunto de teclado e mouse	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
83	Impressora Colorida à Laser, impressões A3 e A4	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
84	Estação de trabalho em L (medindo 1,40x1,40) com cadeira ergonômica com rodinhas de encosto médio	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
85	Armário baixo, até 75 cm de altura, com 2 portas e divisão interna, com chave.	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
86	Aparelho telefônico - sem fio digital / 220V / 8,5x4,5x15cm	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
87	Kit Formão com 4 Formões 3/8" a 1"	4		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
88	Ponteiro 300x25mm	5		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
89	Furadeira tipo martelete S Plus	2		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
90	Martelete de 5k	1		R\$ -	60	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(H) = CUSTO DEPRECIACÃO TOTAL MENSAL (somatório dos itens do custo da depreciação)								R\$ -
(I) = QTDE FUNCIONÁRIOS								20
(J) = CUSTO DE DEPRECIACÃO MENSAL POR FUNCIONÁRIO (H / I) - (Inserir Anexo IX-C, módulo 5 linha C)								R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-B – PLANILHA ESTIMATIVA - FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS)

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1.1	CIVIL	SINAPI	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.2	CIVIL	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.3	CIVIL	SINAPI	368	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.4	CIVIL	SINAPI	1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.5	CIVIL	SINAPI	34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.6	CIVIL	SINAPI	37595	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.7	CIVIL	SINAPI	371	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS	KG		400	0,00	R\$ -	R\$ -
1.8	CIVIL	SINAPI	34355	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.9	CIVIL	SINAPI	130	ARGAMASSA POLIMERICA DE REPARO ESTRUTURAL, BICOMPONENTE	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.10	CIVIL	SINAPI	36886	ARGAMASSA PRONTA PARA CONTRAPISO	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.11	CIVIL	SINAPI	11692	BANCADA/ BANCA EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, E= *3* CM	M2		4	0,00	R\$ -	R\$ -
1.12	CIVIL	SINAPI	11693	BANCADA/TAMPO LISO (SEM CUBA) EM MARMORE SINTETICO	M2		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.13	CIVIL	SINAPI	36209	BARRA DE APOIO EM "L", EM ACO INOX POLIDO 80 X 80 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.14	CIVIL	SINAPI	36210	BARRA DE APOIO LATERAL ARTICULADA, COM TRAVA, EM ACO INOX POLIDO, 70 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.15	CIVIL	SINAPI	36204	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.16	CIVIL	SINAPI	36081	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.17	CIVIL	SINAPI	36206	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 90 CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.18	CIVIL	SINAPI	7271	BLOCO CERAMICO / TUILO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL, DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.19	CIVIL	SINAPI	34599	BLOCO DE VEDACAO CONCRETO APARENTE 9 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.20	CIVIL	SINAPI	37103	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO APARENTE 14 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.21	CIVIL	SINAPI	674	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO CELULAR AUTOCLAVADO 10 X 30 X 60 CM (E X A X C)	M2		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.22	CIVIL	SINAPI	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.23	CIVIL	SINAPI	4375	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.24	CIVIL	SINAPI	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.25	CIVIL	SINAPI	37399	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO SIMPLES EM METAL CROMADO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.26	CIVIL	SINAPI	5090	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 25 MM E ALTURA DE APROX 25 MM, HASTE CEMENTADA (NAO LONGA), EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 5,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.27	CIVIL	SINAPI	43603	CADEADO SIMPLES, CORPO EM LATAO MACICO, COM LARGURA DE 50 MM E ALTURA DE APROX 40 MM, HASTE CEMENTADA EM ACO TEMPERADO COM DIAMETRO DE APROX 8,0 MM, INCLUINDO 2 CHAVES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.28	CIVIL	SINAPI	658	CANALETA DE CONCRETO 9 X 19 X 19 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.29	CIVIL	SINAPI	585	CANTONEIRA "U" ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 ", E = 3/32 "	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.30	CIVIL	SINAPI	567	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM FERRO GALVANIZADO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.31	CIVIL	SINAPI	4777	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.32	CIVIL	SINAPI	592	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 ", E = 1/8 ", 25,40 X 3,17 MM (0,408 KG/M)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.33	CIVIL	SINAPI	591	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/2 ", E = 3/16 "	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.34	CIVIL	SINAPI	588	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 1 1/4 ", E = 3/16 "	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.35	CIVIL	SINAPI	584	CANTONEIRA ALUMINIO ABAS IGUAIS 2 ", E = 1/8 "	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.36	CIVIL	SINAPI	1318	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 14, E = 2,00 MM (16,0 KG/M2)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.37	CIVIL	SINAPI	1322	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 16, E = 1,50 MM (12,00 KG/M2)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.38	CIVIL	SINAPI	1323	CHAPA DE ACO FINA A QUENTE BITOLA MSG 18, E = 1,20 MM (9,60 KG/M2)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1.39	CIVIL	SINAPI	11027	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 16, E = 1,55 MM (12,40 KG/M2)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.40	CIVIL	SINAPI	11049	CHAPA DE ACO GALVANIZADA BITOLA GSG 22, E = 0,80 MM (6,40 KG/M2)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.41	CIVIL	SINAPI	1337	CHAPA DE ACO XADREZ PARA PISOS, E = 1/4 " (6,30 MM) 54,53 KG/M2	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.42	CIVIL	SINAPI	1338	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO BRILHANTE, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.43	CIVIL	SINAPI	1340	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, LISO FOSCO, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.44	CIVIL	SINAPI	1341	CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO, TEXTURIZADO, DE *1,25 X 3,08* M, E = 0,8 MM	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.45	CIVIL	SINAPI	1380	CIMENTO BRANCO	KG		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.46	CIVIL	SINAPI	1375	CIMENTO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA ULTRARRAPIDA PARA TAMPONAMENTOS	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.47	CIVIL	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.48	CIVIL	SINAPI	11134	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 10 MM	M2		14	0,00	R\$ -	R\$ -
1.49	CIVIL	SINAPI	11135	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 12 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.50	CIVIL	SINAPI	11136	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 15 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.51	CIVIL	SINAPI	34743	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 18 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.52	CIVIL	SINAPI	11137	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 20 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.53	CIVIL	SINAPI	34745	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 25 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.54	CIVIL	SINAPI	34746	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 4 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.55	CIVIL	SINAPI	1360	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 6 MM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.56	CIVIL	SBC	5275	CORRIMAO INOX 304 (MONTANTE) COM 1 PERFIL U	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.57	CIVIL	PESQUISA PREÇOS		CREMALHEIRA DE NYLON PARA PORTÃO DESLIZANTE	PÇ		6	0,00	R\$ -	R\$ -
1.58	CIVIL	SINAPI	5318	DILUENTE AGUARRAS	L		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.59	CIVIL	SINAPI	44531	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO DIAMETRO DE 180 MM PARA ESMERILHadeira 7 "	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.60	CIVIL	SINAPI	38140	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.61	CIVIL	SINAPI	44495	DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4 " (300 X 3,2 X 19,05 MM)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.62	CIVIL	SINAPI	44533	DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS, 9 X 1/4 X 7/8 " (228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
1.63	CIVIL	SINAPI	10629	DIVISORIA EM MARMORE, COM DUAS FACES POLIDAS, BRANCO COMUM, E= *3,0* CM	M2		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.64	CIVIL	SINAPI	38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.65	CIVIL	SINAPI	3081	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ		8	0,00	R\$ -	R\$ -
1.66	CIVIL	SBC	42215	FITA 3M COLANTE ANTIDERRAPANTE PARA DEGRAUS ESCADAS	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.67	CIVIL	SINAPI	12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN		26	0,00	R\$ -	R\$ -
1.68	CIVIL	SINAPI	39431	FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.69	CIVIL	SINAPI	39432	FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORCO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.70	CIVIL	SINAPI	39513	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 625 X 625 MM, E = 15/16 MM, BORDA REBAIXADA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	M2		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.71	CIVIL	SINAPI	7307	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.72	CIVIL	SINAPI	38122	FUNDO PREPARADOR ACRILICO BASE AGUA	L		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.73	CIVIL	SINAPI	402	GANCHO OLHAL EM ACO GALVANIZADO, ESPESSURA 16MM, ABERTURA 21MM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.74	CIVIL	SINAPI	3315	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.75	CIVIL	SINAPI	11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.76	CIVIL	SBC	87327	GUARDA CORPO ALUMINIO PINTURA ELETROSTATICA BRANCA	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.77	CIVIL	SINAPI	20017	GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA, PARA PORTA , E = *1* CM, L = *5* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI/ CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.78	CIVIL	SINAPI	140	IMPERMEABILIZANTE FLEXIVEL BRANCO DE BASE ACRILICA PARA COBERTURAS	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.79	CIVIL	SINAPI	151	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.80	CIVIL	SBC	36531	KIT MOTOR PARA PORTAO DESLIZANTE 1/2 HP	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.81	CIVIL	SBC	565	LA DE ROCHA 32 KG 50 MM LA Rocha	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1.82	CIVIL	SINAPI	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN		35	0,00	R\$ -	R\$ -
1.83	CIVIL	SBC	50323	LIXA PARA MASSA 180	UN		70	0,00	R\$ -	R\$ -
1.84	CIVIL	SINAPI	87328	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M (INCLUSO SAPATAS FIXAS OU RODIZIOS); POR MÊS	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.85	CIVIL	SINAPI	43651	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.86	CIVIL	SINAPI	43626	MASSA CORRIDA PARA SUPERFICIES DE AMBIENTES INTERNOS	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.87	CIVIL	SINAPI	39434	MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (NECESSITA ADICAO DE AGUA)	KG		150	0,00	R\$ -	R\$ -
1.88	CIVIL	SINAPI	39433	MASSA DE REJUNTE PRONTA PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL, SEM ADICAO DE AGUA	KG		40	0,00	R\$ -	R\$ -
1.89	CIVIL	SINAPI	38120	MASSA EPOXI BICOMPONENTE PARA REPAROS	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.90	CIVIL	SINAPI	4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.91	CIVIL	SINAPI	4059	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.92	CIVIL	SINAPI	11963	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 75 MM	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.93	CIVIL	SINAPI	11964	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.94	CIVIL	SINAPI	39435	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.95	CIVIL	SINAPI	39436	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 35 MM	UN		300	0,00	R\$ -	R\$ -
1.96	CIVIL	SINAPI	39437	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 45 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.97	CIVIL	SINAPI	39439	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 25 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.98	CIVIL	SINAPI	39440	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 35 MM	UN		1200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.99	CIVIL	SINAPI	39441	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 45 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.100	CIVIL	SINAPI	39442	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA AGULHA (LA), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.101	CIVIL	SINAPI	39443	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.102	CIVIL	SINAPI	11058	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 5,5 X 65 MM (2 1/2 ")	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.103	CIVIL	SINAPI	40552	PARAFUSO, AUTO ATARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4 (6,35 MM) X 25 MM	CENTO		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.104	CIVIL	SINAPI	36881	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, SOLIDAS, SEM MESCLAGEM/MISTURA, ACABAMENTO LISO *5 X 5* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.105	CIVIL	SINAPI	4720	PEDRA BRITADA N. 0. OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.106	CIVIL	SINAPI	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.107	CIVIL	SINAPI	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.108	CIVIL	SINAPI	10966	PERFIL "U" DE ACO LAMINADO, "U" 152 X 15,6	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.109	CIVIL	SINAPI	43083	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE ACO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM OU 200 X 75 X 25 MM, E = 3,75 MM	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.110	CIVIL	SINAPI	39427	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.111	CIVIL	SINAPI	39424	PERFIL CANTONEIRA L, LISA, EM ACO, 25 X 30 MM, E = 0,5 MM, PARA ESTRUTURA DRYWALL	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.112	CIVIL	SINAPI	39418	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 48 X 3000 MM (L X C)	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.113	CIVIL	SINAPI	39419	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.114	CIVIL	SINAPI	39420	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 90 X 3000 MM (L X C)	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.115	CIVIL	SINAPI	39571	PERFIL LONGARINA (PRINCIPAL), T CLICADO, EM ACO, BRANCO NAS FACES APARENTES, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 32 X 3750 MM (L X C)	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.116	CIVIL	SINAPI	39421	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 48 X 3000 MM (L X C)	M		400	0,00	R\$ -	R\$ -
1.117	CIVIL	SINAPI	39422	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M		400	0,00	R\$ -	R\$ -
1.118	CIVIL	SINAPI	39423	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 90 X 3000 MM (L X C)	M		400	0,00	R\$ -	R\$ -
1.119	CIVIL	SINAPI	39428	PERFIL TABICA FECHADA, LISA, FORMATO Z, EM ACO GALVANIZADO NATURAL, LARGURA TOTAL NA HORIZONTAL *40* MM, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL	M		800	0,00	R\$ -	R\$ -
1.120	CIVIL	SINAPI	39572	PERFIL TIPO CANTONEIRA EM L, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, *23* X 3000 MM (L X C)	M		800	0,00	R\$ -	R\$ -
1.121	CIVIL	SINAPI	39570	PERFIL TRAVESSA (SECUNDARIO), T CLICADO, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 1250 MM (L X C)	M		800	0,00	R\$ -	R\$ -
1.122	CIVIL	SINAPI	39569	PERFIL TRAVESSA (SECUNDARIO), T CLICADO, EM ACO GALVANIZADO, BRANCO, PARA FORRO REMOVIVEL, 24 X 625 MM (L X C)	M		800	0,00	R\$ -	R\$ -
1.123	CIVIL	SINAPI	4800	PISO DE BORRACHA PASTILHADO EM PLACAS 50 X 50 CM, E = *3,5* MM, PARA COLA, PRETO	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1.124	CIVIL	SINAPI	1292	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.125	CIVIL	SINAPI	1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.126	CIVIL	SINAPI	10841	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.127	CIVIL	SINAPI	10842	PISO EM GRANITO, POLIDO, TIPO PRETO SAO GABRIEL/ TIJUCA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E= *2* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.128	CIVIL	SINAPI	38180	PISO EM REGUA VINILICA SEMIFLEXIVEL, ENCAIXE CLICADO, E = 4 MM (SEM COLOCACAO)	M2		450	0,00	R\$ -	R\$ -
1.129	CIVIL	SINAPI	38195	PISO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.130	CIVIL	SINAPI	38182	PISO TATIL DE ALERTA OU DIRECIONAL DE BORRACHA, PRETO, 25 X 25 CM, E = 5 MM, PARA COLA	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.131	CIVIL	SINAPI	4822	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MAIOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.132	CIVIL	SINAPI	4818	PISO/ REVESTIMENTO EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, FORMATO MENOR OU IGUAL A 3025 CM2, E = *2* CM	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.133	CIVIL	SINAPI	39566	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, ACABAMENTO VINILICO LISO EM UMA DAS FACES, COR BRANCA, BORDA QUADRADA, E = 9,5 MM, *625 X 625* MM (L X C), PARA FORRO REMOVIVEL	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
1.134	CIVIL	SINAPI	39412	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 1800 MM (L X C)	M2		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.135	CIVIL	SINAPI	39413	PLACA / CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.136	CIVIL	SINAPI	39515	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.137	CIVIL	SINAPI	39516	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA REBAIXADA PARA PERFIL 24 MM, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN		300	0,00	R\$ -	R\$ -
1.138	CIVIL	SINAPI	39514	PLACA DE FIBRA MINERAL PARA FORRO, DE 625 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO (NAO INCLUI PERFIS)	UN		300	0,00	R\$ -	R\$ -
1.139	CIVIL	SINAPI	4792	PLACA VINILICA SEMIFLEXIVEL PARA PISOS, E = 3,2 MM, 30 X 30 CM (SEM COLOCACAO)	M2		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.140	CIVIL	SINAPI	4790	PLACA VINILICA SEMIFLEXIVEL PARA REVESTIMENTO DE PISOS E PAREDES, E = 2 MM (SEM COLOCACAO)	M2		200	0,00	R\$ -	R\$ -
1.141	CIVIL	SINAPI	40671	PLACA/PISO DE CONCRETO POROSO/ PAVIMENTO PERMEAVEL/BLOCO DRENANTE DE CONCRETO, 40 CM X 40 CM, E = 6 CM, COR NATURAL	M2		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.142	CIVIL	SINAPI	11615	POLIESTIRENO EXPANDIDO/EPS (ISOPOR), TIPO 2F, PLACA, ISOLAMENTO TERMOACUSTICO, E = 10 MM, 1000 X 500 MM	M2		100	0,00	R\$ -	R\$ -
1.143	CIVIL	SINAPI	421	PORCA OLHAL M 16, EM ACO GALVANIZADO, DIAMETRO = 16 MM	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.144	CIVIL	SINAPI	4465	PRANCHAS NAO APARELHADAS *6 X 25* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.145	CIVIL	SINAPI	5065	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.146	CIVIL	SINAPI	5066	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.147	CIVIL	SINAPI	20247	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.148	CIVIL	SINAPI	44074	PRIMER DE POLIURETANO	L		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.149	CIVIL	SINAPI	11522	PUXADOR DE EMBUTIR TIPO CONCHA, COM FURO PARA CHAVE, EM LATAO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX *100* MM E LARGURA DE APROX *40* MM	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.150	CIVIL	SINAPI	43600	PUXADOR TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM COMPRIMENTO DE APROX 150 MM, COM ROSETA PARA PORTAS DE MADEIRAS, INCLUINDO PARAFUSOS	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.151	CIVIL	SINAPI	5080	PUXADOR TIPO ALCA, EM ZAMAC CROMADO, COM ROSETAS, COMPRIMENTO DE APROX *100* MM, PARA PORTAS E JANELAS DE MADEIRA, INCLUINDO PARAFUSOS	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.152	CIVIL	SINAPI	38168	PUXADOR TUBULAR RETO DUPLO, EM ALUMINIO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX 400 MM E DIAMETRO DE 25 MM (1")	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
1.153	CIVIL	SINAPI	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG		15	0,00	R\$ -	R\$ -
1.154	CIVIL	SINAPI	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.155	CIVIL	SINAPI	533	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA COMERCIAL, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.156	CIVIL	SINAPI	10515	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL 4, FORMATO MAIOR A 2025 CM2	M2		27	0,00	R\$ -	R\$ -
1.157	CIVIL	SINAPI	4829	RODAPE EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= *7* CM, E= *2* CM, CORTE RETO	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.158	CIVIL	SINAPI	4804	RODAPE PLANO PARA PISO VINILICO, H = 5 CM	M		98	0,00	R\$ -	R\$ -
1.159	CIVIL	SINAPI	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.160	CIVIL	SINAPI	39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
1.161	CIVIL	SINAPI	20232	SOLEIRA EM GRANITO, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, L= *15* CM, E= *2,0* CM	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.162	CIVIL	SINAPI	4828	SOLEIRA/ PEITORIL EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= *15* CM, E= *2* CM, CORTE RETO	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.163	CIVIL	SINAPI	20249	SOLEIRA/ TABELA EM MARMORE, POLIDO, BRANCO COMUM, L= 5 CM, E= *2,0* CM	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1.164	CIVIL	SINAPI	10567	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.165	CIVIL	SINAPI	37712	TELA ARAME GALVANIZADO REVESTIDO COM POLIMERO, MALHA HEXAGONAL DUPLA TORCAO, 8 X 10 CM (ZN/AL REVESTIDO COM POLIMERO), FIO *2,4* MM	M2		13	0,00	R\$ -	R\$ -
1.166	CIVIL	SINAPI	7155	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.167	CIVIL	SINAPI	37524	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.168	CIVIL	SINAPI	7194	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE *2,44 X 1,10* M (SEM AMIANTO)	M2		6	0,00	R\$ -	R\$ -
1.169	CIVIL	SINAPI	7197	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE *3,66 X 1,10* M (SEM AMIANTO)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
1.170	CIVIL	SINAPI	7258	TUJOLO CERAMICO MACICO COMUM *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.171	CIVIL	SINAPI	7343	TINTA ACRILICA A BASE DE SOLVENTE, PARA SINALIZACAO HORIZONTAL VIARIA (NBR 11862)	L		6	0,00	R\$ -	R\$ -
1.172	CIVIL	SINAPI	7348	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L		38	0,00	R\$ -	R\$ -
1.173	CIVIL	SINAPI	43649	TINTA ESMALTE BASE AGUA PREMIUM ACETINADO	L		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.174	CIVIL	SINAPI	7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L		24	0,00	R\$ -	R\$ -
1.175	CIVIL	SINAPI	7292	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE	L		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.176	CIVIL	SINAPI	7293	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.177	CIVIL	SINAPI	7356	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L		500	0,00	R\$ -	R\$ -
1.178	CIVIL	SINAPI	35692	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L		18	0,00	R\$ -	R\$ -
1.179	CIVIL	SINAPI	7350	TINTA/RESINA ACRILICA PREMIUM PARA CERAMICA	L		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.180	CIVIL	SINAPI	39574	TIRANTE COM ELO, EM ARAME GALVANIZADO RIGIDO, NUMERO 10, COMPRIMENTO 2000 MM, PARA PENDURAL DE FORRO REMOVIVEL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
1.181	CIVIL	SINAPI	13415	TORNEIRA DE MESA/BANCADA, PARA LAVATORIO, FIXA, METALICA CROMADA, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
1.182	CIVIL	SINAPI	11572	TRAVA / PRENDEDOR DE PORTA, EM LATAO CROMADO, MONTADO EM PISO	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
1.183	CIVIL	SINAPI	40624	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/2", E= *3,68 MM, SCHEDULE 40, 4,05 KG/M	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.184	CIVIL	SINAPI	42575	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1 1/4", E= *3,56 MM, SCHEDULE 40, *3,38* KG/M	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.185	CIVIL	SINAPI	42574	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1", E= *3,38 MM, SCHEDULE 40, *2,50* KG/M	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.186	CIVIL	SINAPI	21147	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2 1/2", E = 5,16 MM, SCHEDULE 40 (8,62 KG/M)	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.187	CIVIL	SINAPI	21148	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 2", E= *3,91* MM, SCHEDULE 40, *5,43* KG/M	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.188	CIVIL	SINAPI	21009	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4"), E = 2,25 MM, *1,3* KG/M (NBR 5580)	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.189	CIVIL	SINAPI	21013	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 50 MM (2"), E = 3,00 MM, *4,40* KG/M (NBR 5580)	M		3	0,00	R\$ -	R\$ -
1.190	CIVIL	SINAPI	10478	VERNIZ A BASE RESINA ALQUIDICA COM POLIURETANO PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L		10	0,00	R\$ -	R\$ -
1.191	CIVIL	SINAPI	10481	VERNIZ MARITIMO PREMIUM PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.1	ELÉTRICO	SINAPI	412	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE *230* X *7,6* MM	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.2	ELÉTRICO	SINAPI	411	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.3	ELÉTRICO	SINAPI	408	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.4	ELÉTRICO	SINAPI	39131	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/2" E CUNHA DE FIXACAO	un		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.5	ELÉTRICO	SINAPI	39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	un		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.6	ELÉTRICO	SINAPI	400	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.7	ELÉTRICO	SINAPI	39158	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO ECONOMICA (GOTA), COM 8"	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.8	ELÉTRICO	SINAPI	39139	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1"	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.9	ELÉTRICO	SINAPI	39137	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1/2"	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.10	ELÉTRICO	SINAPI	39142	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 2"	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.11	ELÉTRICO	SINAPI	39138	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.12	ELÉTRICO	SINAPI	4814	APARELHO SINALIZADOR LUMINOSO COM LED, PARA SAIDA GARAGEM, COM 2 LENTES EM POLICARBONATO, BIVOLT (INCLUI SUPORTE DE FIXACAO)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.13	ELÉTRICO	SINAPI	7588	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
2.14	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 40AH (NO BREAKS) MODELO DF 500	un		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.15	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 63AH (NO BREAKS) MODELO DF 1000	un		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.16	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		BATERIA ESTACIONÁRIA SELADA LIVRE DE MANUTENÇÃO 12V – 7AH (NO BREAKS) MODELO 1270S	un		3	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.17	ELÉTRICO	SINAPI	39174	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.18	ELÉTRICO	SINAPI	39179	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.19	ELÉTRICO	SINAPI	39175	BUCHA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.20	ELÉTRICO	SINAPI	857	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.21	ELÉTRICO	SINAPI	868	CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.22	ELÉTRICO	SINAPI	948	CABO DE COBRE UNIPOLAR 10 MM2, BLINDADO, ISOLACAO 3,6/6 KV EPR, COBERTURA EM PVC	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.23	ELÉTRICO	SINAPI	947	CABO DE COBRE UNIPOLAR 16 MM2, BLINDADO, ISOLACAO 3,6/6 KV EPR, COBERTURA EM PVC	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.24	ELÉTRICO	SINAPI	980	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 10 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.25	ELÉTRICO	SINAPI	979	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 16 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.26	ELÉTRICO	SINAPI	1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M		2000	0,00	R\$ -	R\$ -
2.27	ELÉTRICO	SINAPI	39232	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 25 MM2	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.28	ELÉTRICO	SINAPI	981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.29	ELÉTRICO	SINAPI	982	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.30	ELÉTRICO	SINAPI	39235	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 70 MM2	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.31	ELÉTRICO	SINAPI	1017	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 120 MM2	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.32	ELÉTRICO	SINAPI	995	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.33	ELÉTRICO	SINAPI	1021	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.34	ELÉTRICO	SINAPI	983	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.35	ELÉTRICO	SINAPI	984	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M		2000	0,00	R\$ -	R\$ -
2.36	ELÉTRICO	SINAPI	1003	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.37	ELÉTRICO	SINAPI	1008	CABO DE COBRE, RIGIDO, CLASSE 2, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M		30	0,00	R\$ -	R\$ -
2.38	ELÉTRICO	SINAPI	34602	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M		150	0,00	R\$ -	R\$ -
2.39	ELÉTRICO	SINAPI	34607	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M		300	0,00	R\$ -	R\$ -
2.40	ELÉTRICO	SINAPI	34618	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.41	ELÉTRICO	SINAPI	34621	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M		1500	0,00	R\$ -	R\$ -
2.42	ELÉTRICO	SINAPI	34622	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.43	ELÉTRICO	SINAPI	34624	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.44	ELÉTRICO	SINAPI	34627	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.45	ELÉTRICO	SINAPI	34629	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 6,0 MM2	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.46	ELÉTRICO	SINAPI	39257	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.47	ELÉTRICO	SINAPI	39261	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 10 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.48	ELÉTRICO	SINAPI	39258	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.49	ELÉTRICO	SINAPI	39260	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 6 MM2	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.50	ELÉTRICO	SINAPI	2556	CAIXA DE LUZ "4 X 2" EM ACO ESMALTADA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.51	ELÉTRICO	SINAPI	2557	CAIXA DE LUZ "4 X 4" EM ACO ESMALTADA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.52	ELÉTRICO	SINAPI	10569	CAIXA DE PASSAGEM / DERIVACAO / LUZ, OCTOGONAL 4 X4, EM ACO ESMALTADA, COM FUNDO MOVEL SIMPLES (FMS)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.53	ELÉTRICO	SINAPI	39774	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 50 X 50 X 15 CM	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.54	ELÉTRICO	SINAPI	39775	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 60 X 60 X 20 CM	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.55	ELÉTRICO	SINAPI	39776	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 70 X 70 X 20 CM	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.56	ELÉTRICO	SINAPI	20254	CAIXA DE PASSAGEM METALICA, DE SOBREPOR, COM TAMPA APARAFUSADA, DIMENSOES 15 X 15 X *10* CM	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.57	ELÉTRICO	SINAPI	1872	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.58	ELÉTRICO	SINAPI	1873	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 4", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.59	ELÉTRICO	SINAPI	11880	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA QUADRADA, BRANCA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.60	ELÉTRICO	SINAPI	1117	CALHA PARA AGUA FURTADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 40 CM	M		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.61	ELÉTRICO	SINAPI	1118	CALHA PARA AGUA FURTADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 50 CM	M		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.62	ELÉTRICO	SINAPI	40784	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 100 CM	M		14	0,00	R\$ -	R\$ -
2.63	ELÉTRICO	SINAPI	40783	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 50 CM	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.64	ELÉTRICO	SINAPI	10544	CALHA/CANAleta DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIAMETRO DE 60 CM, PARA AGUA PLUVIAL	M		4	0,00	R\$ -	R\$ -
2.65	ELÉTRICO	SINAPI	10545	CALHA/CANAleta DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIAMETRO DE 80 CM, PARA AGUA PLUVIAL	M		6	0,00	R\$ -	R\$ -
2.66	ELÉTRICO	SINAPI	38085	CAMPAINHA CIGARRA 127 V / 220 V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.67	ELÉTRICO	SBC	70079	CANAleta PVC ABERTA HD-0P 15x20x2000mm HELLERMANN	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
2.68	ELÉTRICO	SBC	2638	CANAleta PVC ABERTA HD-9P 50x80x2000mm HELLERMANN	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.69	ELÉTRICO	SBC	6640	CANAleta PVC FECHADA HD-6F 110x50x2000mm HELLERMANN	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.70	ELÉTRICO	SINAPI	13354	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFASICA, COM CAIXA TERMOPLASTICA, COM FUSIVEL DE 25 A, PARA MOTOR COM POTENCIA DE 7,5 CV E CONDULETE DE ALUMINIO TIPO B, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.71	ELÉTRICO	SINAPI	14053	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
2.72	ELÉTRICO	SINAPI	2560	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.73	ELÉTRICO	SINAPI	2559	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN		14	0,00	R\$ -	R\$ -
2.74	ELÉTRICO	SINAPI	2565	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.75	ELÉTRICO	SINAPI	2570	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.76	ELÉTRICO	SINAPI	2569	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1/2", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.77	ELÉTRICO	SINAPI	2586	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1", COM TAMPA CEGA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.78	ELÉTRICO	SINAPI	2574	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN		7	0,00	R\$ -	R\$ -
2.79	ELÉTRICO	SINAPI	2580	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.80	ELÉTRICO	SINAPI	38998	CONECTOR / ADAPTADOR FEMEA, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 25 MM X 1/2", PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.81	ELÉTRICO	SINAPI	38996	CONECTOR / ADAPTADOR MACHO, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 25 MM X 1/2", PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.82	ELÉTRICO	SINAPI	38997	CONECTOR / ADAPTADOR MACHO, COM INSERTO METALICO, PPR, DN 32 MM X 3/4", PARA AGUA QUENTE E FRIA PREDIAL	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.83	ELÉTRICO	SINAPI	2526	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.84	ELÉTRICO	SINAPI	2483	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.85	ELÉTRICO	SINAPI	2488	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.86	ELÉTRICO	SINAPI	1614	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 32 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.87	ELÉTRICO	SINAPI	1615	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 75 A, TENSÃO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.88	ELÉTRICO	SINAPI	5086	CORRENTE DE ELO CURTO COMUM, SOLDADA, GALVANIZADA, ESPESURA DO ELO = 1/2" (12,5 MM)	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.89	ELÉTRICO	SINAPI	1806	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 2"	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.90	ELÉTRICO	SINAPI	1804	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4"	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.91	ELÉTRICO	SINAPI	39271	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
2.92	ELÉTRICO	SINAPI	34544	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 400 A / ICC - 25 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.93	ELÉTRICO	SINAPI	34729	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 100 ATE 250A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.94	ELÉTRICO	SINAPI	34734	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 300 ATE 400A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.95	ELÉTRICO	SINAPI	34738	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 450 ATE 600A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.96	ELÉTRICO	SINAPI	2391	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 125A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.97	ELÉTRICO	SINAPI	2374	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 150 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.98	ELÉTRICO	SINAPI	2377	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 200 A / 600 V, TIPO FXD / ICC - 35 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.99	ELÉTRICO	SINAPI	2393	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 250 A / 600 V, TIPO FXD	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.100	ELÉTRICO	SINAPI	34705	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 250 A/ICC - 25 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.101	ELÉTRICO	SINAPI	34707	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 3 X 350 A/ICC - 25 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.102	ELÉTRICO	SINAPI	2378	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 300 A / 600 V, TIPO JXD / ICC - 40 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.103	ELÉTRICO	SINAPI	2379	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 400 A / 600 V, TIPO JXD / ICC - 40 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.104	ELÉTRICO	SINAPI	2376	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 600 A / 600 V, TIPO LXD / ICC - 40 KA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.105	ELÉTRICO	SINAPI	2394	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 800 A / 600 V, TIPO LMXD	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.106	ELÉTRICO	SINAPI	34686	DISJUNTOR TIPO DIN / IEC, MONOPOLAR DE 40 ATE 50A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.107	ELÉTRICO	SINAPI	34623	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 40 ATE 50A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.108	ELÉTRICO	SINAPI	34628	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR 63 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.109	ELÉTRICO	SINAPI	34616	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.110	ELÉTRICO	SINAPI	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.111	ELÉTRICO	SINAPI	34688	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 63 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.112	ELÉTRICO	SINAPI	34714	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR 63 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.113	ELÉTRICO	SINAPI	34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.114	ELÉTRICO	SINAPI	2388	DISJUNTOR TIPO NEMA, BIPOLAR 10 ATE 50 A, TENSÃO MÁXIMA 415 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.115	ELÉTRICO	SINAPI	2370	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.116	ELÉTRICO	SINAPI	2386	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 35 ATE 50 A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.117	ELÉTRICO	SINAPI	34689	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR DE 60 ATE 70A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.118	ELÉTRICO	SINAPI	2392	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10 ATE 50A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.119	ELÉTRICO	SINAPI	2373	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.120	ELÉTRICO	SINAPI	11002	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.121	ELÉTRICO	SINAPI	10999	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.122	ELÉTRICO	SINAPI	10997	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIÂMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.123	ELÉTRICO	SINAPI	2685	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 1", SEM LUVA	M		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.124	ELÉTRICO	SINAPI	2674	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVA	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.125	ELÉTRICO	SINAPI	2504	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 25 MM (3/4"), TIPO SEALTUBO	M		500	0,00	R\$ -	R\$ -
2.126	ELÉTRICO	SINAPI	2501	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 32 MM (1"), TIPO SEALTUBO	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.127	ELÉTRICO	SINAPI	2502	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 40 MM (1 1/4"), TIPO SEALTUBO	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.128	ELÉTRICO	SINAPI	2503	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 50 MM (1 1/2"), TIPO SEALTUBO	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.129	ELÉTRICO	SINAPI	12056	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1 1/2"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.130	ELÉTRICO	SINAPI	12057	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1 1/4"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.131	ELÉTRICO	SINAPI	12058	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 1"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.132	ELÉTRICO	SINAPI	12060	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 2 1/2"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.133	ELÉTRICO	SINAPI	12061	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 2"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.134	ELÉTRICO	SINAPI	12062	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO, TIPO CONDUITE, DIÂMETRO DE 3"	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.135	ELÉTRICO	SINAPI	21137	ELETRODUTO METÁLICO FLEXÍVEL REVESTIDO COM PVC PRETO, DIÂMETRO EXTERNO DE 15 MM (3/8"), TIPO COPEX	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.136	ELÉTRICO	SINAPI	38091	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.137	ELÉTRICO	SINAPI	38095	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.138	ELÉTRICO	SINAPI	38092	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.139	ELÉTRICO	SINAPI	38093	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.140	ELÉTRICO	SINAPI	38096	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.141	ELÉTRICO	SINAPI	38094	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.142	ELÉTRICO	SINAPI	38097	ESPELHO / PLACA DE 4 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.143	ELÉTRICO	SINAPI	38098	ESPELHO / PLACA DE 6 POSTOS 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.144	ELÉTRICO	SINAPI	39619	ESTABILIZADOR BIVOLT AUTOMATICO, 2000 VA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.145	ELÉTRICO	SBC	6117	FECHADURA ELETRICA DUPLA C-90 CINZA COM BOTAO - HDL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.146	ELÉTRICO	SBC	10090	FECHADURA ELETROIMA MAGNETICA TRAVA M150 ECO IPEC (TRAVA MAGNETICA)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.147	ELÉTRICO	SINAPI	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.148	ELÉTRICO	SINAPI	404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.149	ELÉTRICO	SINAPI	12344	FUSIVEL DIAZED 20 A TAMANHO DII, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 50 KA EM VCA E 8 KA EM VCC, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.150	ELÉTRICO	SINAPI	12343	FUSIVEL DIAZED 35 A TAMANHO DIII, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 50 KA EM VCA E 8 KA EM VCC, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.151	ELÉTRICO	SINAPI	3295	FUSIVEL NH *36* A 80 AMPERES, TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.152	ELÉTRICO	SINAPI	3297	FUSIVEL NH 125 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.153	ELÉTRICO	SINAPI	3294	FUSIVEL NH 160 A TAMANHO 00, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.154	ELÉTRICO	SINAPI	3292	FUSIVEL NH 20 A TAMANHO 000, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.155	ELÉTRICO	SINAPI	3298	FUSIVEL NH 200 A 250 AMPERES, TAMANHO 1, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 120 KA, TENSAO NOMIMNAL DE 500 V	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.156	ELÉTRICO	SINAPI	38064	INTERRUPTOR BIPOLAR 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.157	ELÉTRICO	SINAPI	38114	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.158	ELÉTRICO	SINAPI	38115	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.159	ELÉTRICO	SINAPI	38065	INTERRUPTOR INTERMEDIARIO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.160	ELÉTRICO	SINAPI	38078	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.161	ELÉTRICO	SINAPI	38113	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.162	ELÉTRICO	SINAPI	38063	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.163	ELÉTRICO	SINAPI	38073	INTERRUPTOR SIMPLES + 2 INTERRUPTORES PARALELOS 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.164	ELÉTRICO	SINAPI	38080	INTERRUPTOR SIMPLES + INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.165	ELÉTRICO	SINAPI	38077	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.166	ELÉTRICO	SINAPI	38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.167	ELÉTRICO	SINAPI	12128	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.168	ELÉTRICO	SINAPI	38081	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA +	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.169	ELÉTRICO	SINAPI	38070	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.170	ELÉTRICO	SINAPI	38074	INTERRUPTORES PARALELOS (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.171	ELÉTRICO	SINAPI	38072	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + 1 INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.172	ELÉTRICO	SINAPI	38079	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.173	ELÉTRICO	SINAPI	38068	INTERRUPTORES SIMPLES (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.174	ELÉTRICO	SINAPI	38071	INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.175	ELÉTRICO	SINAPI	3750	LAMPADA DE LUZ MISTA 250 W, BASE E27 (220 V)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.176	ELÉTRICO	SINAPI	3756	LAMPADA DE LUZ MISTA 500 W, BASE E40 (220 V)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.177	ELÉTRICO	SINAPI	38191	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15 W, BASE E27 (127/220 V)	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.178	ELÉTRICO	SINAPI	39381	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U/3U BRANCA 9/10 W, BASE E27 (127/220 V)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.179	ELÉTRICO	SINAPI	38780	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 3U BRANCA 20 W, BASE E27 (127/220 V)	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.180	ELÉTRICO	SINAPI	3753	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T10, DE 20 OU 40 W, BIVOLT	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.181	ELÉTRICO	SINAPI	38782	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T5 DE 14 W, BIVOLT	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.182	ELÉTRICO	SINAPI	38778	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 16/18 W, BIVOLT	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.183	ELÉTRICO	SINAPI	38779	LAMPADA FLUORESCENTE TUBULAR T8 DE 32/36 W, BIVOLT	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.184	ELÉTRICO	SINAPI	38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.185	ELÉTRICO	SINAPI	38193	LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.186	ELÉTRICO	SINAPI	39388	LAMPADA LED TIPO DICROICA BIVOLT, LUZ BRANCA, 5 W (BASE GU10)	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.187	ELÉTRICO	SINAPI	39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN		600	0,00	R\$ -	R\$ -
2.188	ELÉTRICO	SINAPI	39386	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 9/10 W, BASE G13	UN		600	0,00	R\$ -	R\$ -
2.189	ELÉTRICO	SINAPI	3757	LAMPADA VAPOR DE SODIO OVOIDE 250 W (BASE E40)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.190	ELÉTRICO	SINAPI	3758	LAMPADA VAPOR DE SODIO OVOIDE 400 W (BASE E40)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.191	ELÉTRICO	SINAPI	39376	LAMPADA VAPOR METALICO OVOIDE 150 W, BASE E27/E40	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.192	ELÉTRICO	SINAPI	3752	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 400 W (BASE E40)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.193	ELÉTRICO	SBC	4620	LUMINARIA DE EMBUTIR ALETADA 2x28 COMPLETA TASCIBRA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.194	ELÉTRICO	SBC	6456	LUMINARIA DE EMBUTIR BRANCA 4x16W LDE416 LUMILUZ	UN		14	0,00	R\$ -	R\$ -
2.195	ELÉTRICO	SBC	6436	LUMINARIA DE EMBUTIR BRANCO 2x32W LDE232 LUMILUZ PC	UN		15	0,00	R\$ -	R\$ -
2.196	ELÉTRICO	SBC	220	LUMINARIA DE EMBUTIR COMERCIAL 1243x614x75mm HUNTER TRADE	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.197	ELÉTRICO	SINAPI	38776	LUMINARIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE ACO PARA 4 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 14 W *60 X 60 CM* ALETADA (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.198	ELÉTRICO	SINAPI	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.199	ELÉTRICO	SINAPI	42244	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 33 W ATE 50 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.200	ELÉTRICO	SINAPI	42245	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 51 W ATE 67 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.201	ELÉTRICO	SINAPI	12231	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADA)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.202	ELÉTRICO	SINAPI	3799	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
2.203	ELÉTRICO	SINAPI	12239	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, PERFIL COMERCIAL (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.204	ELÉTRICO	SBC	4618	LUMINARIA EMBUTIR FLAT 2xPAR20 50W 2XT8 16/18W 13,9x85,2 IN80233 NEWLINE	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.205	ELÉTRICO	SINAPI	38786	LUMINARIA HERMETICA IP-65 PARA 2 DUAS LAMPADAS DE 28/32/36/40 W (NAO INCLUI REATOR E LAMPADAS)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.206	ELÉTRICO	SINAPI	39385	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.207	ELÉTRICO	SINAPI	39389	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 10 W	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.208	ELÉTRICO	SINAPI	39390	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.209	ELÉTRICO	SINAPI	39391	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.210	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		LUMINÁRIA PAINEL DE LED 20X20 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.211	ELÉTRICO	PESQUISA PREÇOS		LUMINÁRIA PAINEL DE LED 30X30 DE EMBUTIR OU SOBREPOR NA COR BRANCA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.212	ELÉTRICO	SINAPI	38775	LUMINARIA TIPO TARTARUGA PARA AREA EXTERNA EM ALUMINIO, COM GRADE, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.213	ELÉTRICO	SINAPI	1891	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.214	ELÉTRICO	SBC	43335	MICROVENTILADOR EXAUSTOR PARA BANHEIRO 10cm VENTISOL-EXB100	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.215	ELÉTRICO	SBC	68859	MICROVENTILADOR VENTOKIT MODELO 150D COM SENSOR	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
2.216	ELÉTRICO	SBC	34531	PLUG FEMEA 2P + T	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.217	ELÉTRICO	SBC	36559	PLUG MACHO 2P + T	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.218	ELÉTRICO	SBC	36571	PROTETOR DE SURTO - 220 V OU 127 V, 40 KA, TRIFASICO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.219	ELÉTRICO	SINAPI	13393	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.220	ELÉTRICO	SINAPI	13395	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A, INCLUINDO BARRAMENTO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.221	ELÉTRICO	SINAPI	12039	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 24 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.222	ELÉTRICO	SINAPI	13396	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.223	ELÉTRICO	SINAPI	12041	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 150 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.224	ELÉTRICO	SINAPI	12043	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 225 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.225	ELÉTRICO	SINAPI	39762	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 36 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.226	ELÉTRICO	SINAPI	12042	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 40 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.227	ELÉTRICO	SINAPI	39763	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 48 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.228	ELÉTRICO	SINAPI	39760	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA *42* DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.229	ELÉTRICO	SINAPI	39756	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.230	ELÉTRICO	SINAPI	12038	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.231	ELÉTRICO	SINAPI	39757	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.232	ELÉTRICO	SINAPI	39758	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.233	ELÉTRICO	SINAPI	39759	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 36 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.234	ELÉTRICO	SINAPI	39761	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 48 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.235	ELÉTRICO	SBC	10062	RACK - ABRACADEIRA NYLON PARA CABO 2,5x200mm (PACOTE 100 PECAS)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.236	ELÉTRICO	SBC	2561	RACK - ORGANIZADOR ABRACADEIRA GANCHO E LACO CINZA 20mmx3m SLIM	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
2.237	ELÉTRICO	SINAPI	1088	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 18/20 W	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.238	ELÉTRICO	SINAPI	1087	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 36/40 W	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.239	ELÉTRICO	SINAPI	1086	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 18/20 W	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.240	ELÉTRICO	SINAPI	1079	REATOR ELETRONICO BIVOLT PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE 36/40 W	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.241	ELÉTRICO	SINAPI	12318	REATOR P/ 1 LAMPADA VAPOR DE MERCURIO 400W USO EXT	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.242	ELÉTRICO	SINAPI	1082	REATOR P/ LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W USO EXT	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.243	ELÉTRICO	SINAPI	1082	REATOR P/ LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W USO EXT	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.244	ELÉTRICO	SINAPI	2510	RELE FOTOELETTRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.245	ELÉTRICO	SINAPI	12359	RELE TERMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFASICOS, TENSÃO 380 V, POTENCIA ATE 15 CV, CORRENTE NOMINAL MAXIMA 22 A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.246	ELÉTRICO	SINAPI	39392	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE PAREDE COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.247	ELÉTRICO	SINAPI	39393	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE PAREDE SEM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.248	ELÉTRICO	SINAPI	39394	SENSOR DE PRESENCIA BIVOLT DE TETO COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.249	ELÉTRICO	SINAPI	12296	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.250	ELÉTRICO	SINAPI	12294	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, PARA USO AO TEMPO, PARA LAMPADAS	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.251	ELÉTRICO	SINAPI	14543	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM CHAVE, PARA LAMPADAS	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
2.252	ELÉTRICO	SINAPI	13329	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
2.253	ELÉTRICO	SINAPI	38099	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.254	ELÉTRICO	SINAPI	38100	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 4", PARA 6 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.255	ELÉTRICO	SINAPI	3384	SUPORTE GUIA SIMPLES COM ROLDANA EM POLIPROPILENO PARA CHUMBAR, H = 20 CM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
2.256	ELÉTRICO	SINAPI	7543	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
2.257	ELÉTRICO	SINAPI	39346	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA 1 INTERRUPTOR	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
2.258	ELÉTRICO	SINAPI	39351	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA 2 MODULOS RJ	UN		8	0,00	R\$ -	R\$ -
2.259	ELÉTRICO	SINAPI	1574	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
2.260	ELÉTRICO	SINAPI	1575	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.261	ELÉTRICO	SINAPI	1576	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 25 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.262	ELÉTRICO	SINAPI	1577	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.263	ELÉTRICO	SINAPI	1571	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.264	ELÉTRICO	SINAPI	1578	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.265	ELÉTRICO	SINAPI	1573	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.266	ELÉTRICO	SINAPI	1579	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 70 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M10	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.267	ELÉTRICO	SINAPI	1542	TERMINAL METALICO A PRESSAO 1 CABO, PARA CABOS DE 4 A 10 MM2, COM 2 FURUS PARA FIXACAO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.268	ELÉTRICO	SINAPI	1535	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 6 A 10 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.269	ELÉTRICO	SINAPI	38101	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.270	ELÉTRICO	SINAPI	7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		100	0,00	R\$ -	R\$ -
2.271	ELÉTRICO	SINAPI	12147	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
2.272	ELÉTRICO	SINAPI	38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
2.273	ELÉTRICO	SINAPI	38102	TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	UN		30	0,00	R\$ -	R\$ -
2.274	ELÉTRICO	SINAPI	7525	TOMADA INDUSTRIAL DE EMBUTIR 3P+T 30 A, 440 V, COM TRAVA, COM PLACA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.1	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36801	ACABAMENTO DE METAL CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, DE PAREDE, 1/2 " OU 3/4 "	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.2	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	77	ADAPTADOR PVC PARA SIFAO METALICO, SOLDABEL, COM ANEL BORRACHA (JE), 40 MM X 1 1/2"	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.3	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	67	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2", PARA CAIXA D' AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.4	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	73	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.5	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	95	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 20 MM X 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.6	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	99	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.7	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	114	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGES LIVRES, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.8	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	68	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGES LIVRES, 32 MM X 1", PARA CAIXA D' AGUA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.9	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
3.10	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	310	ANEL BORRACHA, PARA TUBO PVC, REDE COLETOR ESGOTO, DN 400 MM (NBR 7362)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.11	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.12	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	377	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
3.13	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	44019	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO OCULTO / CARENADO, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO) - PADRAO ALTO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.14	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36520	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL PARA PCD, SEM FURO FRONTAL, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.15	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10420	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.16	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36205	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70CM, DIAMETRO MINIMO 3 CM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.17	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	761	BOMBA SUBMERSA PARA POCOS TUBULARES PROFUNDOS DIAMETRO DE 4 POLEGADAS, ELETRICA, TRIFASICA, POTENCIA 5,42 HP, 15 ESTAGIOS, BOCAL DE DESCARGA DIAMETRO DE 2 POLEGADAS, HM/Q = 18 M / 18,10 M3/H A 121 M / 2,90 M3/H	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.18	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	754	BOMBA SUBMERSIVEL, ELETRICA, TRIFASICA, POTENCIA 3,75 HP, DIAMETRO DO ROTOR 90 MM SEMIABERTO, BOCAL DE SAIDA DIAMETRO DE 2 POLEGADAS, HM/Q = 5 M / 61,2 M3/H A 25,5 M / 3,6 M3/H	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.19	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	828	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 25 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.20	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	829	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.21	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	819	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		8	0,00	R\$ -	R\$ -
3.22	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	818	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 60 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.23	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20086	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, 50 X 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.24	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	821	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 75 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.25	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	798	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 3/4" X 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
3.26	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	802	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 2" X 1 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.27	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		BUCHA DE VEDAÇÃO P/ TORNEIRA DE 1/2 TIPO CARRAPETA	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
3.28	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		BUCHA DE VEDAÇÃO P/ TORNEIRA DE 3/4 TIPO CARRAPETA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.29	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11881	CAIXA DE GORDURA CILINDRICA EM CONCRETO SIMPLES, PRE-MOLDADA, COM DIAMETRO DE 40 CM E ALTURA DE 45 CM, COM TAMPA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.30	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	35277	CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM, DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA E CESTO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.31	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11712	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.32	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11717	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA, BRANCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.33	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1185	CAP PVC, SOLDAREL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.34	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1194	CAP PVC, SOLDAREL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.35	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1204	CAP PVC, SOLDAREL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.36	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	12910	CAP PVC, SOLDAREL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.37	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.38	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6142	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
3.39	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11686	CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA EM PLASTICO BRANCO COM TUBO, CANOPLA E ANEL DE EXPANSAO (TUBO 1.1/2 " X 20 CM)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.40	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3470	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.41	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3471	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.42	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1747	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA DE 3 1/2 ", DE *56 X 33 X 12* CM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.43	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1942	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 2", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.44	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38190	DUCHA / CHUVEIRO METALICO, DE PAREDE, ARTICULAVEL, COM DESVIADOR E DUCHA MANUAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.45	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	1370	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.46	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11683	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 30 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.47	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11684	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 40 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.48	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.49	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11681	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.50	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	14151	FITA METALICA GRAVADA, L = 17 MM, ROLO DE 25 M, CARGA RECOMENDADA = *120* KGF	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.51	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11731	GRELHA FIXA, EM PVC BRANCA, QUADRADA, 150 X 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.52	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11732	GRELHA FIXA, PVC CROMADA, REDONDA, 150 MM, PARA RALOS E CAIXAS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.53	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11244	GRELHA FOFO ARTICULADA, CARGA MAXIMA 1,5 T, *300 X 1000* MM, E= *15* MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.54	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3533	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDAREL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.55	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3538	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDAREL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.56	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3497	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.57	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3498	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1" X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.58	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3496	JOELHO DE REDUCAO, PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.59	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3531	JOELHO PVC, SOLDAREL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.60	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3527	JOELHO PVC, SOLDAREL COM ROSCA, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.61	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3542	JOELHO PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.62	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3529	JOELHO PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
3.63	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3536	JOELHO PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.64	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3540	JOELHO PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.65	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3517	JOELHO PVC, SOLDAREL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.66	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3528	JOELHO PVC, SOLDAREL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.67	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37952	JOELHO PVC, SOLDAREL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.68	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37949	JOELHO PVC, SOLDAREL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
3.69	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3526	JOELHO PVC, SOLDAREL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.70	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3509	JOELHO PVC, SOLDAREL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.71	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20155	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
3.72	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20156	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.73	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3511	JOELHO, PVC SOLDABEL, 90 GRAUS, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.74	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20144	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 100 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.75	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20143	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 100 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.76	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20142	JUNCAO SIMPLES, PVC SERIE R, DN 75 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.77	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3661	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.78	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	39398	KIT DE ACESSORIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.79	HIDROSSANITÁRIO	PESQUISA PREÇOS		KIT DUPLO ACIONAMENTO PARA CAIXA ACOPLADA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.80	HIDROSSANITÁRIO	SBC	16124	KIT PARA FIXACAO DE VASO SANITARIO COM SUPORTE LATERAL CROMADO E BRANCO	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.81	HIDROSSANITÁRIO	SBC	36536	KIT REPARO PARA VALVULA DE DESCARGA, 1 1/4" e/ou 1 1/2"	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.82	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X 35* CM (L X C)	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
3.83	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10426	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUMA, DIMENSOES *54 X 44* CM (L X C)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.84	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3900	LUA DE CORRER PARA TUBO ROSCAVEL, PVC, 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.85	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3913	LUA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.86	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3909	LUA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.87	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3919	LUA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.88	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3928	LUA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.89	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3926	LUA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.90	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3931	LUA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3" X 2 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.91	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3907	LUA DE REDUCAO ROSCAVEL, PVC, 1" X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.92	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3889	LUA DE REDUCAO ROSCAVEL, PVC, 3/4" X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.93	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3868	LUA DE REDUCAO SOLDABEL, PVC, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.94	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20162	LUA DUPLA, PVC LEVE, DN 150 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.95	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3904	LUA PVC SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
3.96	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3863	LUA PVC SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.97	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3866	LUA PVC SOLDABEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.98	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3884	LUA ROSCAVEL, PVC, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.99	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3899	LUA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.100	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38676	LUA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 150 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.101	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3897	LUA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.102	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3875	LUA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.103	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3898	LUA SIMPLES, PVC, SOLDABEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.104	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3856	LUA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.105	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	3871	LUA SOLDABEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.106	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37458	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 1/2" X 2 MM	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.107	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10432	MICTORIO INDICUDUAL, SIFONADO, LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.108	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4209	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.109	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4177	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.110	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4208	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.111	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4181	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.112	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11955	PARAFUSO DE LATAO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
3.113	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4351	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
3.114	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4384	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
3.115	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4893	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.116	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4894	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1 1/4"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.117	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4890	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
3.118	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4888	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.119	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	4889	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 3/4"	UN		12	0,00	R\$ -	R\$ -
3.120	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11735	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 100 MM X 200 MM (NBR 5688)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.121	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11737	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 150 MM X 150 MM (NBR 5688)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.122	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11738	PROLONGAMENTO / PROLONGADOR PARA CAIXA SIFONADA, PVC, 150 MM X 200 MM (NBR 5688)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.123	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21059	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 150 X 150 MM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.124	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21062	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 400 X 400 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.125	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11708	RALO FOFO SEMIESFERICO, 100 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.126	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11709	RALO FOFO SEMIESFERICO, 150 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.127	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11745	RALO SIFONADO QUADRADO, PVC, 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.128	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11743	RALO SIFONADO REDONDO CONICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.129	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20044	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 100 X 75MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.130	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20042	REDUCAO EXCENTRICA PVC P/ ESG PREDIAL DN 75 X 50MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.131	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20047	REDUCAO EXCENTRICA PVC, SERIE R, DN 150 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.132	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11672	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1 1/2", COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.133	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20055	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 1", COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.134	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11671	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 2", COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.135	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6032	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, ROSCAVEL, DN 3/4", COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.136	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11674	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAREL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.137	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAREL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.138	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11678	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAREL, DN 60 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.139	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11719	REGISTRO DE PRESSAO PVC, SOLDAREL, VOLANTE SIMPLES, DE 25 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.140	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6019	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.141	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6010	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.142	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6017	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.143	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6028	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.144	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6011	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.145	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6012	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.146	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6016	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.147	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6013	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.148	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6015	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.149	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6014	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.150	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6006	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1/2 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.151	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6005	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.152	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10904	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.153	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6024	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.154	HIDROSSANITÁRIO	SBC	36578	REPARO PARA TORNEIRA 1/2" - DECA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.155	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38637	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 1.1/2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.156	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6150	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.157	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6136	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.158	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20262	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.159	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6148	SIFAO PLASTICO FLEXIVEL SAIDA VERTICAL PARA COLUNA LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.160	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6146	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.161	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20183	TE DE INSPECAO, PVC, SERIE R, 100 X 75 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.162	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7104	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.163	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7128	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 40 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.164	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7129	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 50 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.165	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7132	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDAREL, 90 GRAUS, 75 MM X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
3.166	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7094	TE PVC ROSCAVEL 90 GRAUS, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.167	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7118	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.168	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7110	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 2", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.169	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7123	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.170	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7137	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.171	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7122	TE PVC, SOLDAVEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.172	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37947	TE PVC, SOLDAVEL, COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.173	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7139	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.174	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7141	TE SOLDAVEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.175	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11767	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, 2", AGUA FRIA, COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.176	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11763	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1.1/2", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.177	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7602	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, COM BICO PLASTICO, CANO CURTO, AREA EXTERNA, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1128)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.178	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	7603	TORNEIRA DE METAL AMARELO, PARA TANQUE / JARDIM, DE PAREDE, SEM BICO, CANO CURTO, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1120)	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.179	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.180	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36795	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, COM SENSOR DE PRESENCA A PILHA, COM AREJADOR EMBUTIDO	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.181	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	36796	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.182	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11773	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEI, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.183	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11762	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL , 1/2 " OU 3/4 " (REF 1153 / 1130)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.184	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11772	TORNEIRA METALICA CROMADA, DE MESA/BANCADA, PARA COZINHA, BICA MOVEI, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.185	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	13416	TORNEIRA METALICA CROMADA, RETA, DE PAREDE, PARA COZINHA, SEM BICO, SEM AREJADOR, PADRAO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1158)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.186	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20980	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 8", E= *7,04 MM, SCHEDULE 30, *36,75 KG/M	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.187	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	40334	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 300 MM	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.188	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.189	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20065	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.190	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.191	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9837	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.192	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9860	TUBO PVC, ROSCAVEL, 2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.193	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9861	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.194	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9866	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	M		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.195	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20067	TUBO PVC, SERIE R, DN 40 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS (NBR 5688)	M		7	0,00	R\$ -	R\$ -
3.196	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	20068	TUBO PVC, SERIE R, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS (NBR 5688)	M		7	0,00	R\$ -	R\$ -
3.197	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9867	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 20 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.198	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.199	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.200	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9875	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.201	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9871	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.202	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9872	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M		5	0,00	R\$ -	R\$ -
3.203	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9886	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.204	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9889	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2 1/2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.205	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9887	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.206	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9885	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 3/4"	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
3.207	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9901	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.208	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9897	UNIAO PVC, SOLDAREL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.209	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	9909	UNIAO PVC, SOLDAREL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.210	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	21112	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.211	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10228	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.212	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	11781	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/4 " E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.213	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	37588	VALVULA DE ESCOAMENTO PARA TANQUE, EM METAL CROMADO, 1.1/2 ", SEM LADRAO, COM TAMPAO PLASTICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
3.214	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10409	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.215	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10411	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1 1/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.216	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10410	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 1", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.217	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10405	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.218	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10408	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.219	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10406	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.220	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10412	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3/4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.221	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10416	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
3.222	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10419	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.223	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10418	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.224	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	12657	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.225	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10417	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.226	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10414	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.227	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	10413	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3/4", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.228	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	38643	VALVULA EM METAL CROMADO PARA LAVATORIO, 1 " SEM LADRAO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
3.229	HIDROSSANITÁRIO	SINAPI	6157	VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2 "	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.1	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	414	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.2	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		BLOCO DE CONEXÃO BLI 10	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.3	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39598	CABO DE PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 5E	M		500	0,00	R\$ -	R\$ -
4.4	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39599	CABO DE PAR TRANCADO UTP, 4 PARES, CATEGORIA 6	M		3000	0,00	R\$ -	R\$ -
4.5	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36477	CABO FIBRA OPTICA MONOMODO (5M) 4FO INT/EXT	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
4.6	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36472	CABO FIBRA OPTICA MULTIMODO ATE 50/125 MICROMETROS 6FO INT/EXT	M		60	0,00	R\$ -	R\$ -
4.7	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	203042	CABO HDMI x HDMI VERSAO 1.4 BLINDADO - 20m	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.8	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	203041	CABO HDMI x HDMI VERSAO 1.4 BLINDADO - 5,0m	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.9	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11902	CABO TELEFONICO CCI 50, 2 PARES, USO INTERNO, SEM BLINDAGEM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
4.10	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11922	CABO TELEFONICO CI 50, 50 PARES, USO INTERNO	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
4.11	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	11914	CABO TELEFONICO CTP - APL - 50, 100 PARES, USO EXTERNO	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
4.12	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	10949	CANAleta PARA FIXACAO 5 BLOCOS BLI-10/BLI-20	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.13	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39600	CONECTOR FEMEA RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
4.14	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39601	CONECTOR FEMEA RJ - 45, CATEGORIA 6	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
4.15	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39602	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 5 E	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
4.16	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39603	CONECTOR MACHO RJ - 45, CATEGORIA 6	UN		500	0,00	R\$ -	R\$ -
4.17	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36499	CORDAO OPTICO DUPLEX MULTIMODO COM CONECTORES (LC/LC) 5M	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.18	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	36498	CORDAO OPTICO DUPLEX MULTIMODO COM CONECTORES (LC/LC)2,5M	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.19	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		DISTRIBUIDOR ÓTICO PARA NO MÍNIMO 12 POSIÇÕES TIPO SC	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.20	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		DISTRIBUIDOR ÓTICO PARA NO MÍNIMO 24 POSIÇÕES TIPO SC	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
4.21	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	835	CAIXA DE EMENDA OPTICA FK-CEO-3T-36F KIT DE DERIVACAO E SUPORTES POSTE E CORDAO FURUKAWA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.22	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	205	FITA VELCRO ROLO 3 METROS	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
4.23	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		FIO JUMPER (BOBINA 500 M - 2 x 0,50 mm - cores preto e laranja)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.24	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		GUIA DE CABOS HORIZONTAL	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
4.25	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE ENCHIMENTO PLANO DE 1U	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.26	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PAINEL DE ENCHIMENTO PLANO DE 2U	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
4.27	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39604	PATCH CORD, CATEGORIA 5 E, EXTENSAO DE 1,50 M	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
4.28	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39605	PATCH CORD, CATEGORIA 5 E, EXTENSAO DE 2,50 M	UN		50	0,00	R\$ -	R\$ -
4.29	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39606	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 1,50 M	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
4.30	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39607	PATCH CORD, CATEGORIA 6, EXTENSAO DE 2,50 M	UN		200	0,00	R\$ -	R\$ -
4.31	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39594	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 5E, COM RACKS DE 19" E 1 U DE ALTURA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.32	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39596	PATCH PANEL, 24 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 1 U DE ALTURA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.33	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39595	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 5E, COM RACKS DE 19" E 2 U DE ALTURA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.34	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	39597	PATCH PANEL, 48 PORTAS, CATEGORIA 6, COM RACKS DE 19" E 2 U DE ALTURA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.35	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PONTO DE CONSOLIDAÇÃO TIPO 3 (PARA 24 CONECTORES RJ45 FÊMEA CAT 5E OU 6)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.36	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PRATELEIRA EM AÇO, PARA RACK, DESLIZANTE, COM SUPORTES E RODÍZIOS DE NYLON	un		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.37	LÓGICO E TELEFONIA	PESQUISA PREÇOS		PRATELEIRA EM AÇO, VENTILADA, PARA RACK	un		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.38	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	6635	RACK - MINI RACK PAREDE 6Ux450mm 19" COR PRETO PORTA COM VISOR DE ACRILICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.39	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	5788	RACK PISO 36U 1000mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.40	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	6634	RACK PISO 40U 1000mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.41	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	7345	RACK PISO 44U 1200mm 19" PRETO PORTA FRONTAL COM VISOR DE ACRILICO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.42	LÓGICO E TELEFONIA	SBC	68749	RACK- VENTILADOR COOLER PAINEL ELETRICO BIVOLT 120x120x25mm	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
4.43	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	38082	TOMADA RJ11, 2 FIOS, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
4.44	LÓGICO E TELEFONIA	SINAPI	38104	TOMADA RJ45, 8 FIOS, CAT 5E (APENAS MODULO)	UN		26	0,00	R\$ -	R\$ -
5.1	MARCENARIA	SINAPI	4791	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG		10	0,00	R\$ -	R\$ -
5.2	MARCENARIA	SINAPI	183	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.3	MARCENARIA	SINAPI	184	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, PINUS / EUCALIPTO / VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.4	MARCENARIA	SINAPI	181	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *16* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIAO (NAO INCLUI ALIZARES)	JG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.5	MARCENARIA	SINAPI	39837	BATENTE/PORTAL/ADUELA/MARCO, EM MDF/PVC WOOD/POLIESTIRENO OU MADEIRA LAMINADA, L = *9,0* CM COM GUARNICAO REGULAVEL 2 FACES = *35* MM, PRIMER	JG		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.6	MARCENARIA	SINAPI	34667	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 1 FACE, E = 6 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.7	MARCENARIA	SINAPI	34668	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 1 FACE, E = 9 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.8	MARCENARIA	SINAPI	34664	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 15 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.9	MARCENARIA	SINAPI	34665	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 18 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.10	MARCENARIA	SINAPI	34666	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 25 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.11	MARCENARIA	SINAPI	34669	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 6 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.12	MARCENARIA	SINAPI	34670	CHAPA DE MDF BRANCO LISO 2 FACES, E = 9 MM, DE *2,75 X 1,85* M	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
5.13	MARCENARIA	SINAPI	1339	COLA A BASE DE RESINA SINTETICA PARA CHAPA DE LAMINADO MELAMINICO	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.14	MARCENARIA	SINAPI	44396	COLA BRANCA BASE PVA	KG		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.15	MARCENARIA	SBC	36501	CORREDICAS TELESOPICAS 35 KG, COMPRIMENTO 400 MM , ACABAMENTO ZINCO ELETROLITICO + VERNIZ PROTETOR	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
5.16	MARCENARIA	SINAPI	2432	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
5.17	MARCENARIA	SINAPI	2433	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,2 A 1,8 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA CHATA, COM PARAFUSOS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
5.18	MARCENARIA	SINAPI	2420	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3" X 2 1/2", E= 1,9 A 2 MM, SEM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
5.19	MARCENARIA	SINAPI	11447	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
5.20	MARCENARIA	SINAPI	11451	DOBRADICA TIPO VAI-E-VEEM EM ACO/FERRO, TAMANHO 3", GALVANIZADO, COM PARAFUSOS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
5.21	MARCENARIA	SINAPI	11480	FECHADURA AUXILIAR DE SEGURANCA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX, BROCA DE 45 A 55 MM, LINGUETA COM 3 AVANCOS, INCLUINDO 2 CHAVES TIPO CILINDRO	CJ		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.22	MARCENARIA	SINAPI	11469	FECHADURA DE EMBUTIR PARA GAVETA E MOVEIS DE MADEIRA, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM ABAS LATERAIS, CILINDRO COM 22 MM DE DIAMETRO, INCLUINDO CHAVE COM PERFIL METALICO E CAPA ESCAMOTEAVEL	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.23	MARCENARIA	SINAPI	11468	FECHADURA DE SOBREPOR PARA GAVETAS E ARMARIOS, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM CILINDRO DE APROX 20	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.24	MARCENARIA	SINAPI	3080	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.25	MARCENARIA	SINAPI	3090	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA INTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO INTERNA	CJ		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.26	MARCENARIA	SINAPI	3097	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA DE BANHEIRO, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 40 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO TRANQUETA	CJ		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.27	MARCENARIA	SINAPI	38152	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ		4	0,00	R\$ -	R\$ -
5.28	MARCENARIA	PESQUISA PREÇOS		FECHADURA TUBULAR, ACABAMENTO CROMADO, DISTANCIA DE BROCA 90 MM, CILINDRO CENTRAL COM CHAVE EXTERNA E BOTAO INTERNO, MACANETA FORMATO TULIPA/TACA/BOLA - COMPLETA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.29	MARCENARIA	SINAPI	38177	FECHO / TRINCO TIPO AVIAO, EM ZAMAC CROMADO, *60* MM, PARA JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.30	MARCENARIA	SINAPI	11458	FECHO DE SEGURANCA, TIPO BATOM, EM LATAO / ZAMAC, CROMADO, PARA PORTAS E JANELAS - INCLUI PARAFUSOS	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
5.31	MARCENARIA	SINAPI	3119	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 2" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM, PARA PORTAS E JANELAS	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.32	MARCENARIA	SINAPI	3122	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 3" A 4" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.33	MARCENARIA	SINAPI	11456	FERROLHO COM FECHO /TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 10" A 12" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 1,50 MM	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.34	MARCENARIA	SINAPI	3107	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO , EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 3" A 4", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 0,90 MM E LARGURA MINIMA DE 3,20 CM (FECHO SIMPLES / LEVE) (INCLUI PARAFUSOS)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.35	MARCENARIA	SINAPI	3106	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
5.36	MARCENARIA	SINAPI	43652	MASSA PARA MADEIRA - INTERIOR E EXTERIOR	KG		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.37	MARCENARIA	SINAPI	11561	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 1.100 MM E PESO DE ATE 85 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.38	MARCENARIA	SINAPI	11560	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.39	MARCENARIA	SINAPI	11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.40	MARCENARIA	SINAPI	11364	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.41	MARCENARIA	SINAPI	11365	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.42	MARCENARIA	SINAPI	11366	PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO COLMEIA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.43	MARCENARIA	SINAPI	10553	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 600 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
5.44	MARCENARIA	SINAPI	10554	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.45	MARCENARIA	SINAPI	10555	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.46	MARCENARIA	SINAPI	10556	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.47	MARCENARIA	SINAPI	39502	PORTA DE MADEIRA, FOLHA PESADA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 40 MM A 45 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SOLIDO, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
5.48	MARCENARIA	SINAPI	6186	RODAPE DE MADEIRA MACICA CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, *1,5 X 7 CM	M		50	0,00	R\$ -	R\$ -
5.49	MARCENARIA	SINAPI	39829	RODAPE EM POLIESTIRENO, BRANCO, H = *5* CM, E = *1,5* CM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
5.50	MARCENARIA	SINAPI	10691	SOLVENTE PARA COLA (PARA LAMINADO MELAMINICO) A BASE DE RESINA SINTETICA	L		5	0,00	R\$ -	R\$ -
5.51	MARCENARIA	SINAPI	3992	TABUA APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M		10	0,00	R\$ -	R\$ -
6.1	VIDRAÇARIA	SINAPI	3104	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ		2	0,00	R\$ -	R\$ -
6.2	VIDRAÇARIA	SINAPI	11186	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
6.3	VIDRAÇARIA	SINAPI	10498	MASSA PARA VIDRO	KG		30	0,00	R\$ -	R\$ -
6.4	VIDRAÇARIA	SINAPI	34386	VIDRO LISO INCOLOR 10 MM - SEM COLOCACAO	M2		6	0,00	R\$ -	R\$ -
6.5	VIDRAÇARIA	SINAPI	10492	VIDRO LISO INCOLOR 4MM - SEM COLOCACAO	M2		4	0,00	R\$ -	R\$ -
6.6	VIDRAÇARIA	SINAPI	10491	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
6.7	VIDRAÇARIA	SINAPI	34385	VIDRO LISO INCOLOR 8MM - SEM COLOCACAO	M2		20	0,00	R\$ -	R\$ -
6.8	VIDRAÇARIA	SINAPI	10499	VIDRO MARTELADO OU CANELADO, 4 MM - SEM COLOCACAO	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
6.9	VIDRAÇARIA	SINAPI	10507	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2		10	0,00	R\$ -	R\$ -
6.10	VIDRAÇARIA	SINAPI	10505	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
6.11	VIDRAÇARIA	SINAPI	10506	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	M2		10	0,00	R\$ -	R\$ -
6.12	VIDRAÇARIA	SINAPI	10502	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
6.13	VIDRAÇARIA	SINAPI	10501	VIDRO TEMPERADO VERDE E = 6 MM, SEM COLOCACAO	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
7.1	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		ADITIVO PARA ÁGUA DO RADIADOR DE MOTOR A DIESEL (GERADOR)	lt		4	0,00	R\$ -	R\$ -
7.2	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		ALTERNADOR PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.3	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 12V – 150AH PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.4	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		CORREIAS PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.5	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		FILTRO DE AR PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.6	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.7	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		FILTRO DE ÓLEO PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	un		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.8	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		MOTOR DE ARRANQUE (PARTIDA) PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.9	GRUPO GERADOR	SINAPI	4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	L		700	0,00	R\$ -	R\$ -
7.10	GRUPO GERADOR	SINAPI	4227	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHOS, TRATORES, RETROS E ETC)	L		50	0,00	R\$ -	R\$ -
7.11	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		RETENTOR DE BOMBA D'ÁGUA PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	CJ		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.12	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		SENSOR DE PRESSÃO DO ÓLEO PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.13	GRUPO GERADOR	PESQUISA PREÇOS		SENSOR DE TEMPERATURA PARA MOTOR A DIESEL SCANIA, DC13 072A	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
7.14	GRUPO GERADOR	SINAPI	3348	LOCACAO DE GRUPO GERADOR ACIMA DE * 125 ATE 180* KVA, MOTOR DIESEL, REBOCAVEL, ACIONAMENTO MANUAL	H		100	0,00	R\$ -	R\$ -
7.15	GRUPO GERADOR	SINAPI	39883	LOCACAO DE GRUPO GERADOR DE *260* KVA, DIESEL REBOCAVEL, ACIONAMENTO MANUAL	H		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.1	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		BOMBA DE REMOÇÃO DE CONDENSADOS, APLICAÇÃO PARA AR CONDICIONADOS ATÉ 60.000 BTU/H	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
8.2	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		CAPACITOR ELETROLÍTICO 40 MF X440VAC	UN		4	0,00	R\$ -	R\$ -
8.3	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		CAPACITOR ELETROLÍTICO 5,0MF X 380VAC	UN		3	0,00	R\$ -	R\$ -
8.4	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		COMPRESSOR ROTATIVO PARA CONDICIONADO DE AR TIPO SPLIT DE 18000 BTU'S 220V	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
8.5	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		COMPRESSOR ROTATIVO PARA CONDICIONADO DE AR TIPO SPLIT DE 24000 BTU'S 220V	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
8.6	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		CONTROLE REMOTO UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADOS SPLITS	UN		6	0,00	R\$ -	R\$ -
8.7	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		DESINCRUSTANTE ÁCIDO PARA CONDENSADORAS (GALÃO DE 5 LITROS)	UN		13	0,00	R\$ -	R\$ -
8.8	AR CONDICIONADO	SINAPI	42529	FITA ADESIVA ALUMINIZADA, PARA INSTALACAO DE MANTAS DE SUBCOBERTURA, L = *5* CM	M		200	0,00	R\$ -	R\$ -
8.9	AR CONDICIONADO	SINAPI	407	FITA DE ALUMINIO PARA PROTECAO DO CONDUTOR LARGURA 10 MM	KG		24	0,00	R\$ -	R\$ -
8.10	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		GÁS REFRIGERANTE R-22 DESCARTÁVEL, 13,6 KG	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
8.11	AR CONDICIONADO	PESQUISA PREÇOS		GÁS REFRIGERANTE R-410a DESCARTÁVEL, 11,3 KG	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
8.12	AR CONDICIONADO	SINAPI	37591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN		20	0,00	R\$ -	R\$ -
8.13	AR CONDICIONADO	SINAPI	39660	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.14	AR CONDICIONADO	SINAPI	39662	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.15	AR CONDICIONADO	SINAPI	39661	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.16	AR CONDICIONADO	SINAPI	39666	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.17	AR CONDICIONADO	SINAPI	39664	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.18	AR CONDICIONADO	SINAPI	39663	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.19	AR CONDICIONADO	SINAPI	39665	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M		80	0,00	R\$ -	R\$ -
8.20	AR CONDICIONADO	SINAPI	39707	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1 1/2", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.21	AR CONDICIONADO	SINAPI	39708	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1 1/4", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.22	AR CONDICIONADO	SINAPI	39710	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1 1/8", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.23	AR CONDICIONADO	SINAPI	39709	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1 3/8", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.24	AR CONDICIONADO	SINAPI	39711	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1 5/8", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.25	AR CONDICIONADO	SINAPI	39714	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.26	AR CONDICIONADO	SINAPI	39712	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, AGUA QUENTE, DN 1/2", E= 10 MM	M		100	0,00	R\$ -	R\$ -
8.27	AR CONDICIONADO	SINAPI	39713	TUBO DE ESPUMA DE POLIETILENO EXPANDIDO FLEXIVEL PARA ISOLAMENTO TERMICO DE TUBULACAO DE AR CONDICIONADO, VARIADOR DE VELOCIDADE PARA VENTILADOR 220V, 250W + 2 INTERRUPTORES PARALELOS, PARA REVERSAO E LAMPADA, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
9.1	INCÊNDIO	SINAPI	10899	ADAPTADOR, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.2	INCÊNDIO	SINAPI	10900	ADAPTADOR, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS 2 1/2", PARA INSTALACAO PREDIAL DE COMBATE A INCENDIO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.3	INCÊNDIO	SINAPI	20975	ANEL DE EXPANSAO EM COBRE, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA EMPATAÇÃO MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.4	INCÊNDIO	SINAPI	20976	ANEL DE EXPANSAO EM COBRE, ENGATE RAPIDO 2 1/2", PARA EMPATAÇÃO MANGUEIRA DE COMBATE A INCENDIO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.5	INCÊNDIO	SINAPI	10521	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE EMBUTIR/INTERNA, COM 75 X 45 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.6	INCÊNDIO	SINAPI	10885	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE EMBUTIR/INTERNA, COM 90 X 60 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.7	INCÊNDIO	SINAPI	20962	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE SOBREPOR/EXTERNIA, COM 75 X 45 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
9.8	INCÊNDIO	SINAPI	20963	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE SOBREPOR/EXTERNA, COM 90 X 60 X 17 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.9	INCÊNDIO	SINAPI	40607	CANOPLA ACABAMENTO CROMADO PARA INSTALACAO DE SPRINKLER, SOB FORRO, 15 MM	UN		15	0,00	R\$ -	R\$ -
9.10	INCÊNDIO	SINAPI	20971	CHAVE DUPLA PARA CONEXOES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		10	0,00	R\$ -	R\$ -
9.11	INCÊNDIO	SINAPI	37554	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.12	INCÊNDIO	SINAPI	37555	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 2 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.13	INCÊNDIO	SINAPI	10902	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 13 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.14	INCÊNDIO	SINAPI	20965	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 16 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.15	INCÊNDIO	SINAPI	20966	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 19 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.16	INCÊNDIO	SINAPI	10903	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2" X 13 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.17	INCÊNDIO	SINAPI	20967	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2" X 16 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.18	INCÊNDIO	SINAPI	20968	ESGUICHO TIPO JATO SOLIDO, EM LATAO, ENGATE RAPIDO 2 1/2" X 19 MM, PARA MANGUEIRA EM INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.19	INCÊNDIO	SINAPI	21029	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.20	INCÊNDIO	SINAPI	21030	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 20 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.21	INCÊNDIO	SINAPI	21031	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 25 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.22	INCÊNDIO	SINAPI	21032	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 1, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 30 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.23	INCÊNDIO	SINAPI	37527	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.24	INCÊNDIO	SINAPI	37528	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 20 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.25	INCÊNDIO	SINAPI	37529	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 25 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.26	INCÊNDIO	SINAPI	37530	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 30 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.27	INCÊNDIO	SINAPI	21034	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 2 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.28	INCÊNDIO	SINAPI	37531	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 2 1/2", COMPRIMENTO = 20 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.29	INCÊNDIO	SINAPI	21036	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 2 1/2", COMPRIMENTO = 25 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.30	INCÊNDIO	SINAPI	21037	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 2 1/2", COMPRIMENTO = 30 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN		2	0,00	R\$ -	R\$ -
9.31	INCÊNDIO	SINAPI	37560	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.32	INCÊNDIO	SINAPI	37557	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *14 X 14* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.33	INCÊNDIO	SINAPI	37556	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.34	INCÊNDIO	SINAPI	37559	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *12 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.35	INCÊNDIO	SINAPI	37539	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -

ITEM	TIPO MATERIAL	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / INSUMO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (17,72%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
9.36	INCÊNDIO	SINAPI	37558	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.37	INCÊNDIO	SINAPI	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.38	INCÊNDIO	SINAPI	34721	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE ALUMÍNIO COM PINTURA REFLETIVA, E = 2 MM	M2		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.39	INCÊNDIO	SINAPI	20972	REDUÇÃO FIXA TIPO STORZ, ENGATE RÁPIDO 2.1/2" X 1.1/2", EM LATAO, PARA INSTALAÇÃO PREDIAL COMBATE A INCÊNDIO PREDIAL	UN		5	0,00	R\$ -	R\$ -
9.40	INCÊNDIO	SINAPI	10904	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALAÇÃO PREDIAL DE INCÊNDIO, 45 GRAUS, DIÂMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSÃO DE ATÉ 200 PSI	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.41	INCÊNDIO	SINAPI	21044	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 1/2" - 15 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.42	INCÊNDIO	SINAPI	21045	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO CROMADO, 3/4" - 20 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.43	INCÊNDIO	SINAPI	21040	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO NATURAL, 1/2" - 15 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.44	INCÊNDIO	SINAPI	21041	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 68 GRAUS CELSIUS (BULBO VERMELHO), ACABAMENTO NATURAL, 3/4" - 20 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.45	INCÊNDIO	SINAPI	21047	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 79 GRAUS CELSIUS (BULBO AMARELO), ACABAMENTO CROMADO, 3/4" - 20 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.46	INCÊNDIO	SINAPI	21043	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 79 GRAUS CELSIUS (BULBO AMARELO), ACABAMENTO NATURAL, 3/4" - 20 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.47	INCÊNDIO	SINAPI	21042	SPRINKLER TIPO PENDENTE, 79 GRAUS CELSIUS (BULBO AMARELO,) ACABAMENTO NATURAL OU CROMADO, 1/2" - 15 MM	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.48	INCÊNDIO	SINAPI	20964	TAMPAO COM CORRENTE, EM LATAO, ENGATE RÁPIDO 1 1/2", PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.49	INCÊNDIO	SINAPI	10905	TAMPAO COM CORRENTE, EM LATAO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2", PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE COMBATE A INCÊNDIO	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.50	INCÊNDIO	SINAPI	20973	UNIÃO TIPO STORZ, COM EMPATACAO INTERNA TIPO ANEL DE EXPANSÃO, ENGATE RÁPIDO 1 1/2", PARA MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
9.51	INCÊNDIO	SINAPI	20974	UNIÃO TIPO STORZ, COM EMPATACAO INTERNA TIPO ANEL DE EXPANSÃO, ENGATE RÁPIDO 2 1/2", PARA MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO PREDIAL	UN		1	0,00	R\$ -	R\$ -
TOTAL ANUAL COM BDI, ESTIMADO PARA MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS)										R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-C - PLANILHA DE CUSTOS PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS)

ITEM	GRUPO	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (28,35%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
1	DRENAGEM/OBRAS DE CONTENCAO/POCOS DE VISITA E CAIXAS	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. AF_06/2016 P	M		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M3		5	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	98749	SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=5/16". AF_06/2018	M		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	FUNDACOES E ESTRUTURAS	SINAPI	98576	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA ADERIDA COM MAÇARICO. AF_06/2018	M		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98556	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 4 DEMÃOS, REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	M2		300	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF_06/2018	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
7	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98547	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, DUAS CAMADAS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM E E=4MM. AF_06/2018	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
8	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98546	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=3MM. AF_06/2018	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
9	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98553	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE POLIURETANO, 2 DEMÃOS. AF_06/2018	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
10	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98565	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
11	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98566	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=3CM. AF_06/2018	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
12	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98570	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE VERTICAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=5CM. AF_06/2018	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
13	IMPERMEABILIZACOES E PROTECOES DIVERSAS	SINAPI	98558	TRATAMENTO DE RALO OU PONTO EMERGENTE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA REFORÇADA COM VÉU DE POLIÉSTER (MAV). AF_06/2018	UN		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
14	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90441	FURO EM CONCRETO PARA DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM. AF_05/2015	UN		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
15	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90447	RASGO EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_05/2015	M		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
16	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	91222	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
17	INSTALACOES HIDRO SANITARIAS	SINAPI	90445	RASGO EM CONTRAPISO PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_05/2015	M		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
18	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	103329	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
19	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	101159	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS MACIÇOS DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M2		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
20	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	97638	REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2		500	R\$ -	R\$ -	R\$ -
21	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	102253	DIVISORIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	M2		30	R\$ -	R\$ -	R\$ -
22	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	96373	INSTALAÇÃO DE REFORÇO METÁLICO EM PAREDE DRYWALL. AF_06/2017	M		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
23	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	102255	TAPA VISTA DE MICTÓRIO EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_01/2021	M2		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
24	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	102256	TAPA VISTA DE MICTÓRIO EM MÁRMORE BRANCO POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E. AF_01/2021	M2		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
25	PAREDES/PAINEIS	SINAPI	96367	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES DUPLAS E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS. AF_06/2017 P	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
26	PINTURAS	SINAPI	88497	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2		500	R\$ -	R\$ -	R\$ -
27	PINTURAS	SINAPI	88496	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
28	PINTURAS	SINAPI	96134	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES INTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
29	PINTURAS	SINAPI	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -

ITEM	GRUPO	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (28,35%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
30	PINTURAS	SINAPI	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
31	PINTURAS	SINAPI	88428	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS CORES. AF_06/2014	M2		300	R\$ -	R\$ -	R\$ -
32	PINTURAS	SINAPI	95622	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
33	PINTURAS	SINAPI	95626	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	M2		400	R\$ -	R\$ -	R\$ -
34	PINTURAS	SINAPI	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2		120	R\$ -	R\$ -	R\$ -
35	PINTURAS	SINAPI	100726	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2		500	R\$ -	R\$ -	R\$ -
36	PINTURAS	SINAPI	100752	PINTURA COM TINTA EPOXÍDICA DE ACABAMENTO APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	M2		180	R\$ -	R\$ -	R\$ -
37	PINTURAS	SINAPI	102229	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
38	PINTURAS	SINAPI	102223	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 3 DEMÃOS. AF_01/2021	M2		20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
39	PISOS	SINAPI	87704	CONTRAPISO EM ARGAMASSA PRONTA, PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 6CM. AF_07/2021	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
40	PISOS	SINAPI	87747	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MANUAL, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
41	PISOS	SINAPI	87680	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 4CM. AF_07/2021	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
42	PISOS	SINAPI	94996	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ARMADO. AF_07/2016	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
43	PISOS	SINAPI	98682	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO RÚSTICO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_09/2020	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
44	PISOS	SINAPI	98678	PISO ELEVADO COM ESTRUTURA EM AÇO, COMPOSTO POR PEDESTAIS E LONGARINAS. AF_09/2020	M2		80	R\$ -	R\$ -	R\$ -
45	PISOS	SINAPI	98671	PISO EM GRANITO APLICADO EM AMBIENTES INTERNOS. AF_09/2020	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
46	PISOS	SINAPI	101729	PISO EM TACO DE MADEIRA 7X42CM, FIXADO COM COLA BASE DE PVA. AF_09/2020	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
47	PISOS	SINAPI	101745	PISO TÊXTIL (CARPETE) EM MANTA (ROLO) E = 9 A 10 MM. AF_09/2020	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
48	PISOS	SINAPI	101727	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACAS, PADRÃO LISO, ESPESSURA 3,2 MM, FIXADO COM COLA. AF_09/2020	M2		300	R\$ -	R\$ -	R\$ -
49	PISOS	SINAPI	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
50	PISOS	SINAPI	98685	RODAPÉ EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	M		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
51	PISOS	SINAPI	98688	RODAPÉ EM POLIESTIRENO, ALTURA 5 CM. AF_09/2020	M		300	R\$ -	R\$ -	R\$ -
52	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	99054	ACABAMENTOS PARA FORRO (SANCA DE GESSO MONTADA NA OBRA). AF_05/2017_P	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
53	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
54	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87872	CHAPISCO APLICADO SOMENTE EM ESTRUTURAS DE CONCRETO EM ALVENARIAS INTERNAS, COM DESEMPENADEIRA DENTADA. ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA COM PREPARO EM MISTURADOR 300 KG. AF_06/2014	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
55	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87778	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO E APLICAÇÃO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H DE ARGAMASSA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
56	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87820	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, PREPARO MECÂNICO E APLICAÇÃO COM EQUIPAMENTO DE MISTURA E PROJEÇÃO DE 1,5 M3/H EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA, ESPESSURA 45 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA. AF_06/2014	M2		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
57	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	M2		600	R\$ -	R\$ -	R\$ -
58	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -

ITEM	GRUPO	BASE DE PESQUISA	CÓDIGO BASE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/COMPOSIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QTDE ANUAL ESTIMADA	BDI (28,35%)	VALOR UNITÁRIO COM BDI	VALOR ESTIMADO TOTAL COM BDI
59	REVESTIMENTO E TRATAMENTO DE SUPERFÍCIES	SINAPI	87271	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 25X35 CM APLICADAS EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 5 M² A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_06/2014	M2		200	R\$ -	R\$ -	R\$ -
60	SERVICOS DIVERSOS	SINAPI	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	M		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
61	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97622	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3		10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
62	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97624	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TUILO MACIÇO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
63	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3		50	R\$ -	R\$ -	R\$ -
64	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
65	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97629	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
66	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97634	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
67	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97641	REMOÇÃO DE FORRO DE GESSO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2		500	R\$ -	R\$ -	R\$ -
68	SERVICOS PRELIMINARES	SINAPI	97640	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2		500	R\$ -	R\$ -	R\$ -
69	TRANSPORTES, CARGAS E DESCARGAS	SINAPI	100983	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3		100	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL ANUAL ESTIMADO, COM BDI, PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS)										R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-D - PLANILHA DE CUSTOS DA EQUIPE EVENTUAL

ITEM	PROFISSIONAIS EVENTUAIS	CBO	Unidade	SINAPI	VALOR UNIT. (SINAPI)	BDI (28,35%)	VALOR UNIT. COM BDI	QTDE HORAS - ESTIMADO MENSAL	QTDE HORAS - ESTIMADO ANUAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
					A	B	C = A+B	D	E = D*12	F = C*D	G = C*E
1	Encarregado Geral de Manutenção	7102-05	HORA	4083		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
2	Mecânico de Refrigeração	9112-05	HORA	34794		R\$ -	R\$ -	67	800	R\$ -	R\$ -
3	Eletricista de Manutenção Geral	9511-05	HORA	2436		R\$ -	R\$ -	67	800	R\$ -	R\$ -
4	Técnico de Redes (Dados e Voz)	3133	HORA	2436		R\$ -	R\$ -	67	800	R\$ -	R\$ -
5	Marceneiro (Artífice)	7711-05	HORA	12868		R\$ -	R\$ -	67	800	R\$ -	R\$ -
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	HORA	2696		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
7	Vidraceiro	7163-05	HORA	10489		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
8	Serralheiro	7244-40	HORA	6110		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
9	Pedreiro	7152-10	HORA	4750		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
10	Gesseiro	7164-05	HORA	12872		R\$ -	R\$ -	67	800	R\$ -	R\$ -
11	Pintor	7166	HORA	4783		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
12	Ajudante de Manutenção Geral	7170	HORA	248		R\$ -	R\$ -	100	1200	R\$ -	R\$ -
13	Técnico Operador de Áudio e Vídeo	3731-05	HORA	2438		R\$ -	R\$ -	17	200	R\$ -	R\$ -
14	Mecânico de Manutenção de Máquinas (Grupo Motor Gerador)	9113-05	HORA	4058		R\$ -	R\$ -	17	200	R\$ -	R\$ -
15	Eletricista (Manutenção de Dispositivos Eletrônicos de Detecção e Combate à Engenharia Especialista)	3131-05	HORA	2438		R\$ -	R\$ -	17	200	R\$ -	R\$ -
16	Engenheiro Especialista	2143	HORA	34782		R\$ -	R\$ -	33	400	R\$ -	R\$ -
TOTAL										R\$ -	R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-E - SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE (A)	CUSTO MENSAL (B)	CUSTO BDI (17,72%) (C) = B x 0,1772	CUSTO MENSAL COM BDI (D) = B + C	CUSTO ANUAL (E) = A x D
Fornecimento e Manutenção do Software de Gerenciamento de Manutenção	mês	12		R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL					R\$ -	R\$ -



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO VIII-F - BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

COMPOSIÇÃO DO BDI PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (INSUMOS)

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para materiais	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	5,65%
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA MATERIAIS	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S, G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	17,72%

COMPOSIÇÃO DO BDI PARA PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA (EVENTUAIS);

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS e CPRB);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para serviços	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
CPRB	4,50%
TOTAL	10,15%
MÉMORIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS	
AC = Taxa de rateio da administração central	4,00%
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	1,27%
S, G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,80%
DF = Taxa das despesas financeiras	1,23%
L = Taxa de lucro	7,40%
T = Taxa de tributos	10,15%
BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	28,35%

COMPOSIÇÃO DO BDI PARA SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS;

DETALHES E MEMÓRIA DE CÁLCULO	
1 - Taxa de rateio da administração central, risco, seguro e garantia do empreendimento;	
2 - Taxas das despesas financeiras;	
3 - Taxa de Lucro;	
4 - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (ISS, PIS, COFINS);	
5 - Formula para cálculo do BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	
Tributos para serviços	
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL	5,65%
MÉMOREIA DE CÁLCULO DE BDI PARA SERVIÇOS	
AC = Taxa de rateio da administração central	3,45, %
R = Taxa de riscos e imprevistos do empreendimento	0,85%
S, G = Taxa de seguros e garantias do empreendimento	0,48%
DF = Taxa das despesas financeiras	0,85%
L = Taxa de lucro	5,11%
T = Taxa de tributos	5,65%
BDI = $\{ [1 + (AC + R + S + G) (1 + DF) (1 + L)] / (1 - T) \} - 1$	17,72%



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Pregão Eletrônico nº XX/2022.

Dia ____/____/2022 às ____:____ horas

Ao: Ministério da Cidadania

A/C: Sr. Pregoeiro

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta de preços para prestação de serviços continuados de instalação, operação e de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais nos edifícios de uso do Ministério da Cidadania, em Brasília, Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, pelo valor total de R\$ _____ (_____), conforme discriminado a seguir.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PARCELA	CUSTO ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	1	Serviço de Mão de Obra - Residente	Fixa	
	2	Serviço de Gerenciamento de Demandas	Fixa	
	3	Serviço de Mão de Obra - Não Residente	Variável	
	4	Materiais de Reposição	Variável	
	5	Serviços sob demanda	Variável	
	TOTAL ANUAL GLOBAL (R\$)			

Declaramos que no preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

Os serviços terão início a partir da data estabelecida no contrato, e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa proposta é de ____ (____) dias, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a 60 dias).

Declaramos que manteremos, pelo prazo de _____ (_____)

meses, a partir da data do recebimento definitivo, a garantia, a assistência técnica, a manutenção e a reposição de peças necessárias, inclusive revestimentos, que apresentem problemas de fabricação e/ou execução. (Prazo não inferior a 12 meses).

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes Dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		Tel/Cel:
E-mail:		
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

Nome:		
Endereço:		Tel/Cel:
E-mail:		Cargo/Função:
CEP:	Cidade:	UF:
CPF:	RG:	Órgão expedidor:
Naturalidade:	Nacionalidade:	

Local e data

Nome e assinatura do responsável legal



Documento assinado eletronicamente por Luciano Acioli de Castro Lopes, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Neuza Martins de Oliveira Silva, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Edgar de Albuquerque Parras, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856340 e o código CRC C99B9173.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

ANEXO X - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

DADOS DO CONTRATO

EMPRESA: XX

CONTRATO Nº: XX/2022

DATA DE ASSINATURA: XX/XX/2022

DATA DE ENCERRAMENTO ÚLTIMO TA: XX/XX/XXXX.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

DADOS DO SOLICITANTE:

NOME DO SOLICITANTE:

ÓRGÃO/MINISTÉRIO DO SOLICITANTE:

SETOR DO SOLICITANTE

TELEFONE DO SOLICITANTE

NOME FISCAL/GESTOR (responsável pela abertura da OS):

TELEFONE FISCAL:

DATA DA ABERTURA DA OS:

DADOS DO CHAMADO:

ORDEM DE SERVIÇO Nº: XXXX/ANO

EDIFÍCIO:

TIPO DE SERVIÇO:

LOCALIZAÇÃO: PAVIMENTOS, SALA, OUTROS..

DATA DA ABERTURA DA OS:

GRAU DE PRIORIDADE: 1, 2, 3, 4 e 5.

DATA DE EMISSÃO DO ORÇAMENTO:

DATA DA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO:

DATA DA CONCLUSÃO DO SERVIÇO:

DATA DA FINALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

OBSERVAÇÕES:

ANEXO:

EXEMPLO NÃO EXAUSTIVO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº XXX/ANO

ITEM	TIPO MATERIAL/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNI	VALOR COM BDI	VALOR TOTAL
1	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO						
1.131	CIVIL	Argamassa	m³	3	R\$	R\$	R\$
1.132	CIVIL	Bloco cerâmico	un	1.000	R\$	R\$	R\$
10	SERVIÇO EVENTUAL						
10.42	PISO	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL EM PLACA	m²	60	R\$	R\$	R\$
10.115	PINTURA	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA	m²	83	R\$	R\$	R\$
TOTAL							

Origem da demanda:

Descrição do Problema:

Descrição da Solução:

Observações:

Profissionais Envolvidos:

Avaliação do Demandante:

Avaliação do Fiscal:

PRAZOS PARA EXECUÇÃO:**PRIORIDADE 01:** ATENDIMENTO E SOLUÇÃO IMEDIATA;**PRIORIDADE 02:** ATENDIMENTO EM ATÉ 1H E SOLUÇÃO EM ATÉ 24H;**PRIORIDADE 03:** ATENDIMENTO EM ATÉ 2H E CONCLUSÃO EM ATÉ 3 DIAS;**PRIORIDADE 04:** ATENDIMENTO EM ATÉ 3H E SOLUÇÃO EM ATÉ 10 DIAS;**PRIORIDADE 05:** ATENDIMENTO EM ATÉ 24H E SOLUÇÃO EM ATÉ 20 DIAS;**PRIORIDADE 06:** ATENDIMENTO EM ATÉ 24H E SOLUÇÃO PROGRAMADA;-----

Assinatura do Demandante-----
Assinatura do Fiscal
Assinatura do Executor

Documento assinado eletronicamente por Luciano Acioli de Castro Lopes, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Neuza Martins de Oliveira Silva, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Edgar de Albuquerque Parras, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 24/08/2022, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12856342 e o código CRC 16C4B9C1.

Referência: Processo nº 71000.074238/2021-52

SEI nº 12856342



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

ESTUDO PRELIMINAR - IN° 40/2020

Processo N° 71000.074238/2021-52

Interessado: Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações - CPMT

Designação da Equipe de Planejamento da Contratação: Portaria nº 284, de 12/05/2022 (SEI nº 12330790)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, bem como a operação dos sistemas e dos equipamentos do edifício, de forma continuada, justifica-se pela necessidade de manutenção dos sistemas e instalações que compõem a edificação, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, aparelhos de ar condicionados, rede lógica, estrutura físicas como pisos, paredes, tetos, vidros, esquadrias, dentre outros.

1.2. Os serviços de manutenção predial tem como objetivo a manutenção das características originais e o pleno funcionamento dos imóveis do Ministério da Cidadania, o que é imprescindível e essencial para que ocorra a atividade laboral nestes locais, garantindo aos servidores, colaboradores e visitantes um ambiente habitável e seguro, indispensáveis para execução das tarefas e para o bom ambiente de trabalho, evitando transtornos e gerando motivação à administração e à continuidade no desenvolvimento das ações do Governo Federal.

1.3. Atualmente, o Ministério da Cidadania tem sedes nos seguintes edifícios:

EDIFÍCIO	LOCAL	ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS
Bloco C	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no Subsolo, Térreo, 4º Andar e 6º Andar
Bloco F - Anexo	SAF Sul, Quadra 1, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 1º Andar
Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT)	SAUN, Quadra 3, Bloco A, Asa Norte - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 2º Andar e no 1º Subsolo
Edifício The Union	SMAS, Trecho 3, Lote 1, Setores Complementares - Brasília, DF	Total
Edifício SAAN	SAAN, Quadra 4, Lote 916, Zona Industrial - Brasília, DF	Total

1.4. O Ministério da Cidadania não dispõe de recursos humanos para o atendimento dos serviços que se pretende contratar (mão de obra para prestação de serviços de manutenção predial), visto que essas funções foram extintas pela Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998. Assim, para atendimento da demanda em tela, torna-se necessária a terceirização dos serviços executados por diversas categorias profissionais, a saber: eletricitas, bombeiros hidráulicos, pintores, pedreiros, mecânicos de refrigeração, dentre outras. Dessa forma o fornecimento de mão de obra, e todos os materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços torna-se necessário por meio de terceirização.

1.5. Atualmente, o Ministério da Cidadania dispõe do Contrato Administrativo nº 32/2017, iniciado em 04/10/2017, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas, dos equipamentos e de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, materiais e serviços eventuais nos edifícios administrados por esta pasta em Brasília - DF. O atual contrato estará vigente até o próximo dia 04/10/2022, atingindo a duração máxima de sessenta meses, conforme delimitado pelo inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, que reza: "...prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração é limitada a sessenta meses".

1.6. A contratação pretendida enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do Ministério da Cidadania - MC, contratação essa autorizada pelo Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não incidindo em umas das hipóteses vedadas pelo art. 9º da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 da Secretaria De Gestão Do Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG.

1.7. A contratação no atual cenário constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público.

1.8. Assim, considerando a impossibilidade na renovação do contrato atualmente vigente, bem como a importância dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva para os edifícios em uso pelo Ministério da Cidadania, e tendo ainda a legalidade da contratação desses serviços, torna-se imprescindível a realização de nova contratação para que os serviços de manutenção em questão continuem sendo prestados, objetivando manter a conservação e a preservação do patrimônio público e, por fim, proporcionando condições adequadas de utilização para todos os usuários diretos e indiretos dessas edificações.

2. ÁREA REQUISITANTE

2.1. A unidade requisitante dessa contratação é a Coordenação de Projetos, Manutenção Predial e Telecomunicações (CPMT).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira serão disciplinados posteriormente no edital da licitação, todavia salientamos a necessidade das empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

3.3.1. Para atendimento da capacidade técnico-operacional:

3.3.1.1. Registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente, compatível com a execução dos serviços de manutenção predial especificados no objeto (CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo)), em plena validade.

3.3.1.2. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que atenda aos seguintes requisitos:

I - Que comprove a aptidão da Licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento.

II - Que comprove que a Licitante tenha prestado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, ou que seja possível estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços objeto deste Estudo, com fornecimento de todo o material de reposição.

III - Consideram-se serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto a ser licitado, a prestação de serviços de manutenção predial, realizados em edificações não residenciais, observadas as seguintes características mínimas:

a) Manutenção predial em edifícios com área construída mínima de 15.253,00 m²

b) Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 2.000 KVA;

c) Manutenção em instalações de águas e esgotos compostas por sistemas de recalque automático e de pressurização de rede de incêndio através de eletrobombas;

d) Operação e manutenção de instalações hidrossanitárias em edificações comerciais;

e) Manutenção de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade total do sistema de emergência de no mínimo 1.200 KVA;

f) Manutenção de sistemas de "no-break" com potência instalada mínima de 50 KVA;

g) Manutenção de rede elétrica de tensão estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 1.000 (mil) pontos estabilizados e aterrados;

h) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos rede de dados categoria Cat 6 e/ou Cat 6e - mínimo de 1.000 (mil) pontos;

i) Manutenção, instalação e/ou remanejamento de pontos de rede elétrica estabilizada (110V ou 220V) - mínimo de 1.000 (mil);

j) Manutenção de sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento (SPDA) em edificações com somatório de área construída mínima de 15.253,00 m²;

k) Implantação de redes de dados (ou redes lógicas) com, no mínimo, 200 (duzentos) metros de fibra óptica, incluindo patch panel, patch cords, racks, DIOS e conectores em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;

l) Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia), com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede), em edificações com área construída mínima de 15.253,00 m²;

m) Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria em edificações com somatório de área construída de 15.253,00 m²;

IV - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

3.3.1.3. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;

a) Serão aceitos para fins de comprovação de experiência mínima os Atestados de Capacidade Técnica Operacional exigidos no subitem 3.3.1.2 e/ou cópia de contratos firmados.

b) É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins de comprovação de que trata o item 3.3.1.2 subitem, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos;

3.3.1.4. Comprovação que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 100% (cem por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, 20 postos de trabalho, em conformidade com a IN 05/2017 (alínea c.2, item 10.6 do Anexo VII-A).

a) Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, nos termos do 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

b) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

3.4. Deverá ser solicitada declaração da Licitante de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato.

3.5. Para atendimento à capacidade técnico profissional, a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo a gestão/execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

3.5.1. Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão, incluindo rede aterrada e estabilizada;

3.5.2. Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais;

3.5.3. Manutenção preventiva, corretiva, remanejamento e instalação de Rede de Cabeamento Estruturado de Transmissão de Dados;

3.5.4. Manutenção de grupo gerador diesel, automático, microprocessado, de energia elétrica de emergência;

3.5.5. Manutenção de sistema de detecção, alarme e combate a incêndio, extintores portáteis e redes de hidrantes, iluminação de emergência, sprinklers, portas corta fogo, execução de testes hidrostáticos nas mangueiras e extintores, SPDA (sistema de proteção contra descargas atmosféricas) e sistema de pressurização de escada de emergência;

3.5.6. Manutenção de equipamentos de fornecimento ininterrupto de energia contendo estabilizadores eletrônicos de tensão trifásica e no-break's (UPS).

3.5.7. Manutenção civil de edifícios com relação aos serviços de adequação de infraestrutura civil (serviços de engenharia) com fornecimento de materiais de alvenaria, impermeabilização, pintura, revestimento (piso, teto e parede);

3.5.8. Execução de serviços continuados de serralheria e marcenaria;

3.5.8.1. A ART utilizada para comprovar a execução dos serviços, constante da CAT apresentada, deverá corresponder a um período mínimo de 01 (um) ano de prestação de serviço, em conformidade com a IN 05/2017.

3.5.8.2. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) deverá ser constituída pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro

técnico.

3.6. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

3.7. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do Contrato.

3.8. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

3.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.10. A empresa Contratada deve atender a todos os requisitos e cláusulas estabelecidos em contrato, mantendo o número de funcionários durante os serviços, os horários destinados à execução de suas atividades, permitindo, desta forma, que toda a atividade da Contratante possa fluir naturalmente, sem qualquer impedimento ou descontinuidade, nem necessidade de quaisquer contratações adicionais pela Contratante.

3.11. Os serviços contratados deverão ser prestados prezando-se pela qualidade, segurança e eficiência.

3.12. Com relação à mão-de-obra residente, a contratação deverá prever:

3.12.1. Eventuais necessidades de substituições por motivos de férias, licenças médicas ou qualquer outro tipo de falta, admitindo-se alteração no referido quadro, desde que submetida ao conhecimento e autorização da fiscalização;

3.12.2. Que os funcionários estejam uniformizados, portando crachá e Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) necessários enquanto estiverem executando serviços nas dependências do ministério;

3.12.3. Que os funcionários sejam assíduos e pontuais na prestação dos serviços;

3.12.4. Que a Contratada apresentará, por determinação contratual ou por solicitação da fiscalização, todos os documentos comprobatórios de vínculo, de registro, de desligamento, de demissão, de assiduidade dos funcionários, de cumprimento de obrigações trabalhistas, de pagamentos de salários e tributos, dentre outros previstos legalmente;

3.12.5. Que a Contratada deverá observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional;

3.12.6. Que a Contratada substituirá, sempre que solicitado pela Contratante, funcionários não qualificados ou entendidos como inadequados à prestação dos serviços, além daqueles que apresentarem rendimento insatisfatório ou de baixa qualidade;

3.12.7. A não realização de horas-extras;

3.12.8. O cumprimento das normas de segurança, a urbanidade e educação a dos funcionários nas dependências da Contratante;

3.12.9. A responsabilidade da Contratada pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93, assim como por quaisquer encargos de natureza administrativa (ex: multas), decorrentes da execução dos serviços ou a eles relacionados;

3.12.10. A responsabilidade da Contratada pelo transporte de seus empregados de suas residências até as dependências da Contratante e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte;

3.12.11. A responsabilidade da Contratada pelo fornecimento dos EPI necessários a prestação dos serviços de forma segura para os funcionários e para a Administração, tais como óculos, luvas, aventais, máscara, calçados, protetores auriculares, dentre outros, responsabilizando-se também pela fiscalização de sua correta utilização.

3.12.12. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às respectivas categorias de ocupação, conforme estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), e deverá possuir em seus quadros profissionais capacitados na execução do objeto a fim de que os serviços sejam realizados de acordo com os padrões e as características a serem descritas no Termo de Referência, executando as tarefas no tempo exigido.

3.12.13. Quanto aos valores remuneratórios para composição das planilhas de custo, deve-se observar os valores convencionados nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho de acordo com cada categoria.

3.13. Quando da compra dos materiais, ferramentas e equipamentos que serão utilizados na prestação dos serviços, a Contratada deverá atentar-se para os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Termo de Referência.

3.14. A Contratada deverá fornecer todo o quantitativo de mão de obra, de materiais, peças, insumos e de serviços eventuais necessários à plena execução do objeto que se pretende contratar.

3.14.1. Os quantitativos a serem fornecidos estão estimados no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar e serão considerados no momento da elaboração do Termo de Referência.

3.15. O Serviço que se pretende contratar possui natureza continuada, uma vez que enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.16. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental e social, na execução do serviço, atendendo para o disposto no Termo de Referência e para as disposições do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.17. O prazo inicial de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

3.18. Mensalmente os serviços serão auferidos conforme a avaliação da qualidade dos serviços constates do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, a ser estabelecido no Termo de Referência;

3.18.1. O prazo de carência para adaptação e início da avaliação por meio do Acordo de Nível de Serviço deverá ser de 60 (sessenta) dias corridos;

3.19. A Contratada deverá ser responsável pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, das categorias abrangidas pelo contrato, abrangendo todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

3.20. A Contratada será responsável por refazer, às suas custas, os serviços reprovados pela fiscalização, quer seja pela baixa qualidade dos materiais aplicados quanto por imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo e o material necessário.

3.21. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.22. Os itens e dispositivos previstos neste Estudo Técnico Preliminar poderão ser revistos, alterados, ajustados ou excluídos no momento da elaboração do Termo de Referência, mediante a conveniência e oportunidade da contratação.

3.23. Será adotado o formato mais recente de Termo de Referência disponibilizado Advocacia-Geral da União (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>), adequando-o às necessidades do objeto a ser pactuado.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Inicialmente, cabe registrar que, no caso dos serviços que se pretende contratar, não se vislumbram outras soluções de mercado afora além da terceirização para a prestação indireta dos serviços de manutenção predial. Além disso, inexistem quadros funcionais típicos no Ministério da Cidadania para execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

4.2. Conforme verificado em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e termos de referência, para a contratação de manutenção predial, os órgãos públicos e entidades costumam efetivar a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, visto que se trata da forma mais usual de contratação dos serviços, para as quais o mercado está preparado, não se configurando em limitação à participação na licitação.

4.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

4.4. O Contrato nº 32/2017 hoje vigente apresenta modelo de contratação tecnicamente semelhante às soluções disponíveis no mercado e adotadas por outros órgãos da Administração Pública. Além disso, este modelo vem atendendo plenamente às necessidades dos imóveis do Ministério da Cidadania, não dispensadas necessidades de alguns ajustes nas partes técnicas do Termo de Referência (o que será tratado nos itens a seguir e na elaboração do referido Termo).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução que atenderá aos interesses e necessidades da Administração é a Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para prestação de serviços continuados de instalação, operação e de manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva das instalações, sistemas, equipamentos e aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais nos edifícios de uso do Ministério da Cidadania, em Brasília, Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Termo de Referência, e anexos

que porventura existirem.

5.2. O Termo de Referência contemplará toda a parte técnica da contratação, adotando, no mínimo, as soluções e orientações descritas a seguir, não descartadas a conveniência e oportunidade da adoção de novos dispositivos textuais no decorrer de sua elaboração e não previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

5.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

5.4. A contratação pretendida adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, pois a parcela principal do contrato - fornecimento de mão de obra especializada para prestação de serviços de manutenção predial, será definida no decorrer do presente estudo.

5.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.6. A Contratada deverá fornecer, durante a execução do contrato, todos os insumos necessários a perfeita prestação de seus serviços, tais como uniformes, Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI/EPC), ferramentas, dispositivos, rádios, computadores, mobiliários, conexões de internet e de telefonia, instrumentos de medição, meios de transporte para materiais e funcionários, dentre outros itens, sem ônus adicional para o Ministério da Cidadania.

5.7. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.7.1. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes edifícios:

EDIFÍCIO	LOCAL	ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS
Bloco C	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no Subsolo, Térreo, 4º Andar e 6º Andar
Bloco F - Anexo	SAF Sul, Quadra 1, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 1º Andar
Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT)	SAUN, Quadra 3, Bloco A, Asa Norte - Brasília, DF	Áreas do Ministério da Cidadania no 2º Andar e no 1º Subsolo
Edifício The Union	SMAS, Trecho 3, Lote 1, Setores Complementares - Brasília, DF	Total
Edifício SAAN	SAAN, Quadra 4, Lote 916, Zona Industrial - Brasília, DF	Total

5.7.2. As principais características dos edifícios elencados acima serão anexadas ao Termo de Referência.

5.7.3. Os serviços deverão ser prestados nos imóveis atualmente ocupados pelo Ministério da Cidadania, podendo ser alocados, total ou parcialmente, para outros locais em Brasília, Distrito Federal, caso haja alteração de endereços ou criação, extinção e/ou fusão de órgãos no âmbito desta pasta.

5.8. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, PREDITIVA E CORRETIVA E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA

5.8.1. A empresa será responsável por operacionalizar (ligar, desligar, acompanhar o funcionamento) e manter todos os sistemas do edifício, a saber: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica, telefonia, dentre outros.

5.8.2. Os serviços contínuos de manutenção preventiva e preditiva serão realizados de acordo com o Programa Básico de Manutenção a ser elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante.

5.8.3. Os serviços da Contratada serão prestados de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, de forma ininterrupta, com escalonamento do grupo de trabalho de acordo com a carga horária regulamentar da categoria, seguindo as normas vigentes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, não descartadas as eventuais possibilidades de execução de serviços fora do horário normal de trabalho, inclusive nos finais de semana e feriados.

5.8.4. Para a execução de serviços em fins de semana e feriados, a Contratada deverá utilizar, preferencialmente, a equipe técnica não residente e/ou serviços da planilha eventual.

5.8.5. A Contratada deverá manter disponível reserva técnica para efetuar as coberturas necessárias de funcionários que eventualmente vierem a se ausentar por motivos tais como: faltas, férias e licenças, a qual não será contabilizada no quantitativo a ser contratado e nem poderá ser faturada.

5.8.6. Em casos de urgência e de emergência, a qualquer dia e hora, inclusive finais de semana e feriados, a equipe de apoio deverá estar disponível em até 3 (três) horas, a contar do horário de abertura do chamado. Este recurso não poderá ser usado para justificar desconhecimento técnico de funcionários residentes.

5.8.7. Os serviços a serem realizados pela equipe não residente deverão ser previamente aprovados e autorizados pela Administração, mediante apresentação dos orçamentos e do prazo de execução pela Contratada.

5.8.8. A Contratada deverá estar ciente que a parte dos trabalhos que poderá ser executada fora dos horários definidos acima (finais de

semana, feriados, casos de urgência e/ou emergência) será executada sem ônus adicional para o Contratante.

5.8.9. Fica estabelecida como manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recompor os equipamentos, áreas, locais, bem como substituição de peças, componentes e materiais da mesma espécie ou similar, com os ajustes e recuperações de partes dos bens, de forma que voltem às suas condições originais, de acordo com manuais, normas técnicas específicas e projeto do fabricante, e/ou área construída, e/ou revitalizações e reformas.

5.8.10. Os serviços para a execução das manutenções preventivas e corretivas não poderão prejudicar as atividades inerentes ao Edifício.

5.8.11. Um modelo de detalhamento não exaustivo dos serviços de manutenção preventiva e preditiva está no Anexo I desse Estudo Técnico Preliminar.

5.8.12. O quantitativo de profissionais residentes e eventuais que se pretende contratar está detalhado no item 6 do presente Estudo Técnico Preliminar. As atribuições dos profissionais que se pretende contratar estão detalhadas no Anexo III. Esses quantitativos e atribuições serão considerados quando da elaboração do Termo de Referência. No Anexo IV é apresentada planilha de composição dos custos para contratação desses profissionais.

5.8.13. A contratação pretendida deverá prever a necessidade de substituição de profissionais residentes nos casos de ausências por qualquer motivo, impossibilidade de continuação ou permanência de profissionais à frente dos trabalhos, dentre outros, e prever o prazo que a contratada terá para substituir esses profissionais.

5.8.14. A contratação deverá prever, em favor da Contratante, prazo de garantia dos serviços prestados pela Contratada, cujos vícios e defeitos relacionados à má execução deverão ser totalmente arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

5.9. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS, INSUMOS, MATERIAIS DE REPOSIÇÃO, COMPONENTES ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS E MECÂNICOS, SERVIÇOS EVENTUAIS ENTRE OUTROS

5.9.1. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos que apresentarem defeitos e que necessitarem serem substituídos, deverão ser novos da mesma marca e modelo da retirada do equipamento ou sistema. Somente será admitida outra marca se provado ao Fiscal do Contrato, considerando a descontinuidade da fabricação daquela peça pelo fabricante original e inserção no mercado nacional de outra peça similar;

5.9.2. Todas as peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos, componentes e partes dos equipamentos serão fornecidas pela Contratada, devendo inclusive a empresa prestadora do serviço, manter estoque suficiente no local para fazer face às possíveis necessidades de substituição daqueles componentes/peças, que visam precisar o funcionamento ou alarme de mau funcionamento dos equipamentos ou sistema, tais como dos LEDs ou lâmpada fusíveis, rolamentos, contadoras, fitas isolantes, vaselina, estopas e similares;

5.9.3. As peças, insumos, materiais de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição deverão ter garantia de acordo com a garantia do fabricante;

5.9.4. A planilha com quantitativos estimados de peças, insumos, materiais, de reposição, componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos de reposição, dentre outros, está anexada no Anexo IV do presente Estudo Técnico Preliminar. Também no Anexo IV estão os quantitativos estimados de serviços sob demanda (eventuais) pretendidos para contratação.

5.9.5. Os materiais, peças, insumos e serviços sob demanda elencados nas planilhas citadas nos dois subitens anteriores serão parte do Termo de Referência a ser elaborado.

5.10. DO SERVIÇO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS

5.10.1. Os ativos patrimoniais a serem mantidos são os sistemas e equipamentos que compõem a edificação conforme discriminação nesse estudo;

5.10.2. A partir da data de início da prestação dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de Ordem de Serviço, telefone, e-mail durante o horário proposto para o atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;

5.10.3. A Contratada deverá fazer constar, em cada "OS atendida", os materiais aplicados e seus respectivos quantitativos e custos, as datas e horas de início e término, bem como os empregados envolvidos;

5.10.4. As "OS corretivas" só poderão ser consideradas atendidas, após o "aceite" do Ministério, o "de acordo" do Fiscal e o carimbo e assinatura do Engenheiro residente do Contratado;

5.10.5. Cumpridas as etapas do subitem anterior, as "OS" serão encaminhadas junto com as faturas mensais para providenciar os seus encerramentos;

5.10.6. Para fins de implantação do previsto neste item, a Contratada disponibilizará sistema e equipamentos de informática. Os custos estão descritos conforme Anexo V desse Estudo Técnico Preliminar.

5.10.7. Serão de inteira responsabilidade da Contratada os seguintes serviços:

5.10.7.1. Cadastrar equipamentos e/ou sistemas prediais tais como: sistema elétrico, sistema hidrossanitário, sistema de águas pluviais, sistema de proteção e combate à incêndio, rede lógica entre outros.

5.10.7.2. Monitorar os equipamentos e/ou sistemas prediais cadastrados através do consumo de energia ativa e reativa, consumo de água corrente e voltagem por fase de alimentação dos equipamentos, com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos;

5.10.7.3. Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (*check lists*);

5.10.7.4. Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, criando um histórico de manutenção;

5.10.7.5. Permitir o cadastramento de ordens de serviços através da intranet/internet pelos próprios clientes;

5.10.7.6. Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens de serviços;

5.10.7.7. Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;

5.10.7.8. O sistema deverá emitir relatório da quantidade de chamadas recebidas por usuários com possibilidade de filtrar por período e tipo de problema/solicitação;

5.10.7.9. O sistema deverá emitir relatório e gráficos dos chamados, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor da Contratada;

5.10.7.10. Permitir que o Ministério da Cidadania - MC efetue consultas no sistema, via web, sobre a situação (status) dos seus chamados, em seus respectivos serviços;

5.10.7.11. Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por serviço quanto: manutenção preventiva, manutenção corretiva (atendimento), manutenção preditiva (monitoramento), gráficos de acompanhamento do atendimento etc.; e

5.10.7.12. Permitir a integração, em tempo real, com o monitoramento de equipamentos, desde que instalados os hardwares necessários (automação predial).

5.10.8. A descontinuidade do funcionamento o sistema a ser fornecido inviabilizará o controle dos materiais, serviços e mão de obra a serem fornecidos e, consequentemente, inviabilizará o atesto da fatura mensal, bem como o pagamento mensal da disponibilização do serviço.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. As quantidades de serviços que se pretende contratar foram estimadas tendo como ponto de partida o histórico de utilização de mão-de-obra, materiais e serviços eventuais disponibilizados pelo atual contrato de manutenção predial (Contrato nº 32/2017 - Processo Administrativo nº 71000.041852/2016-71).

6.2. Em decorrência das mudanças estruturais ocorridas nos ministérios desde o início da atual contratação, o atual Ministério da Cidadania passou por diversas alterações em sua estrutura regimental e, com isso, houve alterações nas áreas ocupadas e no parque de imóveis. Conforme já citado neste estudo, atualmente este ministério é responsável pela manutenção predial dos seguintes edifícios:

EDIFÍCIO	LOCAL	ÁREA (m²)	ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS
Bloco C	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	3.483,64	Áreas do Ministério da Cidadania no Subsolo, Térreo, 4º Andar e 6º Andar
Bloco F - Anexo	SAF Sul, Quadra 1, Zona Cívico-Administrativa - Brasília, DF	782,14	Áreas do Ministério da Cidadania no 1º Andar
Edifício Núcleo dos Transportes (DNIT)	SAUN, Quadra 3, Bloco A, Asa Norte - Brasília, DF	2.333,23	Áreas do Ministério da Cidadania no 2º Andar e no 1º Subsolo
Edifício The Union	SMAS, Trecho 3, Lote 1, Setores Complementares - Brasília, DF	15.253,00	Total

Edifício SAAN	SAAN, Quadra 4, Lote 916, Zona Industrial - Brasília, DF	2.213,63	Total
------------------	---	----------	-------

6.3. No parque de edifícios supracitado não está incluído o edifício Boco A da Esplanada dos Ministérios, pois este, por funcionar em formato de condomínio e dispor de unidade gestora própria, tem a consequentemente necessidade de um contrato de manutenção predial direcionado ao atendimento exclusivo de seus condôminos.

6.4. Prosseguindo, diante do quantitativo atual de áreas e de edifícios no quadro acima a serem atendidos pela pretendida contratação de manutenção predial, os serviços foram redimensionados tendo como ponto de partida as quantidades de mão de obra residente, mão de obra não residente, materiais e serviços eventuais atualmente contratadas. Assim, foi realizada uma redução de aproximadamente 8% nas quantidades de mão de obra residentes em relação ao quantitativo atualmente contratado, conforme a seguir:

ITEM	PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA MENSAL	ESCALA DE TRABALHO	CBO	Atual (Contrato nº 32/2017)		Nova Contratação	
					QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO (UM PROFISSIONAL POR POSTO)	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO (UM PROFISSIONAL POR POSTO)
1	Engenheiro	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	2143	1	1	1	1
2	Arquiteto	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	2141	1	1	1	1
3	Cadista (Desenhista)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	3181-05	2	2	1	1
4	Encarregado Geral de Manutenção	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7102-05	2	2	1	1
5	Mecânico de Refrigeração	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	9112-05	2	2	1	1
6	Eletricista de Manutenção Geral	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	9511-05	3	3	2	2
7	Técnico de Redes (Dados e Voz)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	3133	2	2	2	2
8	Bombeiro Hidráulico	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7241-10	1	1	1	1
9	Marceneiro (Artífice)	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7711-05	1	1	1	1
10	Assistente Administrativo	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	4110-05	1	1	1	1
11	Ajudante de Manutenção Geral	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	7170	7	7	8	8
12	Técnico de Telecomunicações	44h semanais	seg à sex (8h às 18h)	3133	1	1	0	0
TOTAIS					24	24	20	20

6.5. Para os quantitativos de mão de obra não residente, mostra-se viável realizar as seguintes previsões de utilização:

ITEM	PROFISSIONAL	CBO	HORAS/ANO
1	Encarregado Geral de Manutenção	7102-05	400
2	Mecânico de Refrigeração	9112-05	800
3	Eletricista de Manutenção Geral	9511-05	800
4	Técnico de Redes (Dados e Voz)	3133	800
5	Marceneiro (Artífice)	7711-05	800
6	Bombeiro Hidráulico	7241-10	400

7	Vidraceiro	7163-05	400
8	Serralheiro	7244-40	400
9	Pedreiro	7152-10	400
10	Gesseiro	7164-05	800
11	Pintor	7166	400
12	Ajudante de Manutenção Geral	7170	1200
13	Técnico de Áudio e Vídeo	3731-05	200
14	Mecânico de Manutenção de Máquinas (Grupo Motor Gerador)	9113-05	200
15	Eletrotécnico (Manutenção de Dispositivos Eletroeletrônicos de Detecção e Combate à Incêndio)	3131-05	200
16	Engenheiro Especialista	2143	400

6.6. Em relação aos materiais de reposição e serviços sob demanda, foi considerado o rol de itens previsto nos anexos do atual Contrato nº 32/2017, tendo como premissa a imprevisibilidade das necessidades de materiais, insumos e de serviços eventuais nas atividades de manutenção predial. Diante disso e da impossibilidade de se prever ou definir com precisão o que irá ser demandando nas ações de manutenção no decorrer da execução, foram elaboradas novas planilhas estimativas de materiais (insumos) e de serviços sob demanda. Nessa nova elaboração foram também consideradas as informações extraídas do sistema de gestão de manutenção predial disponibilizado pelo contrato atualmente vigente (vide Anexo V). As novas planilhas elaboradas visam à obtenção de uma melhor cobertura contratual para as demandas de manutenção, principalmente para os imprevistos que possam ocorrer. Essas novas planilhas estimativas estão no Anexo IV.

6.7. Ainda com base na atual contratação, e visando um melhor acompanhamento das ações de manutenção, se mostra viável o fornecimento, pela contratada, de software de gestão das demandas de manutenção (abertura e acompanhamento de ordens de serviço, acompanhamento do consumo de materiais, dentre outras funções já descritas neste estudo). Como o sistema será utilizado pelos colaboradores, gestores e fiscais do ministério, os custos de fornecimento e de manutenção serão arcados pela contratada e ressarcidos pela contratante, conforme a seguir, e conforme previsão constante no Anexo IV:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS (Fornecimento e Manutenção do Software de Gerenciamento de Manutenção)	mês	12

6.8. Por fim, os serviços de manutenção predial a serem contratados compreendem:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELA
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para o cálculo do valor estimado da contratação, foram adotados os itens, insumos e quantitativos constantes no Anexo VI deste Estudo.

7.2. Para o levantamento dos custos dos insumos, serviços e mão de obra não residente, foram adotados valores obtidos a partir de pesquisas realizadas nas tabelas de insumos e composições de serviços disponibilizadas pelo SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e pelo SBC. Para os demais não disponíveis naquelas fontes de pesquisa, foram realizadas pesquisas em sítios de fornecedores disponíveis na internet.

7.3. Para os serviços de mão de obra residente, foram adotados os custos atualmente contratados, e repactuados, por meio do Contrato nº 32/2017.

7.4. Para os serviços de gerenciamento de demandas, foi estimado valor com base na contratação recente realizada pelo Ministério da Economia (pregão 04/2021).

7.5. Na planilha do Anexo VI estão calculados os custos estimados de mão de obra residente, de mão de obra eventual, de insumos e de serviços sob demanda. Destes cálculos, foram obtidas as seguintes estimativas:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PARCELA	CUSTO ANUAL ESTIMADO (R\$)	BASE DE PESQUISA
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - RESIDENTE	FIXA	R\$ 1.374.081,84	Contrato 32/2017 (valores repactuados)
2	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE DEMANDAS	FIXA	R\$ 25.000,08	Pregão Eletrônico ME 04/2021
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - NÃO RESIDENTE	VARIÁVEL	R\$ 260.419,58	SINAPI
4	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO	VARIÁVEL	R\$ 1.067.708,50	SINAPI/SBC/PESQUISAS INTERNET
5	SERVIÇOS SOB DEMANDA	VARIÁVEL	R\$ 772.362,62	SINAPI/SBC/PESQUISAS INTERNET
TOTAL ANUAL GLOBAL ESTIMADO (R\$)			R\$ 3.499.572,62	-

7.6. Diante do exposto acima, estima-se para a contratação pretendida o valor de R\$ 3.499.572,62 (três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

7.7. Considerando que o valor calculado acima é uma estimativa do valor dos serviços que se pretende contratar, recomenda-se a realização de Pesquisa de Mercado previamente à licitação do objeto em questão, para a qual se sugere a adoção do método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, seguindo as diretrizes da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. A contratação pretendida, a ser realizada de maneira centralizada, aprimora a governança nos processos de aquisição de bens pelo poder público, implantando uma gestão colaborativa e integrada, que apresente soluções com ganhos de eficiência e economicidade para as compras públicas sem que haja prejuízo na qualidade dos bens adquiridos e serviços prestados, garantindo padronização e qualidade ao mesmo tempo, atendendo ao princípio do compartilhamento da gestão.

8.2. Ademais, considerando que o gerenciamento de riscos é uma importante ferramenta para minimizar riscos e incertezas sobre a contratação em questão, verifica-se que a gestão logística e operacional de apenas um contrato se mostra mais viável ao se optar pelo não parcelamento da solução contratada, trazendo um ganho importante para a administração quanto à fiscalização dos serviços a serem prestados.

8.3. Também se verifica, nessa forma de contratação, que se atingiria um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, resultando em economia e eficiência para a Administração, uma vez que compras centralizadas e de grande vulto produzem vantagens técnicas, econômicas e financeiras.

8.4. Por conseguinte, com um fornecedor único, responsável pela integração de todos os serviços, pela manutenção da estabilidade e operacionalidade de toda a solução, a Administração ganha em capacidade de gestão do contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a um único prestador de serviço.

8.5. Ao padronizar uma contratação única, precificam-se os serviços de maneira uniforme e evitam-se estimativas superdimensionadas através do ganho de escala num processo único. Com isso, objetivam-se ganhos de eficiência e de redução de custos na operacionalização do contrato, a gestão ativa dos serviços, a adoção de fiscalização e de gerenciamento dos serviços padronizados, dentre outras práticas que culminem em bons serviços prestados.

8.6. Portanto conclui-se pelo não parcelamento do objeto, uma vez que os fornecimentos de materiais e de serviços se mostram tecnicamente viáveis se prestados por um único fornecedor, permitindo uma melhor produtividade dos trabalhos da contratada e a obtenção de economia de escala, já que a especificidade do objeto demanda um tratamento que inviabiliza a execução por diferentes contratantes.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. A referida contratação deverá substituir o Contrato Administrativo nº 32/2017, com empresa especializada na prestação de serviços manutenção predial, com vigência até 04/10/2022. Ademais não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

10. DEMONSTRATIVO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

10.1. A contratação pretendida está em consonância com o Plano Estratégico 2019-2022 do Ministério da Cidadania - MC, mais precisamente visando atender ao Objetivo de Suporte em "Prover soluções logísticas e tecnológicas integradas, seguras e de alto desempenho" conforme dispõe no Plano Estratégico <http://intranet.cidadania.gov.br/institucional-2/plano-estrategico/>. Alinhado, ainda, com as políticas públicas oriundas do Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal, instituído pela Lei 13.971 de 27/12/2019 DOU 30/12/2019. Todo o aparelhamento de que dispõe o Estado para a consecução das políticas públicas traçadas pelo Governo, visa satisfazer as necessidades da coletividade, e mesmo que indiretamente, ofertar serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com

fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais para os imóveis geridos e utilizados pelo Ministério da Cidadania, são ações que visam a conservação do patrimônio público, atendendo, desta forma, o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que trata de medidas destinadas à preservação do patrimônio público.

10.2. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, as contratações realizadas por um órgão devem constar do respectivo Plano Anual de Contratações. A pretensa contratação está incluída no PAC - Plano Anual de Contratações, exercício 2022, disponível para consulta link: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/planejamento/RelatorioPAC2022_29.11.21pdf.pdf> nº item 44 página 10.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Por se tratar de contratação de serviços essenciais, com valores fixos e eventuais, prestados diariamente, com atendimentos preventivos, preditivos e corretivos, e com o fornecimento de materiais, a instituição economiza em processos licitatórios emergenciais para sanar possíveis falhas imprevisíveis nas partes e sistemas que compõem os edifícios a serem mantidos, tais como: sistemas elétricos, sistemas hidrossanitários, sistemas de águas pluviais, sistemas de proteção e combate à incêndio, redes lógicas, aparelhos de ar condicionados, estruturas físicas como pisos, paredes, tetos, vidros, esquadrias, dentre outros.

11.2. Benefícios Diretos e Indiretos:

11.2.1. Economicidade na execução dos serviços nos moldes propostos, permitindo a economia de escala na contratação e, consequentemente, uma maior possibilidade da Administração realizar a contratação mais vantajosa;

11.2.2. Eficiência na prestação dos serviços com a contratação de empresa competente e especializada, de acordo com os critérios propostos, pelo menor preço;

11.2.3. Melhoria da qualidade dos serviços de manutenção, proporcionando alta disponibilidade dos sistemas e, consequentemente, das edificações.

11.3. Benefícios Resultante da prestação dos Serviços a serem contratados:

11.3.1. Segurança e conforto para todos os usuários (internos e externos) da edificação, proporcionando melhores condições de produtividade dos servidores e colaboradores e diminuindo a ocorrência de riscos;

11.3.2. Controle e redução do desperdício de recursos (principalmente água e energia elétrica) com as práticas de manutenção preventiva nos diversos sistemas instalados nos edifícios;

11.3.3. Aumento da confiabilidade dos sistemas, equipamentos e estruturas disponíveis;

11.3.4. Maior disponibilidade das estruturas do ministério para a prestação dos serviços à sociedade;

11.3.5. Menores ocorrências de pausas ou interrupções nos sistemas que compõe as edificações do ministério;

11.3.6. Menor tempo de resposta na execução, qualidade dos serviços de manutenção corretiva e redução dos riscos de avarias;

11.3.7. Melhor imagem do ministério para os usuários de seus edifícios;

11.3.8. Aumento da vida útil, reduzindo a degradação dos equipamentos e sistemas presentes nos edifícios.

11.4. O tempo para a prestação dos serviços será otimizado, já que a empresa contratada deverá manter seus funcionários nos edifícios para atendimento das demandas.

11.5. O fato da contratação pretendida ser renovável nos termos da lei, faz com que a instituição economize em processos licitatório anuais, desde que seja demonstrada a continuidade da economicidade nas renovações contratuais.

11.6. O principal motivo da contratação é zelar pelos bens públicos sob responsabilidade da Administração de forma eficiente e econômica, de modo a manter o funcionamento dos edifícios e de suas, instalações, sistemas e equipamentos de forma ininterrupta.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTAS PELA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Não serão necessárias adequações relacionadas a disponibilização de espaço físico para a guarda de materiais, refeitórios, vestiários e outras áreas, tendo em vista que já são prestados nos edifícios do ministério serviços similares aos que serão contratados. Também, não haverá aumento ou redução significativa no número de funcionários contratados.

12.2. No tangente às atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato, estas são caracterizadas como o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento de toda documentação pertinente ao setor de contratos, para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamentos, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas

relativos ao objeto.

12.3. É indispensável que os fiscais e gestores do contrato sejam capacitados para exercerem as seguintes atribuições

- a) acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;
- b) registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
- c) determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
- e) exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
- f) exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);
- g) aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);
- h) liberar as faturas;
- i) comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- j) receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- k) emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);
- l) outras atribuições inerentes.

12.4. Em relação as demais fases seguintes sugerimos o cronograma abaixo:

CRONOGRAMA ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO		
Atividades	Unidade Responsável	Quando
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	Equipe de Planejamento da Contratação	17/02/2022 a 25/05/2022
CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	COORDENAÇÃO DE PROJETOS, MANUTENÇÃO PREDIAL E TELECOMUNICAÇÕES	26/05/2022 a 31/05/2022
PESQUISA DE PREÇOS, CONFEÇÃO DE MINUTA DE EDITAL E CONTRATO	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	01/06/2022 a 30/06/2022
APROVAÇÃO E ANÁLISE JURÍDICA	CONSULTORIA JURÍDICA	01/07/2022 a 31/07/2022
FASES DE LICITAÇÃO	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	01/08/2022 a 31/08/2022
ASSINATURA DO CONTRATO, APRESENTAÇÃO GARANTIA	Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLC	01/09/2022 a 20/09/2022
RECEBIMENTO MATERIAIS, FERRAMENTAL E TREINAMENTOS	COORDENAÇÃO DE PROJETOS, MANUTENÇÃO PREDIAL E TELECOMUNICAÇÕES E CONTRATADA	21/09/2022 a 04/10/2022
INICIO DAS ATIVIDADES	COORDENAÇÃO DE PROJETOS, MANUTENÇÃO PREDIAL E TELECOMUNICAÇÕES E CONTRATADA	05/10/2022

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

13.1. Identifica-se como os possíveis impactos ambientais da contratação: a Geração de resíduos, a Poluição do Solo, a Poluição da Água e o Desperdícios de Recursos Naturais. Sendo assim, disciplinou-se a seguir as respectivas medidas de tratamento quanto a esses impactos que deverão ser observadas na contratação:

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES DE CONTIGÊNCIA
Produção de Resíduos	Descrever no Termo de Referência que os serviços devem ser realizados com uso racional dos recursos, equipamentos, e insumo, evitando a produção desnecessária de resíduos e outros impactos. Ação fiscalizatória pela equipe de fiscalização	Indicar locais de descartes legais e produzir ações de conscientização e treinamentos

Poluição do Solo	Indicar a proibição de descarte de resíduos originários da prestação de serviços em aterros, encostas, áreas públicas, espelhos d'água, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou não licenciadas.	Aplicação de sanções administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos
Poluição da água	Indicar orientações quanto ao descarte de óleos usados ou contaminados provindos dos Grupo Moto Geradores ou outros equipamentos e instalações, proibindo qualquer descarte em solos, subsolos, nas águas interiores, e nos sistemas de esgoto e evacuação. Devendo ser seguida a resolução Conama nº 362/2005, que recomenda a aplicação da logística reversa desses resíduos.	Aplicação de sanções administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos
Desperdícios de Recursos Naturais	Indicar que os serviços prestados devem ser pautados no uso racional de recursos, incluindo energia elétrica, água e demais recursos que estejam sobre a supervisão da contratada. A Fiscalização do contrato deve se certificar que essa orientação será seguida.	Aplicação de glosa nas Ordens de Serviços que identificou o desperdício e se necessário aplicar sanção administrativas previstas no Termo de Referência e conscientização e treinamentos

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo deste trabalho, a equipe de planejamento declara que a contratação pretendida para prestação de serviços continuados de instalação, operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, com fornecimento de mão de obra, insumos, peças e serviços eventuais, **é viável e adequada às necessidades dos imóveis do Ministério da Cidadania elencados neste estudo técnico.**

14.2. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria nº 284, de 12/05/2022 (SEI nº 12330790).

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Setor Requisitante	Integrante Setor Requisitante	Integrante Setor Requisitante	Integrante Setor de Planejamento da Contratação
Luciano Acioli de Castro Lopes Matrícula/SIAPE: 2552187	Neuza Martins de Oliveira Silva Matrícula/SIAPE: 3213883	Edgar de Albuquerque Parras Matrícula/SIAPE: 1422044	Cristiano de Araújo Silva Matrícula/SIAPE: 1686057

16. ANEXOS (SEI Nº 12855609)

Anexo I - Detalhamento não exaustivo dos Serviços a Serem Executados

Anexo II - Características Gerais dos Edifícios

Anexo III - Atribuições das Equipes Técnicas Residente e Não Residente

Anexo IV - Modelos de Planilhas de Composição dos Custos da Contratação

Anexo V - Relatório de Consumo Insumos e Serviços

Anexo VI - Planilhas - Cálculo do Valor Estimado para Contratação

Anexo VII - Outros Documentos e Planilhas Utilizados na Elaboração deste Estudo Técnico



Documento assinado eletronicamente por Luciano Acioli de Castro Lopes, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Acompanhamento de Projetos, em 23/08/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Cristiano de Araújo Silva, Integrante Administrativo, em 23/08/2022, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Edgar de Albuquerque Parras, Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 23/08/2022, às 21:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por Neuza Martins de Oliveira Silva, Chefe do Serviço de Manutenção Predial, em 24/08/2022, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12855578 e o código CRC 4BB7884A.



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO Nº 71000.074238/2021-52

MINUTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº ____/____, QUE CELEBRAM ENTRE SI A
UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO
DA CIDADANIA - MC, POR INTERMÉDIO DA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS, E A EMPRESA _____

A UNIÃO, por meio do MINISTÉRIO DA CIDADANIA por intermédio da _____, com sede no Bloco "A", Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, inscrita sob o nº CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por seu (a) _____, o (a) senhor(a) _____, nomeado(a) pela Portaria nº _____, publicada no Diário Oficial da União em _____, portador(a) da matrícula SIAPE nº _____, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 71000.074238/2021-52 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ____/20__, de acordo com a minuta examinada e aprovada pela Consultoria Jurídica por meio do Parecer nº ____/20__/CONJUR-MC/CGU/AGU, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço comum de engenharia, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos,

identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	PARCELA	VALOR ANUAL (R\$)
1	1	Serviço de Mão de Obra - Residente	Fixa	
	2	Serviço de Gerenciamento de Demandas	Fixa	
	3	Serviço de Mão de Obra - Não Residente	Variável	
	4	Materiais de Reposição	Variável	
	5	Serviços sob demanda	Variável	
	TOTAL (R\$)			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____(_____).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20__, na classificação abaixo

Gestão/Unidade:

Funcional Programática:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

SB:

Nota de Empenho:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA auctionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

14.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

16.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Cidadania, garantida a eficácia das Cláusulas.

16.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial da contratada, pressupõe declarada,

de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

16.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes contraentes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

REPRESENTANTE
Ministério da Cidadania
CONTRATANTE

REPRESENTANTE
Denominação da Contratada
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
SIAPE:

Nome:
SIAPE:



Documento assinado eletronicamente por Raquel da Silva Trombini, Coordenador(a) de Contratos, Substituto(a), em 25/08/2022, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 12883818 e o código CRC 9350D4A3.